

Universidade de Lisboa  
Faculdade de Letras  
Departamento de História



**A cerâmica pintada a branco  
na Santarém Medieval,  
Uma abordagem diacrónica:  
séculos XI a XVI**

Marco António Antunes Liberato

Mestrado em Arqueologia

2011

Universidade de Lisboa  
Faculdade de Letras  
Departamento de História



**A cerâmica pintada a branco  
na Santarém Medieval.  
Uma abordagem diacrónica:  
séculos XI a XVI.**

Marco António Antunes Liberato

Aluno n.º 38016

Mestrado em Arqueologia

Dissertação orientada pelo Professor Doutor Carlos Fabião

2011



## Agradecimentos

Em primeiro lugar, queria manifestar a minha profunda gratidão ao Professor Doutor Carlos Fabião, que orientou esta dissertação. Não constituiu de forma nenhuma uma referência meramente protocolar. Com o seu apoio, disponibilidade e permanente incentivo consegui estimular um ritmo de trabalho que permitiu a conclusão deste trabalho num prazo que me parecia à partida irreal. Afinal, os «dezassete longos dias» e mais qualquer coisa foram mesmo suficientes.

Importa registar e reconhecer o contributo do Carlos Silva que desenhou algumas das peças e do Gonçalo Lopes cuja argúcia na análise das materialidades medievais é sempre uma fonte de informação insubstituível.

À Helena Santos devo uma dedicação absoluta que se reflectiu, neste caso concreto, no obstinado espírito censório com reviu o registo gráfico e o texto. Por vezes desistiu de mesmo adaptar traços menos cuidados e dimensionamentos algo empíricos e desenhou de raiz os materiais mais complexos. Não há palavras que a possam compensar.

Quero também manifestar o meu apreço à Doutora Susana Gómez que se prontificou a disponibilizar, a um quase desconhecido, alguma bibliografia essencial à realização deste trabalho, numa demonstração de vontade de partilhar conhecimento e saber que infelizmente ainda rareia nalgumas “coutadas” científicas.

Ao Eng.º Paulo Afonso, coordenador do projecto em que colaborava quando ulimei a dissertação, devo uma sentida palavra de agradecimento. Não sendo - de todo - um especial apreciador da Arqueologia e do seu enquadramento legal actual, agilizou imenso as minhas obrigações profissionais. Sem essa disponibilidade, a entrega no prazo estipulado seria impossível.

Com a minha família, aprendi entre outras coisas, o valor do trabalho e do altruísmo. Cada com o seu estilo a Hermínia, a Vina e o Jorge foram sempre uma fonte inesgotável de apoio, incentivo e estabilidade emocional. Estas coisas não se agradecem. Retribuem-se. Com o Tiago, embora mais distantes partilharemos sempre uma visão da aprendizagem e do trabalho como algo que faz especial sentido se melhorar a nossa vida mas também a dos outros.



Sem nomes, para evitar esquecimentos, uma palavra para aqueles e aquelas que nada têm a ver com a Arqueologia, mas que com genuína curiosidade ou “forçada” pela amizade e camaradagem, lá foram ouvindo falar de uns cacos pintados encontrados em Santarém e cujos convites e encontros foram recusados ou contornados, nos últimos meses, com um indelicado e por vezes brusco: «Eh pá, não dá.».

As últimas palavras vão para a Carlota e para o Zé Augusto “Carica”, dois operários desavindos mas com uma vontade comum: que o «cachopo estudasse para ter uma vida melhor». Que definiam apenas como mais feliz e compensadora. Daí que tenham encarado com naturalidade a opção pelas «coisas antigas», que não eram particularmente conhecidas como fonte de rendimentos assinaláveis. Infelizmente nenhum deles pode ler estas páginas.



## Resumo

Este trabalho consiste numa abordagem preliminar à frequência, fórmulas decorativas, bem como ao enquadramento económico, social e cultural do recurso à pintura a branco na decoração da cerâmica que circulou em Santarém entre os séculos finais do domínio islâmico e o advento da Modernidade. A amostra material estudada foi recuperada numa intervenção arqueológica de carácter preventivo, realizada no “centro histórico”, mais concretamente nos números de polícia 2 a 8 da Rua 5 de Outubro, sendo complementada com a informação disponível na bibliografia especializada, onde se encontram publicados outros conjuntos cerâmicos provenientes da cidade.

Verifica-se que esta técnica decorativa se constitui como um elemento definidor do processo de islamização da produção cerâmica local, encontrando-se estabelecida nos séculos XI-XII, uma tradição ornamental cujos motivos e organização espacial nos suportes cerâmicos que se mantiveram em uso, embora com mutações assinaláveis, até meados do século XIV. Na centúria seguinte verifica-se um ressurgimento do pigmento enquanto elemento decorativo, mas obedecendo a lógicas técnicas e ornamentais totalmente diversas dos períodos antecedentes, sendo que o estímulo directo à sua produção se relacionará com as lógicas específicas deste período, nomeadamente a afirmação do gosto gótico, a intensificação das trocas comerciais entre os reinos peninsulares e a integração plena de algumas produções cerâmicas sem revestimento no lote de produtos transaccionáveis a uma escala supra-regional.

Com excepção desta última variante, saliente-se que no patamar actual do conhecimento, a ocorrência de pintura a branco em Santarém não se encontra habilitada como elemento definidor de cronologias precisas e as propostas de datação das peças ou contextos onde surge deve basear-se preferencialmente na morfologia dos recipientes em que foi aplicada ou noutro tipo de espólio que lhe surja associado.

**Palavras-chave:** Cerâmica medieval, pintura a branco, arqueologia urbana, Santarém, datação contextual.



## Resumen

Esta tesis es una primera aproximación a las fórmulas decorativas de la cerámica pintada a blanco em Santarém, entre el período tardo-islámico e el siglo XVI, bien como a su entorno económico, social y cultural. La muestra material estudiada fue recuperada en una intervención arqueológica de gestión, que tuvo lugar en la "ciudad vieja", más específicamente, en los números 2 a 8 de la Rua 5 de Outubro e complementada con la información disponible en la literatura especializada, donde se han publicado otras colecciones cerámicas provenientes de la ciudad.

Esta técnica decorativa se había constituido, en el siglos XI y XII, como un elemento marcante del proceso de islamización de la producción cerámica local y los motivos, bien como la organización espacial de la pintura en la superficie de los recipientes se mantuvieran en uso, hasta mediados del siglo XIV, aunque com algunos cambios assinalables.

En el siglo siguiente se assiste a un resurgimiento de lo pigmento blanco pero obedeciendo a logicas y técnicas ornamentales diferentes, provavelmente relacionadas con la afirmación del gusto gótico, la intensificación del comércio entre los reinos ibéricos y la plena integración de producciones cerámicas sin revestimiento en el lote de bienes negociables a una escala supra-regional.

Con la excepción de la ultima variante, cabe señalar que el nivel actual de conocimientos, la presencia de pintura blanca no tiene valor como elemento de datación y la integración cronológica de las piezas o de los contextos donde surge, debe basarse preferentemente en la morfología de los contenedores en que se aplicó o, en alternativa, en otro tipo de materiales que surjan en asociación com ellas.

**Palavras clave:** Cerámica medieval, pintura a blanco, arqueologia urbana, Santarém, datación contextual.



## ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>2. A PROVENIÊNCIA DA AMOSTRA</b> .....	<b>8</b>
<b>3. QUESTÕES METODOLÓGICAS</b> .....	<b>15</b>
3.1. FORMAS E NOMENCLATURA .....	18
3.1.1. Cerâmica de cozinha .....	20
3.1.2. Cerâmica de mesa .....	22
3.1.3. Cerâmica de armazenamento e transporte .....	25
3.1.4. Cerâmica para iluminação .....	25
3.1.5. Cerâmica de uso lúdico .....	26
<b>4. O PERÍODO ISLÂMICO – SÉCULOS XI-XII</b> .....	<b>26</b>
4.1. INTEGRAÇÃO CRONOLÓGICA DOS CONTEXTOS .....	27
4.2. A CERÂMICA COMUM: ASPECTOS FORMAIS E PARALELOS ESTILÍSTICOS .....	32
4.2.1. Cerâmica de cozinha .....	32
4.2.2. Cerâmica de mesa .....	33
4.2.3. Formas com presença residual .....	37
4.3. A DECORAÇÃO .....	40
4.3.1. Entre as origens e a generalização. Um ponto de situação. ....	40
4.3.2. Os motivos-base .....	44
4.3.3. As associações de motivos .....	49
4.3.4. A especificidade regional .....	53
<b>5. TRANSIÇÃO DE PODERES E OSMOSE CULTURAL. PRODUÇÃO E CONSUMO DE CERÂMICA ENTRE A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XII E A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIII.</b> .....	<b>60</b>
5.1. CONTEXTOS E CRONOLOGIAS .....	62
5.1.1. A produção .....	62
5.1.2. O consumo .....	66
5.1.2.1. A matriz islâmica .....	66
5.1.2.2. A presença de materiais de tradição setentrional .....	69
5.2. O REGISTO MATERIAL DE UMA SOCIEDADE EM MUTAÇÃO: AS FORMAS CERÂMICAS .....	77
5.2.1. Cerâmica de cozinha .....	77
5.2.2. Cerâmica de mesa .....	80
5.2.3. Cerâmica de armazenamento e transporte .....	83
5.2.4. Outras funções .....	83
5.3. DECORAÇÃO PINTADA A BRANCO. CONTINUIDADE E MUTAÇÕES. ....	85
5.3.1. A tradição islâmica .....	85
5.3.1.1. Os motivos .....	88



5.3.2. Elementos setentrionais e pintura a branco .....	90
<b>6. SANTARÉM ENTRE O ATLÂNTICO E O MEDITERRÂNEO. FINAIS DO SÉCULO XIII – SÉCULO XIV.</b> .....	<b>92</b>
6.1. OS CONTEXTOS TRECENTISTAS .....	92
6.2. PRODUÇÃO CERÂMICA E PADRONIZAÇÃO FORMAL .....	95
6.2.1. Cerâmica de cozinha .....	95
6.2.2. Cerâmica de mesa .....	97
6.2.3. Cerâmica de armazenamento .....	99
6.3. A PINTURA A BRANCO: UMA OPÇÃO EM DECADÊNCIA .....	100
6.3.1. Os motivos .....	102
<b>7. A SÍNTESE CULTURAL DA BAIXA IDADE MÉDIA. SÉCULOS XV-XVI.</b> .....	<b>104</b>
7.1. INTEGRAÇÃO CRONOLÓGICA DOS CONTEXTOS .....	105
7.2. PINTURA A BRANCO SOBRE ENGOBE VERMELHO .....	109
7.2.1. Frequência .....	109
7.2.2. Distribuição geográfica .....	110
7.2.3. Programas decorativos: motivos e influências culturais .....	111
<b>8. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>116</b>
<b>9. BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>120</b>

## ANEXOS

- I. MACRO-ESTRUTURA DA CIDADE DE SANTARÉM. SÉCULOS VI - XII
- II. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA PINTURA A BRANCO POR FORMA CERÂMICA
- III. MATERIAIS ISLÂMICOS. SÉCULOS XI - XII
- IV. ASSOCIAÇÕES DE MOTIVOS NAS JARRAS ISLÂMICAS DO GARB AL-ÂNDALUZ. QUADRO COMPARATIVO.
- V. AS MATERIALIDADES NUM PERÍODO DE TRANSIÇÃO POLÍTICA. 2ª METADE DO SÉCULO XII – SÉCULO XIII
- VI. A CULTURA MATERIAL DOS FINAIS DO SÉCULO XIII – 2ª METADE DO SÉCULO XIV
- VII. AS CERÂMICAS DE UM MUNDO NOVO. SÉCULO XV – INÍCIOS DO SÉCULO XVI
- VIII. FOTOGRAFIAS



## 1. INTRODUÇÃO

A utilização de pigmento branco como elemento decorativo aplicado na superfície de recipientes cerâmicos suplantou todas as outras técnicas ornamentais no sudoeste peninsular durante o período do domínio islâmico (GÓMEZ, 2004, p. 562), sobretudo a partir dos finais do Califado. A associação desta técnica decorativa a estas cronologias generalizou-se a ponto de ser utilizada como fósil director para integrar cronologicamente, por vezes de forma acrítica, estas produções no período de domínio muçulmano. Em jeito de caricatura, executivos camarários, empresas de arqueologia e alguns investigadores confluem na “exigência” de uma ocupação islâmica em todas vilas e cidades portuguesas e a pintura a branco faz parte do arsenal argumentativo.

Neste estudo, que foca especificamente a sua presença em Santarém, não obtivemos dados que ajudassem a clarificar as origens e causas desta concentração regional. Assim, e na falta de estudos sistemáticos sobre as origens e dispersão da pintura a branco, perseguimos nesta dissertação objectivos bastante modestos, focados essencialmente na diacronia da sua utilização, compulsando paralelamente alguns dados estatísticos que permitam, cumulativamente com trabalhos futuros, sistematizar a sua representatividade nos conjuntos materiais produzidos nas diversas conjunturas políticas e culturais que se sucederam entre os séculos XI e XV. Não podíamos no entanto deixar de aflorar aspectos como as temáticas decorativas, fornecendo alguns dados para as variantes regionais da sua dispersão, abordagem que cremos essencial no contexto da nítida regionalização das produções cerâmicas que caracteriza, pelo menos, o período inicial da sua divulgação, umbilicalmente relacionada com a islamização do território actualmente português.

## 2. A PROVENIÊNCIA DA AMOSTRA

Actualmente Santarém é capital de distrito, mas a sua vocação enquanto centro polarizador de um território alargado - derivada da sua posição face ao rio Tejo que se assumiu precocemente como uma via preferencial para a penetração de influxos



alógenos – tem antecedentes vetustos como se verifica pela sua inserção nas redes comerciais tecidas no Mar Interior pelos fenícios.



**Figura 1 - Localização geográfica de Santarém na Península Ibérica e na Carta Militar de Portugal (extracto da folha n.º353, esc. 1:25 000).**

Se para este período não possuímos dados que permitam estabelecer, de forma mais rigorosa, o espaço que tutelava nem o tipo de relações estabelecidas com o seu *hinterland*, a criação do *conventus scallabitanos* - com sede na fortaleza romana erigida pelo pró-consul *Junio Decimo Bruto* em torno de 138 a.C. - na época de Augusto, demonstram que, pelo menos em determinadas conjunturas, o raio de influência política e certamente cultural desta cidade se alargava a todo o Médio Tejo e ao seu estuário, penetrando também profundamente no continente (VIEGAS, 2003, p. 18). De facto, quando as fontes voltam a revelar pormenores sobre a sua rede administrativa, sabemos-la sede de *kura* no século X, partilhando com Lisboa a polarização das áreas que margeavam o curso final do Tejo. No contexto dos séculos finais do domínio islâmico, quer o pendor autonomista que surge da fragmentação política do califado, quer a aproximação da marca que separava cristãos e muçulmanos



no extremo ocidental da península, terão criado as condições para uma revalorização da sua importância relativa, baseada sobretudo na vocação militar do esporão da Alcáçova, tendo já sido descrita como a «capital regional ao norte do Tejo» desta época (VIANA, 2004, p. 54).

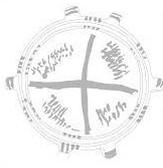
De forma ainda mais sucinta, o enquadramento geográfico desta dissertação pode ser assim definido: estudámos a técnica decorativa dominante dos materiais cerâmicos produzidos e/ou consumidos numa cidade periférica no âmbito do *al-Andaluz* mas que, no plano regional, correspondia a um dos centros urbanos mais dinâmicos. Se este é o ponto de partida, detalhámos a frequência quantitativa da utilização do pigmento branco como elemento decorativo e a sua evolução estilística até aos finais da Idade Média.

O conjunto artefactual que serve de base a este trabalho foi recuperado na escavação preventiva dos n.ºs 2 a 8 da Rua 5 de Outubro (M: -47160; P: -47910), no âmbito da construção de um empreendimento imobiliário no centro histórico da cidade - denominado de *Villa Rosa Palace* - que decorreu em duas fases distintas, em 2007 e 2008. A escolha desta amostra deveu-se a vários factores. Desde logo pelo contacto privilegiado que mantivemos com os materiais e realidades estratigráficas identificadas, uma vez que colaborámos, enquanto trabalhador independente, nesta intervenção concessionada pelo promotor da nova construção a uma «empresa de Arqueologia», tendo os trabalhos sido coordenados por Helena Santos<sup>1</sup>. Numa fase posterior, foi-nos confiado o inventário de toda a componente artefactual.

Se nesta questão em concreto uma causalidade profissional pesou na hora de escolher o conjunto em estudo, a área intervencionada revestia-se aprioristicamente de uma importância axial para uma abordagem arqueológica consistente às materialidades que assistiam à população de Santarém em cronologias pós-clássicas. Desde logo em termos quantitativos: tendo sido escavados manualmente 1000 metros quadrados, trata-se da maior intervenção, no âmbito da arqueologia preventiva, realizada até ao momento naquela cidade. Mas o factor de maior relevância será indubitavelmente o seu posicionamento na malha urbana.

---

<sup>1</sup> O processo de escavação deste sítio foi algo conturbado e decorreu em quatro intervenções temporalmente descontínuas realizadas entre 2006 e 2009. Quer o redactor deste trabalho, quer a coordenadora científica mencionada não colaboraram, em nenhum momento, na primeira nem na última fase dos trabalhos.



Como reiterou Mário Viana, a feição urbana adquirida pela povoação de Santarém a partir do período romano relaciona-se directamente com a dicotomia fortaleza/porto (VIANA, 2007, p. 58), que tutelou a sua evolução política e estratégica, mas também os ritmos de expansão do edificado ao longo dos séculos. Assim, pelo menos desde a Idade do Ferro que se estruturou um núcleo de povoamento no esporão rochoso sobranceiro ao rio, no contexto das trocas comerciais no Mediterrâneo e correlativa intensificação da exploração dos recursos naturais, emulada pelas navegações e colonizações fenícias (ARRUDA, 2002, p. 34), posição que demonstra sem dúvida que a protecção se constituiu precocemente como um imperativo estratégico. Sendo provável que a defensabilidade deste ponto tenha sido reforçada por uma linha de muralha logo no Baixo Império (MAN, 2008, p. 283), a sua existência só pode ser definitivamente comprovada no século XII, quando o núcleo genésico da povoação, correspondendo ao assentamento sidérico e à antiga *civitas* romana, recebia já a designação actual, *Alcáçova*, demonstrando como neste núcleo a função militar se impunha a todas as outras no estertor do Império Almóada (LIBERATO, no prelo<sup>2</sup>).

Se nesta conjuntura em concreto importava sobretudo defender uma fronteira política, os diversos poderes instalados em Santarém asseguravam o domínio sobre uma área reconhecida pela prodigalidade dos recursos agrícolas. Facilitado o seu transporte pela proximidade com o Tejo junto da margem, o núcleo denominado desde época medieval como Ribeira, assegurava a chegada de produções exógenas, mas especialmente assegurava a confluência e distribuição das produções agrícolas provenientes das planícies aluviais que rodeavam a cidade, uma das áreas mais férteis do extremo ocidental da Península Ibérica (CONDE, 2007, pp. 348-350).

Estes foram até aos finais do século XII os dois centros que mutuamente articulavam e definiam a urbe escalabitana. A Este da Alcáçova erguia-se um segundo planalto, onde as fontes cristãs passaram, a partir dessa data, a referenciar um terceiro núcleo de povoamento estruturado em torno da igreja de Marvila, topónimo que estendia a todo o topo deste acidente de relevo. A origem da ocupação deste espaço tem sido alvo de interpretações várias, sendo que alguns autores, baseados na malha

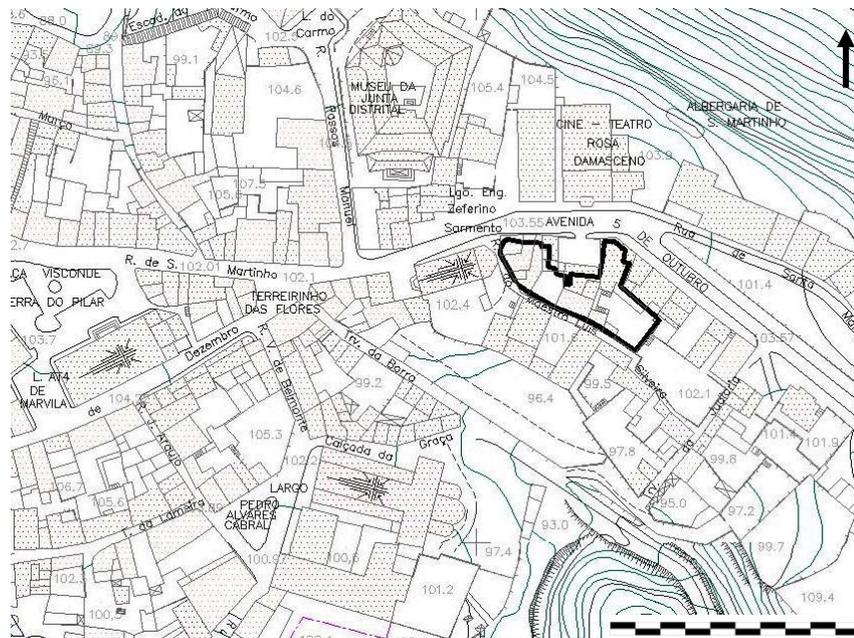
---

<sup>2</sup> A diacronia do sistema amuralhado da Santarém medieval foi já alvo de várias interpretações e propostas. Neste artigo tentamos uma revisão dos dados documentais em conjugação com as realidades identificadas no *Villa Rosa Palace*. Veja-se a nossa proposta no anexo I



cadastral actual, a fazem recuar até ao período romano enquanto outros defendem que constituía o âmago da Medina islâmica (LIBERATO, no prelo).

A intervenção arqueológica forneceu dados fundamentais para esclarecer esta questão, uma vez que incidiu no extremo ocidental do planalto de Marvila, conhecido na Idade Média por *Alpran* e actualmente Alporão, pelo que cremos relevante apresentar uma sucinta relação das realidades identificadas.



**Figura 2 - Localização da escavação arqueológica num extracto da carta cadastral de Santarém (adaptação).**

A ocupação deste espaço ter-se-á iniciado no período romano imperial, quando acolheu uma necrópole de incineração que servia *Scallabis*. Algumas das urnas identificadas encontravam-se sob o depósito [1606] caracterizado pela abundância de materiais, onde se destaca a ocorrência de ânforas e cerâmica campaniense, mas onde surgem também *sigillatas* itálicas e sudgálicas, que segundo classificação preliminar do Professor Doutor Carlos Fabião, serão anteriores à primeira metade do século I d.C.. A formação desta camada com cerca de 60 cm de potência não se afigura evidente, uma vez que não corresponde a uma reconversão da função funerária da área, tendo sido interceptada posteriormente por um possível *ustrinum* e por várias sepulturas de inumação. De momento não podemos aferir definitivamente se estas soluções de enterramento coexistiram temporalmente ou se sucederam. A inexistência de espólio em



muitas das inumações constituiu uma dificuldade adicional à sua rigorosa integração cronológica, mas, por outro lado, a ausência de espólios votivos em contextos sepulcrais de época romana sugere fortemente cronologias tardias dentro deste período.

No entanto, os dados recolhidos permitem asseverar que continuou a ser utilizado como necrópole ao longo da Alta Idade Média, mau grado as mutações políticas e culturais que foram ocorrendo. Assim, foi identificado um núcleo de sepulturas com a organização E-O, formado por associações de grupos de sepulturas, possivelmente correspondendo a inumações de membros da mesma família, considerados elementos característicos destes períodos (RIPPOL, 1998, p. 412). Nalgumas foi recolhido espólio funerário que permite enquadrá-las nos séculos VI-VII, nomeadamente um jarro com paralelos evidentes noutras necrópoles peninsulares (CARMONA, 1991, pp. 384-386, LÓPEZ e BARROS, p. 309). Este espaço continuou a acolher os defuntos da população islamizada após 714, como nos revelam os enterramentos com típica deposição em decúbito lateral direito, que interceptam muitas vezes enterramentos anteriores.

Podemos portanto concluir, dadas as características partilhadas pela civilização romana e muçulmana no que toca à implantação dos necrotérios, que esta área se encontrava relativamente afastada das áreas mais densamente povoadas, correspondendo portanto à área peri-urbana quer da *civitas* romana quer da medina califal. É necessária uma observação sistemática de todos os materiais recolhidos, bem como das correlações estratigráficas registadas, para avançar com uma cronologia mais rigorosa para a reconversão da funcionalidade deste espaço ocorrida com o abandono da necrópole islâmica. No entanto, podemos asseverar que o mesmo seria já uma realidade no século XI, a julgar pelos materiais recolhidos nos níveis de abandono de algumas estruturas negativas que, aquando da sua abertura, interceptaram enterramentos depositados de acordo com os preceitos muçulmanos.

No entanto, esta área manteve a sua feição periférica ao longo das centúrias seguintes. De facto, o registo arqueológico permite entrever que, entre os séculos XI e XIV aqui se instalaram o que parecem ser unidades de tratamento de curtumes, se procedeu à extracção de calcário para construção, observando-se ainda a ocorrência de actividades relacionadas com a metalurgia, nomeadamente a acumulação massiva de escória. A completar este quadro de actividades em geral afastadas das áreas centrais dos núcleos urbanos assinala-se a frequente escavação de estruturas negativas de



formatos e dimensões variadas já mencionadas, bem como a identificação de quatro fornos dedicados à produção de cerâmica comum.

Só nos finais do século XIV, inícios do século XV se assistiu a um processo de densificação da malha urbana, em especial no centro da zona intervencionada, certamente relacionada com um processo de expansão urbana e com a corresponde densificação da malha cadastral adstrita à função residencial. Destaca-se a estruturação de um eixo viário calçadado, bordejado por várias moradias, uma das quais provida de uma cisterna. Ainda assim, espaços razoáveis permaneceriam livres de construções, funcionando provavelmente como quintais, onde decorriam actividades agrícolas. Sem surpresa, nestas parcelas desocupadas foram identificados os silos com entulhamentos mais tardios, já da Baixa Idade Média e numa extensa área a SO da escavação verificou-se ainda a manutenção das actividades metalúrgicas até aos meados do século XV.

Durante a escavação foram recuperados cerca de 62000 fragmentos cerâmicos provenientes de um total de 2472 unidades estratigráficas. Em virtude da especificidade da ocupação neste espaço que fomos descrevendo ocorrem neste conjunto elementos que constituem uma base de trabalho especialmente conveniente para abordar as questões que queremos tratadas ao longo da dissertação. Assim, a profusão de estruturas negativas sucessivamente escavadas entre os séculos finais do domínio islâmico e os alvares da Modernidade, permitiu recuperar uma série de perfis bastante completos, em virtude da sua última utilização como contentores de despejos domésticos, o que favoreceu a sua integração cronológica bem como a definição de tipologias e de esquemas decorativos. Complementarmente, a sua posição topográfica, a salvo de perturbações posteriores, bem como o processo de enchimento, em geral muito rápido, permitem perspectivar uma maior homogeneidade cronológica, uma vez que são conjuntos menos sujeitos a intrusões de materiais alógenos. As áreas de descarte de subprodutos relacionados com a metalurgia também facilita a obtenção de amostras relativamente fechadas cronologicamente, uma vez que a tonalidade negra permite uma diferenciação cromática evidente de acções posteriores, como sejam a abertura de valas de fundação ou de fossas detriticas. Por último, o medo do fogo, verdadeira obsessão dos poderes concelhios medievais e que constituía certamente um preocupação anterior, acabou por empurrar os fornos para esta área periférica permitindo-nos entrever também um pouco do processo de produção de algumas cerâmicas, mais concretamente as que eram manufacturadas nos decénios que se seguiram à conquista cristã da cidade.



Podemos portanto agora afirmar de forma mais documentada que as especificidades da evolução funcional desta área se traduziram na formação de contextos arqueológicos particularmente adequados à obtenção de informação sobre a cerâmica produzida e consumida em Santarém durante os séculos XI a XVI. De resto, quando recorremos a elementos exteriores a esta amostra utilizamo-los para efeitos comparativos, uma vez que os materiais recuperados neste local permitiram *per si* uma leitura bastante clara da diacronia da utilização da técnica.

Se já apresentámos as vantagens, a *principal* carência desta amostra artefactual decorre também do corte estratigráfico observado: não ofereceu materiais enquadráveis no período emiral e califal, fundamentais para compreender a introdução da pintura a branco na cidade. Situação que no entanto não a coloca em desvantagem face à maioria das urbes do *Garb Al-Andalus*, onde tardam a surgir conjuntos artefactuais ilustrativos do universo cerâmico em circulação entre os séculos VIII e IX<sup>3</sup>. Nos primeiros momentos do domínio muçulmano as cerâmicas não apresentam ainda características que as individualizem imediatamente como marca material de novas opções culturais, sendo que o processo de islamização das produções cerâmicas só se detecta claramente nos finais do século IX – inícios do califado (PICARD, 2005, p. 129).

### 3. QUESTÕES METODOLÓGICAS

Durante a inventariação foram sendo seleccionados todos os fragmentos – realizando previamente as colagens mais evidentes - que pelas suas características formais, decorativas ou técnicas permitissem a sua adscrição funcional e/ou integração cronológica com um mínimo de dúvidas, recebendo então um número individual, o que se traduziu na criação de 10477 registos individuais, compulsados então numa base de dados que armazenava informação básica sobre cada um desses elementos (segmento conservado, morfologia da peça, tipo de cerâmica e aspectos decorativos). Em contextos em que a componente material era mais numerosa, foram inventariados sob esta forma

---

<sup>3</sup> A identificação de contextos destas cronologias em Santarém foi já reclamada no âmbito de trabalhos de arqueologia preventiva (BATATA, BARRADAS e SOUSA, 2004, p. 70), sem no entanto se apresentarem representações gráficas dos materiais.



apenas amostragens de cada tipologia. Como exemplo, se existissem 20 bordos de panelas de secção triangular sem decoração, apenas um quarto dos itens foi associado a uma numeração específica. Os restantes fragmentos foram inventariados em conjuntos de paredes, asas, bordos e fundos.

Terminada a inventariação foram seleccionados vinte e dois contextos, num total de 33 unidades estratigráficas, que preenchessem cumulativamente três critérios: a presença de peças pintadas a branco, embalassem produções cerâmicas ou outros elementos que permitissem uma aproximação o mais rigorosa possível à época em que foram formados e cujos processos de deposição reduzissem a probabilidades de intrusão de materiais cronologicamente muito divergentes da população em circulação nesse momento. Decorrente desta opção, a esmagadora maioria dos conjuntos estudados provém do entulhamento de estruturas negativas. De cada contexto foram seleccionados e ilustrados os materiais que permitiam uma análise formal mais documentada, bem como os que permitiam estabelecer uma tipologia de decoração<sup>4</sup>. Apenas nas raras análises estatísticas que realizamos foram contemplados todos os materiais recuperados em cada UE.

Assinale-se no entanto que a selecção dos fragmentos pintados a branco que enquadrámos em produções do século XV não foi tão rigorosa, uma vez que as suas características técnicas, como veremos adiante, permitem diferenciá-las mesmo quando surgem como intrusões, portanto com uma cronologia posterior à formação do contexto, ou como elementos residuais datáveis de momentos anteriores, uma vez que as suas características técnicas permitem individualizá-los, mesmo descontextualizados.

Apresentamos os dados obtidos observando balizas cronológicas que à partida poderiam ser encaradas como demasiado historicistas. Assim, o primeiro período corresponde aos séculos finais do domínio político muçulmano, quando a pintura a branco era um dos traços mais característicos das cerâmicas consumidas em Santarém. Os cem anos que se seguiram a 1147, data da integração definitiva da cidade no condado portugalense, foram integrados no que chamamos «época da transição de poderes», à falta de melhor definição. O objectivo deste corte cronológico foi definir em que medida a conquista da cidade, com a correspondente desarticulação das relações

---

<sup>4</sup> Os materiais desenhados encontram-se nos anexos III a VII. Para permitir uma análise mais detalhada dos seus aspectos formais todos os exemplares desta tese incluem um CD-ROM onde se encontra a sua versão digital.



culturais com o Mundo Mediterrânico, a par da chegada de colonos setentrionais alterara os aspectos técnicos, formais e decorativos das cerâmicas locais.

Entre os finais do século XIII e a centúria seguinte, mau grado as evidentes influências islâmicas na maioria das formas, conclui-se que as produções locais assumem características que permitem uma imediata individualização cronológica dada a padronização observada, característica que partilha com a cidade de Lisboa. Atestou-se ainda que a pintura a branco continuou a ser utilizada, com rasgos decorativos que permitem perspectivar uma continuidade com os esquemas já observados nas produções muçulmanas.

Nos momentos finais da Idade Média, as soluções de tradição islâmica tinham já desaparecido. O que não significa que a utilização do pigmento branco estivesse ausente do aparato decorativo, mas nestas cronologias assiste-se a uma mutação estrutural visível não só nos motivos desenhados mas também nos aspectos técnicos.

Na apresentação dos dados seguimos sempre o mesmo esquema para cada um dos períodos cronológicos que consideramos. Num primeiro momento apresentamos a proposta de datação para cada um dos contextos, sempre que possível escorada em materiais como produções de luxo ou moedas, que permitem determinar um *terminus post quem* mais fiável. Na falta destes elementos restou-nos recorrer aos paralelos formais com cerâmica comum recuperada. Esta abordagem foi especialmente utilizada para os materiais islâmicos, uma vez que nenhum dos elementos acima mencionados abunda nos conjuntos dos finais do século XI e da primeira metade da centúria seguinte. Dado o acentuado regionalismo das produções cerâmicas andaluzas, consultamos de forma mais sistemática as publicações que apresentam materiais de povoações localizadas nas bacias do Tejo e do Sado, destacando-se Lisboa, Almada e Palmela, devido ao grau de sistematização que os estudos sobre cerâmica medieval já atingiram nestas localidades. De resto, para a discussão em torno das cerâmicas anteriores ao século XI, o esporão de Palmela e o seu *hinterland* revestem-se de importância acrescida dado o escasso conhecimento que temos dos repertórios cerâmicos do *Garb Al-Andalus* nestes âmbitos cronológicos, lacuna ainda mais sentida no seu limite setentrional.

Consideramos também importante proceder à análise das características morfológicas que cada forma assumiu em cada um dos períodos que considerámos. Como veremos adiante não parece possível, com os dados disponíveis, estabelecer



cronologias mais rigorosas para as cerâmicas pintadas a branco, entre os séculos XI e XIV, recorrendo exclusivamente aos aspectos estilísticos da decoração. Deste modo só a datação contextual a partir das associações materiais permite esta diferenciação noutros conjuntos arqueológicos que venham a ser identificados e/ou estudados.

### **3.1. Formas e nomenclatura**

Mau grado se ter assistido nas duas últimas décadas a várias propostas para padronizar a nomenclatura das formas cerâmicas, com especial ênfase para as produções do período islâmico, verifica-se que existe ainda um grande leque de designações que vai variando de autor para autor. Considerando que este aspecto em concreto se constitui como um entrave importante às análises comparativas entre sítios e regiões diferentes, em especial quando os materiais não são ilustrados, consideramos pertinente justificar as nossas escolhas.

Privilegiámos os aspectos funcionais em detrimento das formais. No caso específico de cântaros, jarros\jarras e púcaros a dimensão foi mesmo o critério final para a inclusão em cada uma das categorias, sendo que considerámos cântaros os recipientes que claramente se destinavam ao transporte e armazenamento de quantidades razoáveis de líquidos enquanto nomeamos como jarros\jarras os recipientes que parecem ter servido para os apresentar à mesa. Púcaros são as vasilhas que permitiam a sua dosagem individual. A mesma forma pode portanto estar presente em duas categorias morfo-tipológica distintas, dependendo do volume da peça. Simplificamos ainda a apresentação gráfica: jarros, jarras e redomas seguem ilustrados em conjunto por considerarmos que supriam as mesmas necessidades

Partindo das propostas de terminologia e divisão formal avançadas para o período islâmico, procuramos harmonizá-las com as vigentes em Portugal nos finais da Idade Média, quando as fontes escritas permitem a utilização de dados externos à pesquisa arqueológica e etnográfica. Tarefa facilitada pela qualidade da amostra: a pintura a branco ocorre em formas que colmatavam necessidades básicas comuns, quer a cristãos quer a muçulmanos. Concretizando, decorou cerâmica de cozinha como panelas, testos e caçoilas mas especialmente as que se relacionavam com a mesa, com



ênfase evidente para as que asseguravam o consumo de líquidos como jarros, cântaros ou púcaros.

Nesse sentido, sempre que possível apresentamos as denominações que verosimilmente eram utilizadas pelas comunidades não islamizadas<sup>5</sup>. Esta opção relaciona-se directamente com a amostra utilizada que, como veremos, corresponde na sua maioria, a produções enquadráveis cronologicamente nos séculos subsequentes à conquista da cidade em 1147. Uma vez que não existe uma recolha documental sistemática que possa escorar esta abordagem com um maior volume de dados e permita estabelecer diacronias e distribuições regionais para os diversos termos, recorreremos a outros estudos que já se debruçaram sobre esta temática, com destaque para quatro deles (BAZZANA, 1979; ROSSELLÓ-BORDOY, 1991; GÓMEZ, 2004; BUGALHÃO et. al, 2010). Utilizámos ainda os títulos relativos aos oleiros constantes do «Regimento da Cidade de Évora», documento redigido durante o reinado de D. João I e nas «Posturas antigas da cidade de Évora», compiladas em 1466 (PEREIRA, 1998, pp. 153-154 e 191-192). São portanto designações que se centram no *terminus* do âmbito cronológico que nos propusemos estudar, mas os reportórios documentais publicados não nos permitiram contornar esta limitação.

Decidimos mesmo trabalhar informações mais tardias, que constam do Livro de Cozinha da Infanta D. Maria, obra datável do século XVI (LIVRO, 1986). No entanto, uma vez que se trata da única fonte que descreve a funcionalidade de vários recipientes em fases diferentes do processo de preparação e consumo dos alimentos, consideramo-lo fundamental para estabelecer uma relação entre nomenclatura-função-forma.

Concluindo, algumas denominações foram mantidas apesar de as fontes documentais apontarem outras opções como mais adequadas. Um exemplo é caçoila, que seria mais vulgarmente apelidada de sertã (LIVRO, 1986, pp. 17, 32 e 61). Verificou-se, no entanto, que a sua divulgação nas publicações é muito consistente, observando-se cumulativamente um consenso em torno da associação entre os seus aspectos formais e a sua função. Jarro/jarra e candeia são outros exemplos. Nestes casos

---

<sup>5</sup> Utilizamos esta definição pela negativa porque cremos que ilustra de forma mais correcta a dicotomia observada nas produções cerâmicas escalabitanas que se colocaria não em termos de religião mas antes de proveniência geográfica. Assim, não parece ser possível detectar uma “cerâmica moçárabe” mas é possível isolar episodicamente cerâmicas produzidas em áreas setentrionais da Península nos momentos seguintes à integração de Santarém no condado portugalense.



o nome recenseado mais frequentemente na documentação foi acrescentado entre parêntesis.

### 3.1.1. Cerâmica de cozinha

**Panelas.** Forma fechada com corpo troncocónico a globular, paredes altas e boca relativamente estreita mas com abertura suficiente para permitir a introdução de ingredientes. Directamente relacionadas com as altas temperaturas atingidas, surgem quase sempre munidas de uma ou duas asas que permitiriam a sua deslocação durante ou logo após a confecção de alimentos, que ocorreria recorrendo a quantidades razoáveis de líquidos em ebulição. Atesta-se uma grande diversidade de volumes. Em Loulé, no século XV, os oleiros locais produziam pelo menos três tamanhos, directamente relacionados com o peso, mas correspondendo certamente a uma diferença volumétrica: «panella d'arratel, de me'arratel e de quarta» (LUZIA, 2003, p. 12). Em época islâmica receberia a designação de *burma* ou *qidr* (ROSSELLÓ-BORDOY, 1991, p. 168)

**Testo:** Elemento utilizado para tapar outros recipientes. A maioria apresenta vestígios claros de exposição ao fogo, demonstrando que serviam frequentemente o objectivo de alcançar mais rapidamente a temperatura desejada tapando vasilhas diversas, prevenindo cumulativamente o derramamento do seu conteúdo. Esta constatação determinou que fossem inseridos na cerâmica de cozinha, muito embora pudessem proteger elementos como talhas ou jarros. Admite poucas variantes em cerâmica comum em todo o período estudado, apresentando invariavelmente o característico pedúnculo central e o perfil tronco-cónico. Nomeado no século XV, quando era vendido em conjunto com algumas panelas de grandes dimensões em Évora (PEREIRA, 1998 p. 191), decénios depois a cobertura de uma tigela em que se cozinhavam alimentos, fez-se com um «telhador» (Livro, 1986, p. 37) que poderá ser uma designação alternativa. Provavelmente os elementos arabizados da sociedade escalabitana tratariam esta forma por *gita* ou *mugatta* (ROSSELLÓ-BORDOY, 1991, p. 168).

**Caçoila (sertã).** Forma aberta, com paredes baixas, apresenta geralmente grandes diâmetros e base plana ou convexa, variante que poderá corresponder a uma



solução estrutural para evitar que estalassem devido aos grandes choques térmicos a que eram sujeitas. A partir do século XII apresentam frequentemente lábio adaptado a receber uma tampa ou testo. Mantivemos esta designação devido à sua vulgarização nos estudos sobre cerâmica no território actualmente português, uma vez que nos finais do século XIV corresponderia à sertã para frigir mencionada em Évora (PEREIRA, 1998 p. 191), designação que conserva no século XVI quando era utilizada para «frigir com manteiga» (Livro, 1986, p. 13). Seria designada em árabe como *qas'a* ou *tayin* (ROSSELLÓ-BORDOY, 1991, p. 169).

Muitas vezes os aspectos formais não permitem uma integração isenta de dúvidas. Na documentação surge mesmo a expressão tigela de fogo, que servia entre outras actividades, para «fritar com manteiga» no início do século XVI (Livro, 1986, p. 83), enquanto em Évora em 1466 se referem as tigelas de forno (PEREIRA, 1998, p. 154). Estas denominações demonstram como a multi-funcionalidade de algumas formas acabava por contaminar a nomenclatura, promovendo polissemias que comprometem uma correspondência indubitável entre as referências documentais e a cultura material recuperada pela Arqueologia. Um novo exemplo desta realidade pode ser colhido numa referência proveniente da Loulé quinhentista onde são mencionadas as «tigelas grandes para cozer pescados» (LUZIA, 2003, p. 12)

Mas as caçoilas estavam indubitavelmente adstritas à confecção de alimentos com quantidade diminuta de líquidos, provavelmente gorduras animais ou vegetais, em lume forte. Assim, nos casos em que os aspectos formais poderiam causar hesitações, como nas formas abertas de bordo introvertido muito comuns nos contextos islâmicas, foram integradas nesta tipologia os exemplares calcinados, com claros sinais de exposição a altas temperaturas de forma continuada.

**Alguidar.** Forma aberta de grandes dimensões, sempre com paredes divergentes, destinada a múltiplos labores relacionados com a alimentação, como a lavagem de víveres (Livro, 1986, p. 87) ou na preparação do pão, omnipresente nas mesas mediterrânicas, a ponto de esta forma estar presente mesmo em comunidades que se caracterizam pela escassa diversidade formal das suas produções cerâmicas (BAZZANA, 1979, p. 150). Podia ainda assegurar funções muito específicas como na Évora tardo-medieval, onde era utilizado como contentor de vinho para venda (PEREIRA, 1998, p. 181.). Atesta-se uma grande diversidade de vocábulos para a época islâmica: *libril*, *qasriya* e ainda *qadh* (ROSSELLÓ-BORDOY, 1991, p. 169).



**Fogareiro:** Forma muito específica que consiste na associação de um depósito inferior - destinado a conter pequenas quantidades de matéria orgânica em combustão lenta, de forma a permitir a confecção de alimentos a temperaturas relativamente baixas – com um bordo bastante aberto, geralmente munido de apêndices em redor do seu interior, de forma a suportar os recipientes em que os alimentos eram cozinhados em lume brando. Sintomaticamente, o Livro de Cozinha de D. Maria sinaliza a sua utilização, que permitia aquecer «como brasas» (Livro, 1986, p. 45). *Tannur*, *malla* ou *nafaj* seriam as designações dos falantes árabes. (ROSSELLÓ-BORDOY, 1991, p. 169).

**Forma de pão.** As interrogações de Guillermo Rosselló-Bordoy em torno das peças discóides, que fez corresponder à denominação *tabaq* (ROSSELLÓ-BORDOY, 1991, p. 169), não encontraram ainda uma resposta definitiva. Se os exemplares em cerâmica manual deverão de facto corresponder a utensílios com função culinária, outros de factura mais cuidada e com lábio para-triangular também identificados em Santarém, poderão corresponderem a coberturas de talhas ou terem coadjuvado a moldagem de algumas peças cerâmicas.

### 3.1.2. Cerâmica de mesa

**Tigela.** Forma muito aberta, apresentando em geral paredes baixas e grandes diâmetros. Surgem inúmeras variantes, nomeadamente no perfil do bordo e na forma da base que pode ser plana, ligeiramente convexa ou apresentar um pé anelar. São frequentes os perfis hemisféricos ou tronco-cónicos, vulgarizando-se no período tardo-islâmico as carenas acusadas. Seriam objectos multi-funcionais, utilizados essencialmente na apresentação e consumo de alimentos ou na sua preparação, mas também na sua confecção como nos demonstra a designação, a que já aludimos, de «tigela de fogo». Sem adjectivação, atesta-se o recurso a este recipiente, no século XVI, para fritar, «afogar» carne ou «ferver» uma perdiz (Livro, 1986, pp. 13-14), actividades que talvez não se traduzissem numa calcinação tão marcada como a observada nas caçoilas. Eventualmente, as formas mais profundas poderiam ser denominadas de tacho nos finais da Idade Média, como nos indica a utilização de um destes recipientes para ferver um volume de alimentos razoável como 12 pêssegos (Livro, 1986, p. 93).



Segundo Guillermo Rosselló-Bordoy, *sahfa*, *tayfur* e *gidar* seriam alternativas para designar esta forma pelas populações de língua árabe (ROSSELLÓ-BORDOY, 1991, p.167).

**Escudela:** Sem caracteres individualizadores que as distingam imediatamente das tigelas, convencionamos como elemento diferenciador um diâmetro inferior a 20 centímetros. Muito embora seja uma convenção um pouco artificial, corresponde indubitavelmente a uma diferenciação vivenciada no quotidiano do século XVI. Assim, se no interior de uma tigela se poderia colocar uma lampreia ou 10 ovos (LIVRO, 1986, pp. 33 e 61), uma escudela continha um peito de galinha desfiado ou quatro ovos (LIVRO, 1986, pp. 63 e 71). Sintomaticamente a mesma quantidade deste alimento também podia ser depositado numa «tigelinha» (LIVRO, 1986, pp. 63 e 71). Poderiam ser usadas como medida para pequenas quantidades de condimentos como açúcar ou mesmo cinza e também para apresentação da refeição preparada, permitindo o seu consumo individual (LIVRO, 1986, pp. 57, 70 e 93).

A ocorrência da designação islâmica, *yafna* (ROSSELLÓ-BORDOY, 1991, p. 167), demonstra que a diferenciação destes recipientes era uma realidade anterior, certamente denunciada também pelo fabrico de três formas pelos oleiros de Évora no reinado de D. João I : «tigela parada grande, tigela para frigir e tigelas mais pequenas» (PEREIRA, 1998, p. 191), correspondendo certamente a tigelas, caçoilas e escudelas.

**Pratos:** Forma muito aberta com paredes oblíquas, tendendo à horizontalidade. Nas colecções cerâmicas portuguesas é uma forma exclusivamente cristã, o que permite relacioná-la com as alterações sociais dos finais da Idade Moderna que corresponderiam também a mudanças na culinária e comensalidade (TORRES, 1990 p. 135). Parece ser exclusivamente utilizada para a apresentação e consumo individual de alimentos. Em todas as situações em que é referido no Livro de Cozinha de D. Maria, os pratos já confeccionados receberiam o tempero final, muitas vezes recorrendo a especiarias, colocadas nestes recipientes, sendo levados à mesa logo de seguida (LIVRO, 1986, pp. 15, 17, 41 e 59).

**Jarro/jarra (infusa).** As primeiras duas designações estão implantadas há muito nos estudos sobre cerâmica medieval. Ambos apresentam morfologias variadas, o que levou alguns autores a apresentarem subdivisões na nomenclatura (BAZZANA, 1979, p. 179) mas é consensual a sua utilização para servir ou beber líquidos. A primeira denominação é em geral aplicada a exemplares com um única asa, característica que por



vezes acumula com a presença de um bico vertedor, enquanto os protótipos de duas asas, especialmente frequentes até ao século XV, são associados ao nome feminino. A ocorrência de vozes diferentes em árabe *qadh* e *ibriq* para os primeiros e *barrada* ou *surayba* para a segunda forma (ROSSELLÓ-BORDOY, 1991, pp. 165 e 166) parece demonstrar indubitavelmente que as populações as distinguíam perfeitamente.

No entanto, no período cristão, essa diferenciação parece não ser tão evidente. De resto os vocábulos jarro e jarra não parecem ser conhecidos em Évora no reinado de D. João I, quando o serviço de líquidos seria assegurado por infusas, com metade da capacidade dos cântaros, bem como por algumas das quatro variantes de «pucaras de água» mencionadas (PEREIRA, 1998, p. 191). Já em 1466 os oleiros da mesma cidade produziam «enfusas dagua», que para além de apresentarem vários tamanhos, eram agrupadas também por «paradas» e «bicadas», sendo que este último qualificativo se poderá relacionar com um dos elementos tido como diferenciador dos jarros (PEREIRA, 1998, p. 191).

**Redoma ou bilha.** Seria uma variante menos comum, talvez associada a comportamentos mais requintados e restritos a certos grupos sociais, o que explicaria a sua raridade, a inexistência de uma denominação óbvia na documentação baixo-medieval e a frequente origem alógena dos exemplares identificados, como no caso da única peça presente nesta amostra material. *Raduma* e *kuz* nomeariam esta forma em período islâmico (ROSSELLÓ-BORDOY, 1998, p. 166).

**Púcaros.** Assegurariam certamente a função de permitir a ingestão individualizada de líquidos que em época islâmica seria assegurada pelas *tassa* ou *taqra*. Oferecem em geral corpo globular e bordo vertical ou ligeiramente introvertido, sendo sempre asados. Verifica-se que a altura do colo tende a diminuir nos séculos baixo-medievais. Muitas vezes correspondem a versões de dimensões mais reduzidas das formas utilizadas para servir líquidos, o que permite perspectivar a sua identificação com as «pucarinhas pequenas» dos oleiros de Évora de 1466 (PEREIRA, 1998, p. 191). e com as pequenas peças referidas no século XVI, os «púcaros de meio arrátel», (LIVRO, 1998, p. 71), pesando pois cerca de 200 gramas. Possivelmente as características da pasta e/ou da impermeabilização permitiriam diferenciar os «pucaros pera vinho» vendidos em Évora no reinado de D. João I (PEREIRA, 1998, p. 154).



### 3.1.3. Cerâmica de armazenamento e transporte

**Talha.** Forma de grandes dimensões que permitia o armazenamento de víveres diversos como vinho, azeite e em situações específicas, cereais ou outros alimentos secos, com uma longa tradição na área do Mediterrâneo. A sua função de transporte, atestada na referência a «talhas de carga» na Évora quatrocentista (PEREIRA, 1998, p. 153), implicaria produções de tamanhos diferenciados. As populações islamizadas conheciam-nas por *jabiya* (ROSSELLÓ-BORDOY, 1991, p. 162).

**Cântaro.** Recipiente fechado de médias dimensões, mas sempre superiores às das jarras, cujas características específicas consistem num colo muito estrangulado e a presença de duas asas, relacionadas directamente com a sua função. Seria certamente utilizado para recolher e transportar água, armazenando uma quantidade razoável da mesma para utilizações quotidianas múltiplas: durante o reinado de D. João I, os oleiros de Évora produziam cântaros com capacidade para 16 canadas enquanto as infusas podiam conter «sete ataa oyto» (PEREIRA, 1998, p. 191). Na época islâmica seria denominada pelos vocábulos *yarra* ou *surba* (ROSSELLÓ-BORDOY, 1998, p. 166).

**Pote.** Forma fechada de dimensões variáveis. Com características formais semelhantes a púcaros e por vezes a panelas, distinguimo-los destas formas pela ausência de asa. Poderiam assumir várias dimensões, «grande ou pequeno segundo o que levar por cada almude» (PEREIRA, 1998, p. 191), certamente relacionadas com as múltiplas utilizações que asseguravam. Uma representação iconográfica na Anunciação do retábulo de Santos-o-Novo, da autoria de Gregório Lopes, onde um pequeno exemplar desta forma se encontra selado com um tecido, ilustra o cuidado armazenamento de algum produto alimentar (CARVALHO, 1999, p. 84). Especiarias, sal ou compotas, são algumas hipóteses. Correspondendo à forma *orza\alcolla* de Rosselló-Bordoy e Bazzana (BAZZANA, 1979, p. 178), receberia a designação de *qulla* em árabe (ROSSELLÓ-BORDOY, 1999, p. 164).

### 3.1.4. Cerâmica para iluminação

**Candeia (candeeiro).** Pequeno recipiente, que retendo combustível – à época certamente uma gordura animal ou vegetal – alimentava um pavio, mantendo assim uma



pequena chama. Não distinguimos a típica forma islâmica, *qandil* ou *misbah* (ROSSELLÓ-BORDOY, 1999, p. 164) das produções mais recentes que seriam nomeados de «candeeiros» na Baixa Idade Média (PEREIRA, 1998, p. 191). Este foi mais um caso em que mantivemos a designação comumente aceite nos estudos sobre cerâmica medieval.

### 3.1.5. Cerâmica de uso lúdico

**Brinquedos.** Muito embora alguns autores considerem improvável o seu fabrico e utilização em período islâmico (TORRES, 1991, p. 500), são uma realidade indiscutível na Baixa Idade Média como demonstra a referência eborense a «pucarinhos pera moços pequenos», entre as produções cerâmicas do reinado de D. João I (PEREIRA, 1998, p. 191). Como esta informação documental ilustra, correspondem à miniaturização de diversos morfo-tipos utilizados pelos infantis para mimetizar os comportamentos dos adultos, nomeadamente no que toca às actividades culinárias, “praticando” com estas cópias de reduzidas dimensões, que se atestam em território nacional pelo menos desde época almóada (GOMES, 2003a, p. 101) ocorrendo, por exemplo, nas oficinas de Paterna logo no século XIII, mas mais frequentemente nos finais da Idade Média (GARCIA, 2002, p. 334).

## 4. O PERÍODO ISLÂMICO – SÉCULOS XI-XII

Para ilustrar as dinâmicas da pintura a branco nos últimos dois séculos de domínio islâmico da cidade, foram seleccionados cinco contextos islâmicos, correspondendo a um total de nove unidades estratigráficas. Como já observámos, esta ornamentação era bastante comum nestas cronologias e existem muitos mais depósitos em que se encontra representada. No entanto, não detectámos nesses conjuntos elementos que pudessem alterar estruturalmente as considerações que avançamos.



Por outro lado, os materiais publicados desta cronologia recuperados na cidade, são exponencialmente superiores em comparação com os períodos subseqüentes, alargando o *corpus* de informação aproveitável neste estudo.

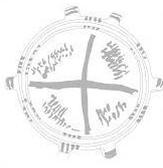
#### 4.1. Integração cronológica dos contextos

Cronologicamente, o contexto mais recuado será o [583], que corresponde a uma estrutura negativa de grandes dimensões que se encontrava colmatada com quatro unidades estratigráficas diferentes, a [493], [496], [506] e [509], sendo que o espólio não era especialmente abundante em nenhum destes depósitos. A partir dos materiais recolhidos não foi possível estabelecer se existiram hiatos no seu enchimento, mas a sua irregularidade permite perspectivar que se trata de uma fossa detrítica, aberta no substrato geológico com o intuito de acolher lixos domésticos, não sendo verosímil que a sua utilização se tenha prolongado por um largo período de tempo.

Como certo sabemos que a sua colmatagem estaria completa antes da segunda metade do século XII, a julgar pelo espólio recolhido na estrutura negativa [470], que o interceptou e de que falaremos em seguida com mais pormenor. Este *ante quem* pode ser reforçado pela presença do cântaro pintado [509] – 4725, com flagrantes semelhanças com peças identificadas em Mértola, com as quais partilha aspectos formais, técnicos e decorativos, denunciados pela utilização de pasta clara, caneluras no bojo e pintura a vermelho formando motivos a partir de círculos geminados, o que colocaria este despejo num período lato entre o século XI e XII (KHAWLI, 1993, p. 73).

Quer as panelas de bordo extrovertido, com o lábio arredondado ou plano, quer os cântaros de colo canelado e bordo extrovertido recolhidos nesta unidade tem os melhores paralelos com cerâmicas provenientes do Convento de São Francisco de Santarém, onde foram datadas entre os séculos X e XI (LOPES e RAMALHO, 2001, p. 82). Com base nestes dados, consideramos que a estrutura [583] terá sido colmatada entre os finais do califado e os primeiros tempos do domínio almorávida.

O conjunto das unidades [973] e [1107] corresponde ao transporte de sedimentos para amortizar uma estrutura negativa - [2467] – que, pelas dimensões e pela regularidade das paredes, corresponderá a um silo para armazenagem de alimentos



secos. Sem qualquer indicador em contrário – uma vez que não se detectam discrepâncias cronológicas entre os materiais recuperados em cada uma das camadas - foram consideradas deposições realizadas num curto espaço de tempo.

A posição estratigráfica favorece o seu enquadramento cronológico em época almorávida, uma vez que a abertura deste silo interceptou uma estrutura homóloga, registada como [1856], escavada após a desactivação da necrópole islâmica - uma vez que se sobrepôs a um enterramento em decúbito lateral - que terá ocorrido nos finais do século XI ou inícios do seguinte, como já avançámos. Cumulativamente, a escavação do acesso à fornalha de um forno - [1579] - construído possivelmente ainda durante o século XII mas quando as forças cristãs dominavam já a cidade<sup>6</sup>, atingiu o topo da [743], que serviu durante o período de laboração desta estrutura como solo de circulação.

Os materiais recuperados também apoiam esta atribuição cronológica. Os aspectos formais da peça [1107] – 8209 aproximam-na bastante dos grandes jarros de colo alto com bordo em aba, decorados com corda seca total, que surgem em Almeria (FLORES, MOÑUZ e LIROLA, 1999, p. 4) ou em Jaén, onde estão datados do século XII (DÉLÉRY, 2006, p. 1432), muito embora as temáticas decorativas, bem como a técnica, não coincidam com as do bordo recuperado em Santarém. Neste caso, parece reproduzir seis vezes a partícula *al*, desenhada em corda seca parcial, a partir da associação dos caracteres *alif* e *lam* em estilo cúfico, sendo que a extremidade destas letras – o elemento que permite uma maior diferenciação tipológica da epigrafia presente neste tipo de decoração (DÉLÉRY, 2006, p. 2053) - aproxima-se claramente da morfologia patente em peças de corda seca total de Jerez de la Frontera ou Córdova (DÉLÉRY, 2006, p. 2058) enquadráveis em produções do século XII-XIII, mais um elemento que firma a hipótese da época de formação deste depósito corresponder aos últimos momentos da presença almorávida na cidade como a mais provável.

Embora se afaste da temática que queremos tratar, assinala-se que, separando as diversas representações da partícula *al*, surge uma flor ou bolbo de Lótus. Estaremos perante uma composição «de simbolismos mixtos epigráficos y figurados trabajando juntos», conjugação de elementos que se divulgam em vários suportes a partir do

---

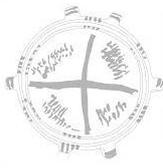
<sup>6</sup> Adiante analisamos com mais pormenor esta estrutura. A datação avançada baseia-se também em correlações estratigráfica, uma vez que o forno se encontra sobre uma estrutura negativa que continha no seu enchimento numismas da primeira dinastia.



califado omíada (ZOZAYA, 2002, p. 142)? A flor de lótus pode corresponder simbolicamente à palavra eternidade ou, utilizada como adjectivo, a eterno (ZOZAYA, 2002, p. 136), pelo poderemos estar perante a evocação d' *O Eterno*, correspondendo a um dos noventa e nove *al-asma al-husna* utilizados para referir a divindade islâmica. A presença do cordão da eternidade, motivo amplamente divulgado e de interpretação mais evidente, reforçaria a composição, tornando-a mais facilmente perceptível à generalidade dos utilizadores da peça.

O jarro/redoma [973] - 7560 recuperado neste contexto corresponde certamente a uma importação, a julgar pela associação de pastas claras e pintura a vermelho, que surgem regularmente em contextos islâmicos do *Al-Andaluz* entre os séculos IX e XII. Em Lisboa, durante o século XI, surgem produções locais que terão mesmo suplantado as importações (BUGALHÃO e GÓMEZ, 2005, p. 252), que no entanto nunca cessaram, como se verifica pela abordagem arqueométrica a materiais provenientes daquela cidade, de Alcácer do Sal e de Santarém, que concluiu que as cerâmicas pintadas a vermelho sobre pasta clara, independentemente do contexto onde foram recuperadas, parecem ter a mesma «proveniência, o que reforça a hipótese de serem importadas» (DIAS, PRUDÊNCIO e GOUVEIA, 2001, p. 278). Resultados idênticos foram obtidos para exemplares de Palmela, onde parecem ser especialmente frequentes em contextos dos séculos IX e X, sendo que as análises químicas também permitiram isolar uma produção que associa pastas claras e pintura a vermelho da restante cerâmica que circulava localmente (FERNANDES, 2003, p. 640). Um terceiro exemplo do reconhecimento desta produção como oriunda de um ou mais centros especializados na sua manufactura, distribuída depois pelo *Garb*, encontramos-lo em Silves, onde se coloca a hipótese de ser exactamente esta a cidade de origem. Datações de radiocarbono integram-nas cronologicamente na transição do século X para o XI (GOMES e GOMES, 2001, p. 60).

Não conseguimos identificar paralelos absolutamente semelhantes com a peça escalabitana, que permitam integrá-la num espectro cronológico mais preciso, mas cremos possível filiar a moldura exterior do colo em protótipos muito específicos, que apresentam frequentemente vidrado melado e que circularam desde o califado (GÓMEZ, 1997, p.133), mas que parecem ter-se divulgado na costa mediterrânica com maior intensidade entre os séculos XI e XII, surgindo em Mértola (GÓMEZ, 2004, p. 412) ou em Almeria, Granada e Málaga (ACIÉN, et.al., 1995, p. 126). Assim, cremos



que constituiu mais um elemento que conflui na atribuição cronológica já avançada para os outros materiais, que parecem apontar o período taifa ou almorávida como o mais provável para a formação deste contexto.

O fragmento de candil [1107] - 8210, muito embora apresente reduzidas dimensões que impedem uma mais correcta integração formal, apresenta características - como a abertura do bico em forma de elipse e uma profundidade de cerca de dois centímetros - que o aproximam dos exemplares identificados na Alcáçova da cidade, estes com vidrado de cor melada, o que constitui, aliás, um elemento de dissonância com a peça recuperada no *Villa Rosa Palace*, que apresenta o mesmo tratamento de superfície, mas de tom verde. As autoras do referido estudo afirmam que podem ser enquadrados numa ampla cronologia entre o século X e os inícios do XII (VIEGAS e ARRUDA, 1999, p. 149).

A interpretação da estrutura [520] encontra-se dificultada pela extensa afectação decorrente de construções posteriores. Fincadas no sedimento [504], identificaram-se quatro pedras calcárias dispostas de forma circular que poderão constituir o sistema de escoramento de um poste - [484] -, bem como uma fiada de tijoleiras [487], não sendo possível discernir se estas realidades constituíam uma unidade funcional. Escavado aquele sedimento ficou definido o topo do depósito [508], bem como os limites de uma estrutura negativa - [520] - que o continha e se encontrava reforçada na parede sul com elementos pétreos calcários de grande dimensão. Muito embora não possamos adscrever de forma indubitável uma funcionalidade a este conjunto, a coloração da [504], que apresentava um tom cinzento muito escuro e a presença de escória e de fragmentos de ferro amorfo, permitem equacionar a hipótese de estar relacionado com o processo de fundição de metais.

Os materiais recuperados permitem colocar o abandono desta estrutura nos momentos finais do domínio muçulmano, sendo exemplos as grandes tigelas ou caçoilas com o bordo em aba que surgem frequentemente em contextos undecentistas de Santarém (VIEGAS e ARRUDA, 1999, p. 149) ou Lisboa (GOMES, et. al, 2001, p. 134), mas também em Palmela, onde se considera que esta forma, denominada de «lábio pendente», se divulgou de forma mais expressiva em período almorávida (FERNANDES, 2001, p. 192). Recuperou-se também um fragmento de uma grande tigela de carena acusada [508] - 4697 vidrada a verde, que parece corresponder a perfis



muito divulgados a partir do século XII por todo o *al-Andaluz*, apresentando frequentemente esse mesmo tratamento de superfície (GÓMEZ, 2004, p. 369).

A estrutura negativa [1378] foi anulada com a deposição do sedimento [1359], sendo que a sua funcionalidade original não pode ser aferida a partir dos dados recolhidos, se bem que a regularidade do seu perfil sugere que se trataria de um silo. O fragmento decorado com corda seca parcial [1359] - 9942, apesar de diminuto, tem semelhanças evidentes com peças de Toledo, Badajoz ou Cuesta de la Veja, datadas do século XI, nomeadamente ao nível da pasta clara muito depurada, das cores utilizadas, verde e mel forte, e principalmente pela presença de pequenos traços de manganés que saem das linhas de separação do vidrado e participam da composição ornamental (DÉLÉRY, 2006, pp. 1851, 1920 e 1152). Surgem também em Vascos ou Albarracin, sendo que neste caso se pondera a sua produção já no século XII (DÉLÉRY, 2006, pp. 1277 e 1519). Mau grado a peça escalabitana não permitir uma clara definição da decoração, o troço remanescente é compatível com a representação de *atauriques*, um dos motivos mais frequentes nas Marcas Central e Superior durante as primeiras taifas (DÉLÉRY, 2006, p. 1152).

Por outro lado, assinala-se a presença da grande tigela de bordo espessado - [1359] – 9932 - que corresponde a uma forma bastante comum em Santarém e que tem surgido em contextos já almorávidas (VIEGAS e ARRUDA, 1999, p. 137; CARDOSO, ALMEIDA e MENDES, 2002, p. 822; ALMEIDA, 2003, p. 94). Também as caçoilas de bordo introvertido são presença comum em contextos com a mesma cronologia em Santarém (VIEGAS e ARRUDA, 1999, p. 142), mas também em Lisboa (GOMES, et. al, 2001, p. 136) - são frequentes também em Palmela, mas recebem uma cronologia mais recuada, centrada no século XI, (FERNANDES, 2004, p. 165) - pelo que este despejo terá ocorrido também entre os finais do século XI e a primeira metade do século XII.

O contexto [470] corresponde a uma estrutura negativa de perfil para-cilíndrico, bastante regular, com cerca de 70 cm de profundidade, o que não permite interpretá-la indubitavelmente como um silo, pelo que colocamos a hipótese de se tratar antes de um “projecto”, rapidamente abandonado talvez devido à pedologia do local, uma vez que intercepta exclusivamente sedimentos. Por outro lado, poderá tratar-se de uma fossa detritica, aberta com o expresse objectivo de permitir o rápido desembaraço de despejos domésticos. Muito embora não se tenham recolhido materiais de circulação supra-local



que permitam um afinar da cronologia da deposição dos sedimentos [468], [469] e [491] que colmatavam a estrutura mencionada, as cerâmicas comuns que embalavam são consistentes com uma datação bastante próxima da conquista de 1147, sendo que todas as formas presentes - como excepção do cântaro de colo muito desenvolvido [473]-4457 - surgem também nos conjuntos provenientes da Alcáçova, publicadas por Ana Arruda e Catarina Viegas em 1999 (VIEGAS e ARRUDA, 1999, pp. 115, 142 e 152).

Creemos que os dados avançados demonstram que este conjunto pode ser genericamente enquadrado entre a segunda metade do século XI e a integração definitiva da cidade no condado portugalense. Em seguida observaremos com mais pormenor cada uma das formas identificadas, onde se verifica que esta amostra não aporta novidades face às tipologias da cultura material anteriormente recenseadas para a Santarém pós-califal.

## **4.2. A cerâmica comum: aspectos formais e paralelos estilísticos**

### **4.2.1. Cerâmica de cozinha**

**Panelas.** Estão representadas duas variantes desta forma que possuem bons paralelos na bibliografia disponível. Desconsiderando as diferenças dimensionais, é ao nível do bordo que podemos atestar a sua diferenciação, ocorrendo um tipo com o bordo extrovertido e lábio semicircular, ou mais raramente aplanado, bastante frequente em Santarém desde os finais do califado a julgar pelos materiais provenientes do convento de S. Francisco (RAMALHO, et.al., 2001, p. 170). Outra variante presente são as típicas panelas de bordo de secção tendencialmente para-triangular, corpo globular, em geral com duas asas, amplamente representadas nas colecções escalabitanas (ALMEIDA, 2003, p. 92), integradas no grupo I dos conjuntos da Alcáçova (VIEGAS e ARRUDA, 1999, p. 153), que são taxativamente denominadas de almorávidas em estudos sobre materiais de Loulé (LUZIA, 2006, p. 85) e de facto surgem frequentemente em contextos dessas cronologias, sendo exemplos Alcácer do Sal (PAIXÃO, FARIA e CARVALHO, 2001, p. 205) ou Lisboa (BUGALHÃO e FOLGADO, 2001, p. 129),



mas cuja divulgação pode ter ocorrido logo no período das primeiras taifas, como em Évora (TEICHNER, 2006, p. 342).

Os exemplos apresentados demonstram a ampla difusão desta forma, ocorrendo mesmo em pequenos assentamentos rurais como Alcaria Ruiva, no *hinterland* de Mértola. De resto, as considerações sobre o aprovisionamento de cerâmica deste arqueossítio, cujas características técnicas apontam para a existência de uma especialização da produção em centros que produziriam milhares de exemplares, com uma difusão pelo menos regional (BOONE, 1993, p. 123), poderia ser reproduzido para Santarém, sendo que esta forma é um bom exemplo dessa estrutura produtiva, uma vez que surge com dimensões e perfis semelhantes por toda a cidade, mas também nas pequenas explorações agrícolas das proximidades (LOPES, 2008). Constata-se, portanto, que também na área do Baixo Tejo se afirmara já a tendência para a padronização formal das produções cerâmicas, que culminará nos séculos seguintes, como veremos, numa absoluta uniformização das morfologias patente nos conjuntos trecentistas representativos das cerâmicas consumidas em Santarém e Lisboa.

**Caçoilas.** São as formas abertas que em Santarém melhor ilustram a tendência assinalada por Rosselló-Bordoy para uma grande diversidade formal das produções dos Impérios Africanos face aos períodos anteriores (ROSSELLÓ-BORDOY, 1991, p. 159). No entanto, não se detecta ainda uma correspondência directa entre morfologia e função e a diferenciação entre tigelas e caçoilas dependeu das marcas de utilização de cada peça, sendo integradas no segundo grupo as que apresentam sinais claros de terem sido sujeitas a altas temperaturas, decorrentes das práticas culinárias com recurso a quantidades residuais de ingredientes líquidos.

#### 4.2.2. Cerâmica de mesa

**Tigelas e escudelas.** Apresentam formas muito semelhantes, sendo diferenciadas apenas pelas dimensões, pelo que as apresentamos em conjunto. As bases planas e as paredes oblíquas são traços comuns aos perfis completos, sendo que mais uma vez são os bordos que permitem uma diferenciação dos perfis.

Integramos numa primeira tipologia as formas hemisféricas com bordos extrovertidos ou tendencialmente verticais, como as peças [1107] – 8202, [1359] – 9939



ou [504] - 4463. Estes perfis muito simples encontram-se amplamente divulgados em cronologias califais, como nos demonstram as séries cerâmicas de Palmela (FERNANDES, 1994, p. 180) ou Mértola (GÓMEZ, 2004, pp. 354). De resto, os materiais recolhidos noutras estações algarvias, como Silves e Alcoutim, permitem relacioná-las com soluções em voga desde a Alta Idade Média (CATARINO, 1998, p. 768). Para não multiplicar demasiado as variantes, o exemplar com lábio espessado de perfil circular que já mencionámos foi aqui incluído, mas parece de facto afastar-se dos protótipos de longa duração e prenunciar uma tendência que se firmará definitivamente na centúria seguinte, como veremos adiante, e que fará prevalecer os bordos complexos, em aba ou moldurados.

O segundo grupo, corresponde às formas de bordo reentrante, [504] – 4664 e [504] – 4665, que como já observámos corresponderão também a tipos mais arcaicos, dos finais do califado, mas que perdurarão igualmente até ao século XII. A peça [1107]-8204 apresenta características específicas, nomeadamente as fortes caneluras no bordo e um perfil mais profundo, que permite perspectivá-la como uma variante que, a julgar pelos paralelos observados, pode corresponder a uma solução evolucionada dos protótipos sem decoração, ocorrendo perfis semelhantes em cerâmica vidrada nos século XI-XII em Lisboa (BUGALHÃO e FOLGADO, 2001, p. 139) ou em Tavira, já em época almóada ( CAVACO e COVANEIRO, 2010 p. 108 ). Com a mesma difusão cronológica dos grupos anteriores, no terceiro tipo englobámos as tigelas de bordo em aba, também já mencionadas acima, como a [504] – 4662.

O quarto tipo corresponde a perfis que, não sendo particularmente vulgares nos momentos finais do domínio almorávida, embora seja exactamente neste período que iniciam a sua divulgação em Palmela (FERNANDES, 2004, p. 167), alcançaram uma difusão notável durante século XII nas cidades almóadas, bem como nas cidades já integradas em território cristão, prevalecendo até ao século XIV. Correspondem a exemplares de carena acusada, sendo que a peça [1107]-8207 apresenta um bordo em aba, uma associação de caracteres que não sendo especialmente frequente, surge em Mértola numa peça em corda seca total, recebendo uma cronologia entre o século XII e os inícios do século XIII (GÓMEZ, 2004, p. 371).

**Jarros/jarras.** Como afirmamos acima, optámos por valorizar os aspectos funcionais em detrimento dos morfológicos. No caso específico destas formas, esta decisão relaciona-se directamente com o intuito de evidenciar que são os recipientes



relacionados com o consumo de água que mais frequentemente apresentam decoração. Esta surge de forma mais exuberante, quer ao nível da complexificação das composições quer no que toca à percentagem do recipiente que foi pintado. Assim, englobamos neste mesmo grupo três perfis que frequentemente surgem individualizados.

Assim, o tipo 1 corresponde à forma geralmente designada na bibliografia portuguesa como jarra ou jarrinha, de que a peça [491] – 4552 é um protótipo, sendo aliás uma das denominações que mais cedo reuniu um amplo consenso entre os precursores da normalização da nomenclatura aplicável à cerâmica islâmica (BAZZANA, 1979, p. 179; ROSSELLÓ-BORDOY, 1991, p. 165; TORRES, GOMÉZ e FERREIRA, p. 2003), culminando na sua adopção pelos investigadores do projecto Cerâmica Islâmica do Garb al-Andaluz - CIGA (BUGALHÃO, et. al, 2010, p. 461). Para tal terá contribuído a sua especificidade formal, com colo muito destacado e as características duas asas, assumindo-se como uma das mais características produções islâmicas pós-califais do vale do Tejo (GÓMEZ, 2005, pp. 216-217), mas cuja divulgação no extremo ocidental da Península ocorreu em cronologias mais recuadas, a julgar pela datação proposta para peças provenientes de Alcácer do Sal, onde se admite a sua circulação logo no século IX (PAIXÃO, FARIA e CARVALHO, 2001, p. 2007) ou em Moura, para onde se propõe uma cronologia em torno dos séculos X-XI (MACIAS, 1993, p. 132). Na escavação do *Villa Rosa Palace* surgem duas variantes, aliás em consonância com o que já é conhecido para vários arqueossítios: uma com o corpo tendencialmente globular e a versão carenada que configura um perfil bitroncocónico, como o exemplar [504] - 4665, sendo que em Palmela ou Mértola recebem uma cronologia em torno do século X (FERNANDES, 2004, p. 151), o que poderá significar uma difusão anterior desta variante.

Já o tipo 2, representado apenas pelo perfil [468] - 4396, em estudos focados essencialmente nos aspectos morfológicos seria certamente integrado na forma jarro, uma vez que apresenta apenas uma asa e um colo com acentuado estrangulamento (BUGALHÃO, et. al, 2010, p. 460). Não sendo uma peça especialmente frequente em contextos destas cronologias, o seu corpo globular com uma altura em torno dos 12 cm aproximam-na de outros exemplares já recolhidos em Santarém (VIEGAS e ARRUDA, 1999, p. 126), sendo que o colo ligeiramente extrovertido ocorre também em peças



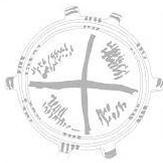
semelhantes de Lisboa (BUGALHÃO, 2007, p. 341). Na Meseta é uma forma especialmente frequente em contextos almóadas (RETUERCE, 1998, p. 168).

Também o nosso tipo 3, de que já apresentámos os paralelos formais e decorativos, tem uma longa tradição de apresentação numa categoria própria, classificada de redoma por André Bazzana (BAZZANA, 1979, p. 179) e adoptado sucessivamente por outros autores (ROSSELLÓ-BORDOY, 1991, p.166), se bem que o grupo CIGA propôs recentemente a designação de bilha (BUGALHÃO, et. al, 2010, p. 460). Pelas dimensões que este exemplar apresenta não nos parece adequado ao consumo de água, pelo que poderia assegurar o armazenamento e o serviço de algum condimento culinário.

**Púcaro.** O primeiro grupo desta forma corresponde basicamente a uma versão reduzida das jarras, mas as suas dimensões denunciam a sua adscrição ao consumo individual de líquidos. Embora obedecendo ao mesmo perfil ideal, a peça [468] – 4399, com as asas arrancando quase do fundo e com estrangulamento bem marcado no arranque do bordo, tem paralelos com peças de corda seca dos finais do século XI identificadas em Niebla (DÉLÉRY, 2006, p. 1735), embora um exemplar semelhante proveniente da Travessa da Lameira, em Santarém, tenha sido enquadrado no século X, (AMADO e MATA, 2004, p. 111). Assinale-se, no entanto, que esta obra é um catálogo de uma exposição, não se tendo procedido ao estudo sistemático dos contextos materiais para obtenção de datações mais precisas.

O tipo 2, representado pelo recipiente [468] – 4396, corresponde a um perfil com corpo mais baixo e o colo praticamente vertical e parece relacionar-se com uma forma presente nos conjuntos artefactuais dos finais do califado, em Santarém (RAMALHO, et. al, 2001, p. 175). De facto, exemplares com perfil semelhante recuperados na Meseta são datados do século X, mas sem se recusar o início da sua circulação na centúria anterior (RETUERCE, 1998, tomo 1, p. 188), parecem propor o início da difusão desta forma num período mais recuado ao dos seus congéneres acima descritos.

**Cântaros.** Dois dos perfis recuperados, um pintado a vermelho e outro decorado com corda seca parcial, correspondem verosimilmente a produções alógenas à cidade, sendo que o essencial da sua morfologia foi já descrita acima e não parecem ter influenciado as produções locais. Relativamente ao fragmento [509] – 4722, com colo cilíndrico e bordo boleado, tem bons paralelos nos materiais recuperados na Alcáçova (VIEGAS e ARRUDA, 1999, p. 162), enquanto o perfil [504] – 4660 corresponderá à



inflexão verificada nestas peças na forma mais comumente identificada, com corpo bitroncónico e as típicas asas em D (VIEGAS e ARRUDA, 1999, p. 161; AMADO e MATA, 2004, p. 111).

A peça [473] - 4457, com o colo muito alto, surge como um caso isolado no reportório islâmico da cidade e das povoações próximas e poderá ser uma tentativa de imitação local de perfis observados em peças importadas. De resto, o acabamento rudimentar desta peça, que mau grado as evidências da utilização do torno rápido no interior apresenta inúmeras irregularidades na face externa, poderá indicar que o oleiro estava pouco à vontade na montagem de colos tão elevados. Se as suas dimensões nos remetem, de facto, para um cântaro, a altura do colo recorda os perfis dos pequenos jarros que circulavam na Meseta nos século X-XI (RETUERCE, 1998, p. 177) ou mesmo das redomas que já mencionámos acima, mas nenhum dos tipos permite estabelecer uma influência indiscutível.

#### **4.2.3. Formas com presença residual**

Encontram-se ainda ilustradas duas peças - apenas para respeitar a opção de ilustrar todos os materiais que apresentassem fracções de perfil que, com o mínimo de dúvida, permitissem uma caracterização tipológica-funcional – que não correspondem a formas que apresentam comumente decoração pintada, nem constituem elementos passíveis de fornecer um contributo importante na hora de definir cronologias. Já discutimos nas páginas anteriores as poucas informações que se podem deduzir do bico de candil [1107] - 8210, enquanto a forma de pão [507] - 4457 permite pelo menos reforçar a imagem de unidade cultural e tecnológica entre Santarém e Lisboa, cidade onde está representada em contextos dos finais do domínio islâmico, apresentando exactamente o mesmo perfil e processo de moldagem, uma vez que ambos exemplares foram fabricados manualmente (BUGALHÃO, GOMES e SOUSA, 2007, p. 340).

Podemos concluir esta apresentação com algumas considerações sobre o seu contributo para o estudo da cerâmica islâmica de Santarém, no que diz respeito aos seus aspectos morfológicos e tecnológicos, enquanto materializações do ambiente cultural em que foram produzidos. Naturalmente, mau grado o registo afirmativo, reportam à síntese das informações disponíveis na bibliografia e aos dados aportados pelos



materiais apresentados no âmbito desta dissertação, sendo que novas investigações mais sistemáticas e documentadas certamente trarão matizes e alterações ao quadro geral aqui referido.

Em primeiro lugar, os paralelos apresentados reforçam a atribuição cronológica sugerida pela análise dos materiais importados, pelo que os contextos aqui apresentados representam uma amostra centrada nos séculos finais do domínio islâmico. Depois, assinala-se uma grande diversidade formal a que escapam apenas as panelas, o que aliás não espanta: sendo o recipiente mais comum com uma longa tradição de utilização, a sua forma seria mais estanque a inovações e à integração de novas variantes desenvolvidas localmente ou a partir de influências externas, uma vez que a sua imutabilidade – ou “mutabilidade de baixa intensidade” - se relacionaria com a eficácia demonstrada ao longo de gerações nas actividades culinárias em que eram empregadas.

Mas esta diversidade não colide com outro aspecto: o reportório cerâmico em circulação na Santarém taifa/almorávida seria muito padronizado, o que revela uma elevada especialização na produção de alguns dos seus habitantes, que forneciam a restante população, demonstrando uma divisão do trabalho típica de uma sociedade altamente urbanizada. É certo que existem muitas variantes, especialmente no que toca às tigelas, escudelas e jarros\jarras. Mas praticamente todas as cambiantes em cerâmica produzida localmente que apresentamos tinham sido já identificadas noutros pontos da cidade, o que permite perspectivar que o seu consumo era generalizado, começando a esboçar-se um quadro mais documentado que no futuro poderá mesmo permitir afinar balizas cronológicas a partir da representatividade de cada associação de formas, contexto a contexto. Cremos que a presença absolutamente minoritária de perfis carenados, que serão bem mais comuns nas centúrias posteriores, é um exemplo das possibilidades que esta abordagem permite.

Nestas cronologias, os dados disponíveis - quer os utilizados neste estudo quer os que se encontram publicados - demonstram que os paralelos morfológicos mais evidentes correspondem a produções de urbes estruturadas em torno da bacia do Tejo. No entanto, recolhem-se também em povoações da costa algarvia, nas regiões continentais circunvizinhas, na Meseta e mesmo nas urbes plenamente mediterrânicas da Andaluzia e Múrcia, demonstrando que existe uma unidade, de clara matriz mediterrânica\islâmica, nos momentos anteriores à conquista, que se sobrepôs claramente às tradições oleiras anteriores. À semelhança do observado para a antiga



*kora de Tudmir* logo no século X, estaremos «ya ante una sociedad plenamente islamizada con independencia de su origen.» (GUTIÉRREZ, 1996, p. 160). Precisamos de mais estudos sistemáticos sobre as produções locais de forma a estabelecer rigorosamente a diacronia deste processo, mas um desfasamento temporal é concebível à partida, condizente com o seu posicionamento na periferia geográfica e política da rede urbana do *Garb al-Andaluz* (FERNANDES, 2002, p. 48) face à posição plenamente mediterrânica da área murciana.

De resto, Santarém será o limite Norte deste processo de islamização total – de que a utilização maciça de pintura a branco é um elemento definidor. Mesmo na área do Mondego, cuja bacia facilitaria a integração comercial e cultural com o mundo mediterrânico, aparentemente este processo não se completou. Por exemplo em Conímbriga, onde as funções urbanas asseguradas durante o período clássico e alto-medieval se encontrariam fortemente decadentes, parece predominar entre os séculos X-XII uma tradição oleira onde as influências islâmicas praticamente não se fazem sentir (MAN, 2006, p.157). Mesmo na *medina* de Coimbra, os contextos que se formaram num momento imediatamente anterior à integração definitiva no reino de Castela e Leão demonstram a presença de cerâmicas de luxo islâmicas coexistindo com soluções oleiras locais (CATARINO, FILIPE e SANTOS, 2009, p. 347), que não recorriam à «tecnologia mas exigente y [a] una maior especializacion y complejidad de la estructura de produccion» (GÓMEZ, 2005, p. 216) que caracterizavam as cerâmicas meridionais, problemática a que voltaremos quando nos debruçarmos sobre as cerâmicas de tradição setentrional detectadas em alguns contextos formados após a conquista cristã da cidade em meados do século XII.

De facto, estas hipóteses de trabalho só poderão ser definitivamente comprovadas ou rebatidas com o estudo de novas colecções. Sendo uma cidade intensamente escavada e cujas características geológicas – a brandura do calcário facilitou a abertura de estruturas negativas cuja presença no subsolo é generalizada - condicionam pela positiva a formação de contextos “fechados”, os dados já disponíveis são imensos, faltando apenas a sua sistematização. No patamar actual dos conhecimentos, as afirmações em tom de conclusão são de todo desaconselhadas. Nesta perspectiva, concentremo-nos definitivamente na ornamentação com recurso à pintura a branco que constitui, de resto, o fio condutor desta dissertação.



### 4.3. A decoração

#### 4.3.1. Entre as origens e a generalização. Um ponto de situação.

Muito embora se reconheça uma tradição pictórica a branco no Norte da Península durante o período romano, mais frequente em contextos baixo imperiais - em especial na actual região de Porto-Braga e no entorno de Conímbriga (DELGADO e MORAIS, 2009, p.37), bem como numa área de dispersão ao sul do Tejo, verosimilmente abastecida por Mérida (ABASCAL, 1984, p. 181), de que serão exemplo as peças provenientes das necrópoles do Norte Alentejo, consideradas de tradição indígena (NOLEN, 1985, p. 165) - a organização da pintura e os motivos utilizados, bem como a sua representatividade nos conjuntos arqueológicos, muito inferiores às do período islâmico, não permitem perspectivá-la como um antecedente directo das soluções observadas entre os séculos X e XIII no *Garb al-Andaluz*.

Pelas mesmas razões, também não deve ser buscado nas decorações em voga durante o final do domínio visigodo nalgumas regiões peninsulares como Cercadilla, perto de Córdoba, onde se referencia pintura a vermelho sobre pastas claras e, mais raramente, a branco, aplicada a recipientes que receberam uma cozedura redutora (FUERTES e HIDALGO, 2003, p. 534-536). Informações episódicas permitem eventualmente perspectivar que esta opção decorativa ocorre também nalguns arqueossítios do território actualmente português nas mesmas cronologias: na basílica paleocristã do Monte da Cegonha, Vidigueira, algumas inumações eram acompanhadas por cerâmica pintada, que infelizmente permanece inédita (ALFENIM e LOPES, 1995, 395).

Creemos que a vulgarização da pintura a branco, que foi já avançada como um dos caracteres individualizadores da presença islâmica no *Garb-al-Andaluz* em virtude da sua ampla divulgação geográfica e da sua frequência, deve ser encarada como uma inovação relacionada com a chegada de novos valores culturais, possivelmente com origem no Norte de África, divulgados na Península a partir da entrada dos contingentes muçulmanos em 711. No entanto, os dados actualmente disponíveis não permitem comprovar indiscutivelmente esta hipótese e muito menos aferir eventuais nuances regionais do processo.



No entanto, são-nos sugeridas pelos exemplos de áreas onde se vão identificando e sistematizando colecções de materiais emirais. Assim, se na Mérida do século VIII e nos inícios da centúria seguinte, a utilização de pigmentos vermelhos e brancos era ainda residual, restringindo-se a algumas formas para escancear água onde eram aplicados grupos de três traços (ALBA, FEIJOO, 2001, p. 363), já em Toledo, nas mesmas cronologias, surge abundantemente representada uma série de pintura a vermelho, onde dominam os traços finos ondulados (GÓMEZ e ROJAS, 2009, p. 800). Também na área de Córdova, que como vimos parecia consumir já alguma cerâmica pintada em épocas anteriores, não deixa de ser significativo que se assinale uma maior profusão decorativa a partir do período emiral, bem como uma mutação estilística marcada pela afirmação de padrões geométricos, como os «haces de tres dedos que recorren las piezas longitudinalmente e as veces, transversalmente», aos quais os autores atribuem uma função profilática (FUERTES, HIDALGO, 2003, p. 537).

Também nos raros casos de identificação de contextos dos séculos VIII e IX na fachada atlântica, como em Palmela, verifica-se um auge da divulgação da pintura a vermelho aplicada sobre pasta bege (FERNANDES, 2005, pp. 147 e 180), tradição ornamental que terá origem numa região exterior à bacia do Tejo. No Algarve Oriental, a ocorrência de pastas claras pintadas a óxido de ferro no universo da cerâmica que circulava em meados do século IX, marca mesmo o início da introdução de novas soluções formais e decorativas num reportório regional de filiação romano\visigodo e a pintura a branco só será dominante nos inícios do século XI (CATARINO, 1997\98, p. 821 e 824). Uma referência ainda a Silves, mau grado a problemática da datação absoluta da camada 8, que estabeleceria a utilização de ambas as cores logo no século VIII (GOMES, 1998, p. 99).

Exemplos que cremos suficientes para perspectivar que o verdadeiro influxo islâmico na cerâmica peninsular seja a profusão da pintura *per si* e não um pigmento específico. Em Santarém, se podemos declarar definitivamente que a coloração branca é um dos traços mais comuns nos dois últimos séculos do domínio islâmico, não possuímos dados que permitam analisar a diacronia da sua afirmação. Mas escorados nos exemplos que demos acima - sem descurar eventuais dificuldades técnicas em obter pastas claras ou engobes persistentes que permitissem um contraste mais marcado com a pintura vermelha - conjecturamos que os aspectos cromáticos, mais que uma opção exclusivamente estética, se relacionem directamente com a facilidade de obtenção dos



diferentes pigmentos, o que explicaria a clara prevalência da utilização do branco nas áreas calcárias do sudoeste da Península, prática que seria como que uma resposta cultural regional à tendência mais geral de pintar a cerâmica, dinamizada pelo contacto com populações e produções islâmicas oriundas do Norte de África ou mesmo do Mediterrâneo Oriental.

Observando uma peça proveniente do Cerro da Vila, Vilamoura, parecem restar poucas dúvidas que a pintura a branco foi utilizada para mimetizar produções importadas, uma vez que a mesma apresenta temáticas tipicamente orientais (MATOS, 1983, p. 388), pelo que deverá corresponder a uma cópia pontual, recorrendo aos recursos locais, de uma produção de luxo importada, mas para conferir indiscutível sustentabilidade à hipótese aventada seria necessário relacionar de forma sistemática a supremacia de cada pigmento com a geologia local, o que extravasa o âmbito desta dissertação.

No entanto, parece ser plausível para justificar o sucesso da pintura a branco e as suas discrepâncias regionais, sendo actualmente consensual que não existe uma dispersão homogénea pelo *al-Andaluz* e Susana Gómez assinala mesmo que o entorno de Córdova se afirma como a “fronteira” oriental do seu âmbito de influência, classificando como «casual» o seu surgimento noutros pontos da Península (GÓMEZ, 2004, p. 562), em consonância com as observações do clássico trabalho de Retuerce e Zozaya que assinalou três variantes com este pigmento centradas no Baixo Guadiana e Algarve, sendo que a A-2-1 (traços finos sobre fundo vermelho) surgia em mais dois núcleos: em torno da cidade palatina e na bacia do Alto Guadalquivir (RETUERCE, ZOZAYA, 1986, p. 126). Recolha-se, entre vários possíveis, o exemplo de Múrcia, onde a raridade da pintura a branco leva a associar os escassos exemplares reconhecidos a formas muito específicas, o que parece denunciar o recurso a esta técnica num centro oleiro específico, enquanto o vermelho continua a ser a cor dominante mesmo nos séculos X-XI (GUTIÉRREZ, 1996, pp. 160-163).

Antes de iniciarmos uma descrição mais sistemática dos aspectos técnicos, ornamentais e culturais da pintura a branco, cremos necessário escorar afirmações que fomos proferindo sobre a representatividade desta decoração no universo das cerâmicas recuperadas em Santarém, o que passa por definir a percentagem de pintura em cada contexto. Ignorámos as associações materiais com menos de 100 fragmentos, de forma a minimizar inferências estatísticas erróneas derivadas de uma potencial valorização de



situações limite. Os dados obtidos, que se restringem a três contextos, encontram-se sintetizados na tabela abaixo:

Contexto	N.º fragmentos	N.º frag. com pintura a branco	Percentagem de pintura a branco
2467	273	38	14%
1378	582	94	16%
470	158	55	35%

#### **Quadro 1 - Frequência da pintura a branco nos contextos estudados.**

Futuramente, com o desenvolvimento dos estudos sobre a cerâmica da cidade, será certamente possível avaliar a pertinência da utilização destes dados como elemento coadjuvante da integração cronológica dos mesmos, bem como do seu aproveitamento como factor de comparação que permita estabelecer diferenciações regionais. Por ora estamos reduzidos a meras impressões, muito embora, como veremos adiante, quando equipararmos estes valores com os obtidos para conjuntos materiais de cronologias subsequentes se verifique que em mais nenhum período se assiste a uma constância de percentagens superiores a 10%<sup>7</sup>.

O valor mediano aproxima-se do obtido para Lisboa a partir de um universo muito superior, composto por 10687 fragmentos recolhidos em 49 unidades estratigráficas registadas na Rua dos Correiros e no Mandarim Chinês, em Lisboa (BUGALHÃO, GOMES e SOUSA, 2007, p. 319<sup>8</sup>). Por outro lado, é manifestamente superior à percentagem de pintura entre a cerâmica recuperada num forno almóada de Mértola, onde representa menos de 5% do total (GÓMEZ, 2004, gráfico 31), ou nos silos do Barranco de Alcaria, Aljezur, onde a autora terá identificado materiais desde o emirado até ao século XII e onde a pintura a branco está presente em apenas 1,95% das cerâmicas recuperadas (SILVÉRIO, 2001, p. 95). Reforçamos uma vez mais que este exercício comparativo tem um valor meramente indicativo e que as tendências

<sup>7</sup> Não é possível determinar a percentagem de pintura a branco nos contextos da Alcáçova a partir dos dados publicados (VIEGAS e ARRUDA, 1999), o que nos impede de encetar uma comparação no aro urbano de Santarém.

<sup>8</sup> Os valores foram obtidos recorrendo aos dados presentes no quadro I desta publicação.



verificadas só poderão ser confirmadas com a divulgação exponencial de séries estatísticas.

De qualquer modo, a ampla difusão de cerâmica pintada a branco em Santarém durante o período islâmico pode ser empiricamente aferida pela constância da sua presença no registo arqueológico: surge em todas as estruturas negativas que se verificou terem sido colmatadas nos séculos XI-XII. Os aspectos técnicos também escoram esta sensação de vulgaridade, uma vez que não existe nenhum tratamento de superfície directamente associado aos exemplares pintados ou outra característica que permitam isolar das peças sem decoração, o que parece demonstrar que não se tratava de uma produção específica de alguns oleiros, mas antes se encontrava generalizada pelas oficinas da cidade. Identificamos apenas uma excepção a esta tendência, a peça [504] - 4666, onde a pintura foi aplicada sobre um engobe cinzento, técnica que parece ter sido explorada em Palmela logo no século X, mas que noutras regiões, como no Algarve Oriental ou em Lisboa, atingiu o seu apogeu nos séculos XI e XII (FERNANDES, 2003, p. 644).

Muito embora não tenhamos recolhido dados que possam comprovar essa tendência em Santarém, assinala-se que a pintura a branco recorre em Lisboa a menos motivos que as produções a vermelho ou a preto (GOMES et. al, 2001, p. 160), outra característica que remete para um universo produtivo com poucas preocupações com a inovação, reproduzindo insistentemente as mesmas soluções, o que se compagina com uma relação estrita com fornecimento de peças em grandes quantidades, que supriam as necessidades básicas dos habitantes, sem caracteres individualizadores.

#### **4.3.2. Os motivos-base**

A partir dos materiais recolhidos e da bibliografia disponível foi possível determinar que todas as composições e associações decorativas conhecidas até ao momento na Santarém tardo-islâmica foram executadas a partir de 11 motivos e algumas variantes<sup>9</sup>, que no geral dizem respeito à posição que assumiram no recipiente.

---

<sup>9</sup> Os materiais islâmicos estudados no âmbito desta dissertação permitem recensear a esmagadora maioria dos motivos. A variante I.2.B, I.7.D e os motivos I.8, I.9, I.10 e I.11 foram recuperados na bibliografia disponível. Não foram considerados os materiais provenientes do convento de S. Francisco (RAMALHO, et. al, 2001, p. 175) por corresponderem a um período mais recuado. A sua contabilização implicaria a



Assinale-se que, por vezes, surgem traços de tinta branca, como o caso da panela [468] – 4397, que não parecem constituir propriamente um ornamento voluntário e estruturado, mas correspondem antes a escorrências do utensílio utilizado na pintura que caíram inadvertidamente sobre a peça durante a aplicação da decoração, pelo que não foram tidos em conta nesta sistematização.

Verifica-se que alguns motivos se relacionam directamente com formas específicas. O componente **I.1** consiste numa única linha espessa que, quando surge na sua variante horizontal, foi geralmente aplicado no exterior do bordo de peças fechadas, como panelas e ocasionalmente em cântaros (VIEGAS, ARRUDA, 1999, p. 162). Surge também nas asas das panelas, aplicado na vertical e ocupando a área central da sua superfície, solução também presente nas produções coevas de Lisboa (GOMES, 2003, p. 159).

O delineamento **1.2** corresponde a três linhas grossas, certamente desenhadas com os dedos do oleiro. Se na Santarém dos séculos XI-XII surge especialmente relacionada com panelas, dada a facilidade da sua aplicação, foi uma das decorações mais precoces em Mérida, desenhada na vertical em jarras do período emiral (ALBA, FEIJOO, 2001, p. 363) e em cântaros coevos da região de Múrcia, montados à mão, onde surgia a vermelho (GUTIÉRREZ, 1996, pp. 162).

O seu posicionamento na horizontal, quer a variante recta quer a ondulada, estavam generalizadas na Santarém taifa/almorávida, sendo identificadas em panelas provenientes da Alcáçova (VIEGAS e ARRUDA, 1999, p. 149), do Largo Mem Ramires (AMADO e MATA, 2004, p. 115) ou da Rua Miguel Bombarda (ALMEIDA, 2003, p. 93). Esta opção seria também comum em Lisboa na última centúria do domínio islâmico, a julgar pela sua identificação em várias escavações, como na Sé (AMARO, 2001, p.183) ou na rua dos Correeiros (BUGALHÃO e FOLGADO, 2001, p. 130), e estendia-se ao seu entorno rural, atestando-se a sua utilização em Frielas (SILVA e BARBOSA, 2003, p. 115). Ocorre ainda bem mais a Sul, no Castelo de Salir (CATARINO, 1997/98, p. 1198). Surge com um pigmento diferente, pintado a vermelho, nos níveis almóadas de Alcácer do Sal (PAIXÃO, FARIA e CARVALHO, 2001, p. 205). A versão ondulada **I.2.C** ocorre também em púcaros almorávidas de Lisboa (GOMES et. al, 2001, p. 128) enquanto a variante **I.2.B**, três traços rectos largos

---

criação de uma variante do I.2 correspondendo a duas linhas espessas, bem de um novo moti, formado por triângulos acoplados a uma linha.



pintados na oblíqua, ocorre em copos em Santarém na mesma cronologia (AMADO e MATA, 2004, p. 115), opção que se poderia ter iniciado logo nos finais do califado, a julgar pela sua aplicação a púcaros recuperados no convento de S. Francisco (RAMALHO, et. al, 2001, p. 175), condizente com sua aplicação em cerâmicas anteriores ao século XI em latitudes mais meridionais, como Vilamoura (MATOS, 1991, p. 439).

O motivo **I.11**, composto por quatro arcos de círculo, em geral com as extremidades mescladas, quando aplicado na vertical surge apenas em cântaros nos materiais de Santarém, sendo referenciado para a mesma forma no Cerro da Vila, Vilamoura (MATOS, 1991, p. 448). Quando surge na posição horizontal, assinala-se também frequentemente na ligação da asa com o corpo desta forma cerâmica (AMADO e MATA, 2004, pp. 113-114), mas ocorre em posicionamento idêntico em jarros, muito embora com um perfil mais anguloso, tendendo a uma forma em “aspa”, que se parece afirmar como um motivo independente em época mais tardia, como veremos adiante com mais pormenor. No entanto, estamos em crer que nestas cronologias o princípio decorativo é ainda o mesmo, uma vez que surge sempre na base da asa e a morfologia diferente decorreria directamente da adaptação a uma superfície menor nos recipientes de dimensões inferiores.

Já em Mértola, uma variante com 3 semicírculos decorou uma panela pintada no século X-XI (GÓMEZ, 2004, CR/PT/0061), que nas produções mais tardias da foz do Tejo se parece difundir, surgindo pintada na mesma forma cerâmica na Rua dos Correiros, Lisboa, com uma datação do século XII (BUGALHÃO e FOLGADO, 2001, p. 131) ou em Almada, associada a moedas de S. Sancho I (SABROSA e SANTO, 1992, p. 10), embora possa ocorrer também em época almorávida, como demonstram as jarras recuperadas no castelo de S. Jorge, em Lisboa (GOMES, et. al, 2001, p. 130).

O entrançado de uma linha recta com uma ondulada, correspondendo ao desenho **I.10** é, até ao momento, um exclusivo da forma copo em Santarém (VIEGAS, ARRUDA, 1999, p. 117), que não identificámos no conjunto que estudámos. Em Lisboa detecta-se um motivo semelhante mas pintado na horizontal e com coloração vermelha no bordo de uma jarra (CALADO e LEITÃO, 2008, p. 468).

O ornamento **I.6**, um penteado aplicado em ziguezague, surge no cântaro [504] - 932 e, miniaturizado, no colo de uma jarra da Alcáçova de Santarém (VIEGAS e ARRUDA, 1999, p. 115), exactamente onde ocorre em peças semelhantes recuperadas



em Lisboa (GOMES et. al., 2001, p.130) e em Palmela (FERNANDES, 2004, p. 178). Quer a sobreposição de círculos que definimos como **I.9**, quer o **I.5** que consiste num conjunto de três segmentos de recta ondulados curtos, em geral pintados na horizontal, parecem ser também exclusivos de formas relacionadas com o consumo e armazenamento de água. Trata-se de facto de um elemento independente, cujo carácter identificativo é a interrupção das linhas sem que existam limites físicos à sua continuação. Também costuma apresentar um traço mais fino que o utilizado para desenhar o seu congénere com linhas longas, o **I.3**.

Podemos recensar o motivo **I.9** em jarras e jarros coevos de Lisboa (GOMES et. al, 2001, pp. 130 e 132). O segundo, o **I.5**, pode ser um motivo com tradição anterior, uma vez que aparece em jarros provenientes da Travessa da Lameira, Santarém, datados do século X (AMADO e MATA, 2004, pp.113-114), bem como em Alcácer do Sal – com quatro linhas – onde ocorre em peças do século IX e X, atestando-se no entanto que foi pintada até à época almóada (PAIXÃO, FARIA e CARVALHO, 2001, p. 207). Sem querer forçar paralelos improváveis, assinala-se apenas que se assemelha às primeiras decorações islâmicas referenciadas em Toledo, sendo que aqui o pigmento empregue é o vermelho (GÓMEZ e ROJAS, 2009, p. 790). Surge ainda em cântaros produzidos em Lisboa entre os séculos XI e XII recuperados na Sé (AMARO, 2001, p. 181), bem como nas escavações do Castelo de S. Jorge, onde se verifica uma variante pintada na vertical. Decora também copos com esta mesma proveniência (GOMES et. al, 2001, pp. 127 e 140). Em Mértola foi aplicado numa jarra decorada entre os séculos X e XI (GÓMEZ, 2004, CR/PT/0057).

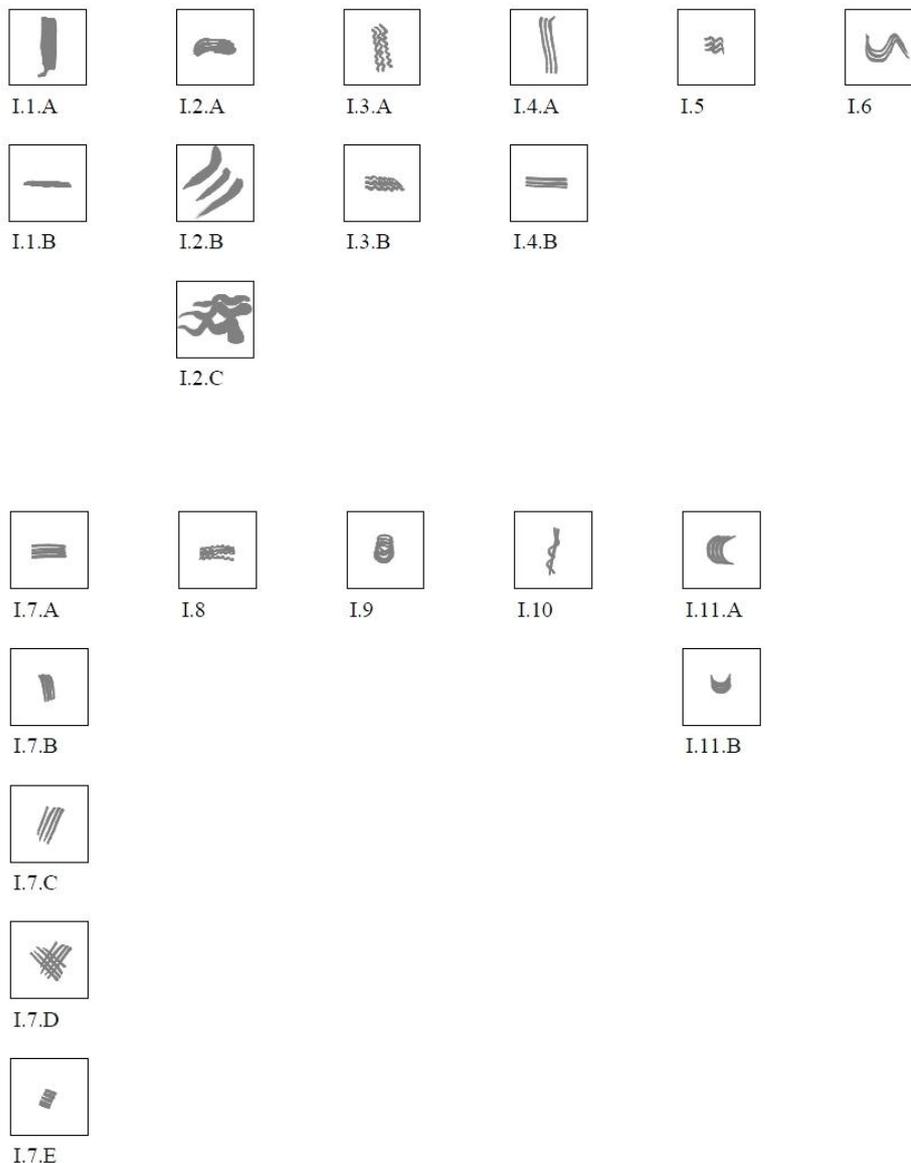
Os restantes motivos correspondem a conjuntos de linhas rectas ou onduladas agrupadas em número de três ou quatro. As composições com número distinto, como por exemplo a presente na peça [468] – 4398, onde surgem 6 linhas paralelas, não foram consideradas individualmente, uma vez que a frequência de grupos do seu sub-múltiplo perfeitamente diferenciados, nomeadamente nas jarrinhas, permite perspectivá-las como uma duplicação do motivo primário. Surgem em todas as formas cerâmicas que apresentam decoração, distribuindo-se também por todas as posições onde esta ocorre, como no bordo, no colo, no corpo e mesmo em asas de panelas, jarra\jarros e cântaros.

Em Santarém são mesmo os únicos motivos referenciados a branco no interior das formas abertas, parecendo ocorrer o mesmo em Lisboa (GOMES, et. al, 2001, pp. 137). Mas a solução mais frequente é a aplicação de quatro linhas rectas apenas no topo



do bordo de tigelas, escudelas e caçoilas que, devido às diminutas dimensões da superfície, ficam muitas vezes reduzidas a pontos, o que determinou a criação da variante **I.7**. Em Lisboa, no século XI, observa-se esta tendência nas mesmas formas, mas também em bicos de candil (BUGALHÃO e FOLGADO, 2001, pp. 131-136).

Destaque-se ainda a presença ocasional de reticulados obtidos pela sobreposição de grupos de 4 linhas rectas pintadas de forma oblíqua e que corresponde ao nosso ornamento **I.7.D**, que pode ter sido obtido inadvertidamente na peça [504] - 4666, mas que se trata indubitavelmente de uma opção decorativa aplicada na asa de um cântaro recuperado nas escavações da Alcáçova de Santarém (VIEGAS e ARRUDA, 1999, p. 127) e assinalado também em Palmela (FERNANDES, 2004, p. 179).



**Figura 3 - Motivos da pintura a branco no período islâmico.**



### 4.3.3. As associações de motivos

Quer os materiais aqui apresentados, quer outros conjuntos de Santarém já publicados, parecem apontar no sentido de uma tendência pictórica absolutamente esquemática, sendo que os motivos dominantes são os conjuntos de linhas paralelas ou onduladas que se combinam em padrões múltiplos, mas semelhantes entre si.

Como se observa no anexo II, as jarras, uma forma muito comum no registo arqueológico dos sítios do sudoeste peninsular, correspondem ao tipo que mais frequentemente surge decorado a branco. Rapidamente se constata que é nelas que se encontra a ornamentação mais profusa, não só pela variedade de associação de motivos, como pela percentagem da superfície da peça que se encontra desenhada.

Assim, parece-nos que se assume como o tipo mais adaptado a um exercício comparativo com outras estações arqueológicas onde se já recuperou cerâmica islâmica decorada a branco, que apresentamos na forma de quadro no anexo IV<sup>10</sup>. Rapidamente se verifica que, tal como se observara já em relação aos aspectos morfológicos, são as povoações da bacia do Tejo que oferecem maior números de paralelos e, cumulativamente, as associações decorativas mais aproximadas, verificando-se mesmo a utilização de duas composições exactamente iguais em jarras de Santarém e Lisboa. A cerâmica recuperada denuncia uma “unificação do gosto”, nomeadamente nas gramáticas decorativas mais comuns que são repetidas com nuances quase negligenciáveis nestes espaços urbanos e que constituem a componente material de relações de proximidade no plano cultural, que terão a sua correspondência no plano económico, social e religioso.

O que introduz outra questão, que aflora sempre que se trata com a decoração islâmica: se corresponde ou não a signos e mensagens de carácter profiláctico, religioso ou mesmo propagandístico. Se a resposta será obrigatoriamente positiva quando tratamos de cerâmicas de “luxo”, cuja manufactura se estruturava de forma muito próxima com os círculos letrados relacionados com o poder político-religioso

---

<sup>10</sup> Para além das publicações referidas no mesmo, outras obras foram consultadas sem que se identificassem paralelos. Destacam-se pela quantidade de representações gráficas dos materiais recuperados as seguintes: (MATOS, 2001), (GOMES, 2002), (GOMES, 2006) e (TEICHNER, 2004).



(CASAMAR e ZOZAYA, 1991, p. 60), não nos parece verosímil que a generalidade da população discernisse de forma sistemática na pintura a branco, que para todos os efeitos se constitui como uma variante da cerâmica comum, esse tipo de simbolismos ou que tivesse consciência plena do seu significado primitivo

No entanto, a decoração da cerâmica de cozinha não parece adequar-se a uma função exclusivamente estética. Sucessivamente manuseada, sujeita a altas temperaturas e ao contacto com gorduras outros subprodutos das actividades culinárias, a pintura degradar-se-ia facilmente - processo que aliás é visível em muitas peças de Santarém, onde é praticamente imperceptível - mas ainda assim um terço das panelas recuperadas em contextos islâmicos apresenta motivos pintados.

Existe também uma aparente evocação da água entre muitos dos motivos, nomeadamente os ondulados (GÓMEZ, 2004, p. 652), que poderíamos relacionar directamente com as formas dedicadas ao seu consumo e armazenamento - como as jarras, púcaros e cântaros que, de facto, apresentam os índices de decoração mais elevados - e conceber uma função profiláctica, como que protegendo o consumidor da eventual corrupção do conteúdo, ou religiosa, evocando os rios do paraíso. Todas estas hipóteses podem ser equacionadas, mas não definitivamente asseguradas. Assinale-se ainda a utilização sistemática dos numerais 3 e 4, correspondendo aos três planos do Mundo, bem como aos seus pontos cardeais (GÓMEZ, 2004, p. 654) e que poderiam constituir-se como signos interpretáveis pelo menos por alguns dos consumidores da cerâmica pintada.

A diversidade das combinações, associando os diversos motivos numa miríade de variantes, dificultam ainda mais a aproximação a esta problemática e não se detectam em Santarém as decorações propositadamente aplicadas para serem observadas duma perspectiva zenital, que permite entrever uma representação do Paraíso a partir de quatro grupos de traços aplicados em torno das peças (ZOZAYA, 2002, p. 138), esntando assim impedida a imediata atribuição de aspectos simbólicos a este tipo de decoração. Uma das associações, no entanto, sobressai do conjunto pela sua constância. Trata-se do conjunto de três motivos ondulados enquadrados lateralmente por dois conjuntos de igual número de rectas, que representariam água ou mesmo um rio (GÓMEZ, 2004, p. 558). Neste caso, parece ser indiscutível um valor simbólico, na medida em que surge disperso por vários locais, surgindo mesmo com uma frequência relativa no interior de formas abertas, como na escavação do *Villa Rosa Palace*, na peça



[1107] – 8202, na Alcáçova de Santarém (VIEGAS e ARRUDA, 1999, p. 149) ou em Mértola (GÓMEZ, 2004, CR/PT/0006).

Nas formas fechadas pode ser encontrado também em Mértola (GÓMEZ, 2004, CR/PT/0007) e, a partir de uma variante em que todos os grupos são compostos por quatro elementos, observa-se também num cântaro proveniente do arrabalde islâmico de Lisboa (BUGALHÃO, GOMES e SOUSA, 2007, p. 343). Nesta cidade (GOMES, et. al, 2001, pp. 157), bem como em Santarém (peça [1107]-8208), surge em escudelas pintadas a vermelho verosimilmente importadas, o que antecipa uma ampla difusão desta associação. Muito embora a simplicidade dos motivos utilizados a afaste dos aspectos formais mais frequentemente identificados, será de equacionar a sua relação com a representação compósita de um «elemento central vertical “escoltado” (...) por dos elementos vegetales laterales», que em última análise remetia para o poder do califa e que degenerou em associações variadas a partir dos finais do século X (ZOZAYA, 2002, p. 127).

Abordando a questão numa perspectiva diametralmente oposta, a pintura poderia ser encarada apenas como um ornamento. Como se verifica no anexo II, os cântaros são também uma das formas mais amplamente decoradas, muito embora as suas dimensões e fragilidade condicionem à partida a recuperação de perfis e de programas decorativos completos. Comparando com peças recuperadas noutros pontos do *al-Andaluz* atesta-se de facto uma maior profusão da decoração, como em Lisboa nos séculos XI -XII (CALADO e LEITÃO, 2005, p. 466-467; AMARO, 2001, p. 180; GOMES, et. al, 2001, pp. 140) ou no Cerro da Vila, em Vilamoura, em época califal (MATOS, 1991, p. 4489), extensível também a produções que recorreram a outras técnicas decorativas, como seja a pintura a vermelho, como se observa em materiais provenientes de Mértola (KHAWLI, 1993, p. 74).

Sendo o cântaro o reservatório por excelência de água para consumo alimentar, estaria frequentemente em zonas da habitação muito concorridas, o que poderia induzir uma tendência para criar peças esteticamente mais elaboradas a partir da pintura da cerâmica comum, uma vez que outros tratamentos de superfície, como o vidrado, não são compatíveis com a sua utilização preferencial, já que que a porosidade da pasta facilita a conservação da água fresca (BAZZANA, 1979, p. 156). O mesmo se poderia avançar para outra cerâmica de mesa, como os púcaros e as jarras. O facto das cerâmicas importadas referenciadas nos contextos estudados corresponderem



essencialmente a púcaros e cântaros permite perspectivar que o apuro estético destas formas em particular era apreciado pela população escalabitana, sendo a profusão da pintura a branco essencialmente um rasgo dessa tendência.

Por contraponto, já as tigelas e em menor grau, as escudelas em cerâmica comum, seriam estruturalmente multifuncionais, como já observámos, assegurando também a preparação de alimentos, facto que condicionaria a aplicação de decoração para além dos topos do bordo. De resto, não seria lógico decorar o exterior destas peças cuja altura geralmente ocultaria os motivos. Assim, aprioristicamente, o campo decorativo por excelência seria o seu interior, mas pensamos que o permanente contacto com alimentos cozinhados mitigaria o seu impacto visual e como tal desincentivaria a sua decoração, com a excepção de alguns exemplares certamente relacionados com o serviço à mesa de alguns condimentos ou alimentos secos que não pegassem à superfície (MACIAS, 1996, p. 119), como no caso da pequena escudela pintada a vermelho e portanto importada [1107] - 8208, ou a grande tigela [1107] - 8202, bem como a peça [91] - 1986 - que apresentamos no anexo V por pertencer a outro intervalo temporal - cujas características formais anunciam, de facto, que costumavam conter um qualquer comestível específico e como tal recebiam um tratamento estético mais apurado.

Outro argumento que pode ser esgrimido em favor do carácter eminentemente ornamental da pintura a branco é a sua ausência nas talhas, justaposição entre forma cerâmica e técnica decorativa que não identificamos nos nossos materiais nem na bibliografia consultada. De facto, em épocas posteriores, certamente devido às superstições em torno dos processos de emputrescimento dos víveres armazenados no seu interior, será uma das formas cerâmicas onde símbolos apotropaicos como o sinalomão foram mais frequentemente aplicados (VASCONCELOS, 1918, p. 206), pelo que a frequentemente glosada função profiláctica da pintura teria neste tipo, à partida, um dos suportes por excelência para a sua aplicação. No entanto, certamente afastadas das áreas domésticas e depositadas nas áreas de armazenamento, prescindiriam da pintura. Ao fazer esta afirmação não esquecemos as esmeradas talhas estampilhadas de cronologia almóada, cuja posse por si só seria sinónimo de estatuto social e económico superior e que, pelo contrário, eram colocadas em destaque no interior das casas (MACIAS, 1996, p. 110), mas antes dos exemplares em cerâmica comum que estariam bem mais generalizados e parecem não receber decoração para além de alguns cordões



plásticos - que poderiam mesmo corresponder a um imperativo técnico, reforçando as junções das diversas partes em que era previamente fabricada.

Em conclusão, verifica-se que sobre esta questão também não é possível avançar com afirmações definitivas, na medida em que, como vimos, existem argumentos que apontam em direcções diametralmente opostas. Concentremo-nos agora noutra temática que consideramos axial para a compreensão global da pintura a branco: a comparação dos motivos e composições prevaletentes com as observadas noutras áreas do *Garb al-Andaluz*, com vista à definição de “tradições” regionais e à interpretação dessa tendência.

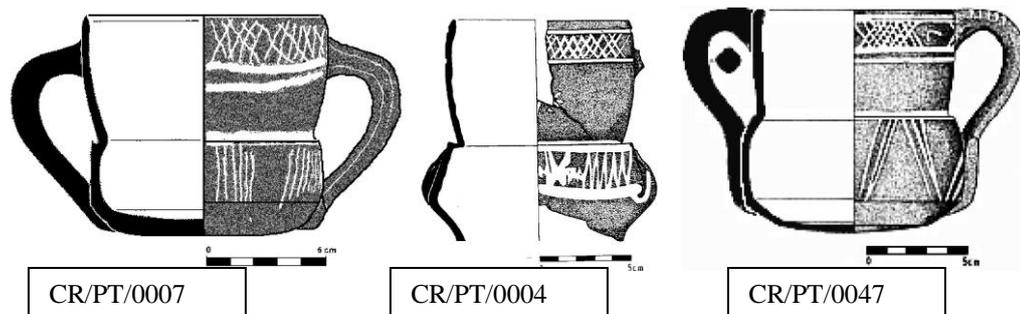
#### 4.3.4. A especificidade regional

Ao longo das linhas anteriores avançámos uma primeira abordagem à pintura a branco em que se foram destacando as semelhanças com produções de outras povoações do *Garb al-Andaluz*. No capítulo seguinte apresentamos uma sucinta resenha de alguns motivos e composições que não se identificam na região do Baixo Tejo. Esta linha de investigação não foi desenvolvida em extensão no âmbito deste trabalho, uma vez que extrapola os seus objectivos primários. No entanto, parece desenhar-se uma especificidade regional no que à decoração diz respeito que deve ser tida em conta em estudos futuros. Como já assinalámos, os motivos que associam rectas e ondas são os mais frequentes. Constituem a decoração mais vulgarizada nos locais onde se utiliza a pintura a branco, mesmo aqueles com uma influência islâmica menos duradoura e intensiva, como em Coimbra (CATARINO, FILIPE e SANTOS, 2009, p. 347).

No entanto, até nestes esquemas simples se podem observar discrepâncias. Enquanto já verificámos que em Santarém eles se parecem organizar exclusivamente em grupos de três ou quatro, os agrupamentos binários rectos são uma das combinações mais frequentemente assinaladas na cerâmica de Mértola (GÓMEZ, 2004, p. 558) e eventualmente no interior alentejano, a julgar pelos exemplos provenientes da Cidade das Rosas, Serpa (RETUERCE e ZOZAYA, 1986, p. 86).



Mas as diferenças estruturais relacionam-se com esquemas mais complexos que parecem marcar de facto tradições decorativas distintas. Um deles consiste na frequente utilização de molduras na região algarvia.



**Figura 4- Jarras com decoração moldurada de Mértola, séculos X - XI (GÓMEZ, 2004).**

Uma variante consiste no desenho de traços finos verticais ou oblíquos, agrupados ou sequenciais (CR/PT/0007), que conheceu uma longa resiliência nos programas decorativos algarvios surgindo por exemplo na ocupação califal das Mesas do Castelinho em Almodôvar (GUERRA e FABIÃO, 1993, p. 94) mas assinalada também em Alcaria Longa, arqueossítio do concelho de Mértola, onde não se detecta ocupação anterior à transição para o século XI como demonstra a panela com duas linhas horizontais modulando um sequência de segmentos de recta logo abaixo do colo e o jarro com posição e esquema idêntico, mas com organização em “triângulos” (BOONE, 1991, pp. 112 e 117). Um outro exemplo pode ser encontrado nas cerâmicas almóadas de Tavira onde, muito embora sem a regularidade de períodos anteriores, os agrupamentos de pequenos segmentos de recta pintados na vertical continuam a ser um dos elementos mais comuns (COVANEIRO, CAVACO, 2010, p. 106).

Identifica-se também uma versão em ziguezague - (CR/PT/0004), que Susana Gómez define como dentados (GÓMEZ, 2004, p. 557) - sendo exemplo um bordo de jarro recuperado no Montinho das Laranjeiras, Alcoutim, com uma datação dos finais do século IX (COUTINHO, 1993, p. 50), com cambiantes em que cada lado da forma geométrica pode apresentar número variável de traços - (CR/PT/0047) - que ocorrem, por exemplo, no colo de jarras de Silves datadas do período emiral (GOMES, 1998, p.



195), mas também em Lagos, onde se assume a sua circulação no século X (SILVA e SILVA, 2005, p. 81), sendo que peças mais tardias de Niebla, onde se concebe uma datação já do século XI, apresentam também um motivo de inspiração semelhante no contacto do corpo com o colo (PÉREZ e BEDIA, 1993, p. 58).

Este último motivo surge muitas vezes sem moldura, cingido antes pelas arestas do corpo troncocónico das jarras, como em Mértola, onde são datadas dos século X-XI (GÓMEZ, 2002, p. 119), no Cerro da Vila, Vilamoura, balizados cronologicamente entre os século IX e X e também em Silves onde, a tomarmos como boa a datação de C14 já mencionada, seriam produções ainda mais antigas, logo dos momentos iniciais da presença muçulmana (GOMES, 2003, pp. 480 – 492). À semelhança do avançado por outras autoras (GOMES, 1988, p. 95; CATARINO, 1997/1998, p. 821), cremos plausível que a sua divulgação se tenha inspirado em protótipos com decoração incisa provenientes do denominado Grupo Sudeste da cerâmica islâmica castelhana, centrado em Pechina e Málaga, onde os vidrados terão sido introduzidos via Norte de África logo em cronologia emiral (C.E.V.P.P., 1991, p. 52).

A posição da decoração e os motivos representados apresentam, de facto, semelhanças que cremos evidentes com recipientes recuperados em Mércia, com o mesmo tipo de decoração incisa e por vezes vidrados (NAVARRO, 1986, vol. 1, p. 157), atestando-se a produção local, no século X, dos perfis onde estas decorações eram comumente aplicadas (NAVARRO, 1990, p. 39). O mesmo “ar de família” engloba peças recuperadas em Córdova, vidradas a verde e classificadas de emirais (FUERTES, HIDALGO, 2003, p. 537), o que pode demonstrar a precoce dispersão pelo *al-Andaluz* deste esquema decorativo, apoiado num tratamento de superfície que implicava conhecimentos técnicos ainda pouco difundidos na Península. No entanto, por ora há que ter alguma precaução nestas considerações uma vez que, até ao momento, não se detectaram estas exportações em Mértola, uma das povoações algarvias mais escavadas (GÓMEZ, 2002, p. 728).

Anote-se que estes esquemas decorativos surgem frequentemente nas cerâmicas pintadas a vermelho destacando-se as molduras com reticulados. Como já vimos, nalgumas áreas do sudoeste peninsular estas produções são mesmo as primeiras cerâmicas tipicamente islâmicas a surgir no registo arqueológico. Mas para além dos exemplos já mencionados, a sua presença surge em contextos emirais e califais nas



Mesas do Castelinho, Almodôvar (GUERRA e FABIÃO, 1993, p. 96) ou em Alcácer do Sal (PAIXÃO, FARIA e CARVALHO, 2001, p. 203).

Continuam a surgir em âmbitos mais tardios como na Horta da Casa Cadaval perto de Muge, Salvaterra de Magos (LOPES, 2008) ou em Frielas, Loures (SILVA e BARBOSA, 2003, p. 115). Ocorrem ainda quer em Santarém, quer em Lisboa, (ARRUDA, VIEGAS e ALMEIDA, 2002, p. 160; RAMALHO, et. al, 2001, p. 178; CALADO e LEITÃO, 2005, p. 467.) já no século XI.

No caso das molduras pintadas a branco, observa-se que têm uma grande sobrevivência temporal mas parecem ser mais frequentes durante o califado, o que poderia indiciar uma discrepância cronológica da sua utilização, explicando a sua ausência nos contextos que estudámos, centrados no período taifas/almorávidas. No entanto, também não surgem nos contextos eventualmente mais recuados de Santarém, Lisboa e Palmela, o que, no patamar actual do conhecimento, nos leva a concluir pela sua exclusão dos programas ornamentais mais comuns na bacia do Tejo e Sado, muito as suas populações tenham tido inequívoco contacto com a versão pintada a vermelho.

Uma outra tradição pictórica consiste na pintura de motivos espiralados. Estes fazem parte do reportório decorativo de assentamentos rurais meridionais como Funchais 6, no *hinterland* de Beja, junto da actual aldeia de Beringel, onde o conjunto artefactual recuperado foi enquadrado pelas responsáveis da intervenção arqueológica entre os séculos X e XII (BRAZUNA e COELHO, 2009, p. 60), ou no sítio arqueológico de Barradas, no concelho de Lagos, uma exploração de cariz familiar ocupada entre o emirado e o século XI (SILVA e SILVA, 2005, p. 83), tendo perdurado até período almóada em Silves (GOMES, 2003, pp. 318-319). Mas que ocorre também em latitudes mais setentrionais, como em Badajoz, onde os recipientes com esta decoração recebem uma datação em torno do século XI (VÁLDEZ, 2001, p. 379), enquanto um cântaro de Lisboa, datado dos séculos IX-X, apresenta também uma decoração semelhante (CALADO e LEITÃO, 2005, p. 466).

Existe uma outra “corrente” ornamental que utiliza motivos pintados com um traço bastante mais fino que o observado nas composições da Bacia do Tejo, recorrendo a padrões geométricos mais elaborados, mas também a representações mais realistas de cariz vegetalista e mesmo zoomórfico. Mais uma vez, a área onde surge mais frequentemente coincide com a costa algarvia onde, a julgar pelos exemplos identificados na bibliografia, foi corrente num largo âmbito cronológico, entre o



califado e o período almóada. Surge numa das peças mais emblemáticas da presença islâmica no *Garb al-Andaluz*, o vaso de Tavira, cuja datação não é consensual entre os autores, oscilando as propostas entre o século IX – X, entrevendo-se influências orientais nos aspectos formais da pintura (CAMPOS, 2007, p. 294) e os finais do XI – inícios da centúria seguinte (TORRES, 2004, p. 23). Ocorre em vários recipientes provenientes de Mértola (TORRES, Cláudio, et.al, 1991, p.502; GÓMEZ, 2002, p. 110) e de Vilamoura (MATOS, 1991, pp. 446 e 449), com uma cronologia entre os séculos IX e XI, prolongando-se a sua utilização pelo período dos Impérios Africanos em Silves e Tavira (GOMES e GOMES, 2001, p. 60; CAVACO e COVANEIRO, 2010 p. 108), bem como em Faro de onde provêm inúmeros exemplares publicados recentemente e onde o motivo fitomórfico mais comum neste esquema decorativo foi denominado de *herbitas* (ÁLVARO, 2009, p. 454).

No estudo de Manuel Retuerce e Juan Zozaya sobre a dispersão geográfica das fórmulas decorativas, alguns exemplos da associação definida como A.2.L, que corresponde a traços brancos finos sobre fundo vermelho, apresentam semelhanças flagrantes com estas cerâmicas algarvias, sendo que na dispersão apresentada se concentra na costa mediterrânea e na bacia do Guadalquivir. Dada a sua frequência na cidade palatina de *Madina al Zahra* (RETUERCE e ZOZAYA, 1986, p. 86), esta poderá ser a origem comum, se não dos artefactos, pelo menos da corrente decorativa. Sintomaticamente, parecem abundar elementos simbólicos populares, remetendo para a fertilidade da terra e do mar, mas também representações mais eruditas como a abóboda celeste (SÁNCHEZ, 2009,460-461).

A partir dos dados apresentados podemos concluir que existem, de facto, diferenças regionais nos motivos e composições utilizadas que importaria definir mais rigorosamente, de forma a tentar entrever as causas da sua estruturação. Por agora, assinale-se apenas que a grelha interpretativa baseada na diferenciação étnica dos primeiros povoadores islamizados da Península (RETUERCE e ZOZAYA, 1972, p. 86) já não se adaptará a estas cronologias. A linha de interpretação que cremos mais consistente será a dicotomia centro\periferia, implicando matizes de integração cultural de região para região face a latitudes onde as trocas comerciais e a circulação de ideias se processavam mais intensamente, inevitavelmente centradas no Mediterrâneo e nas bacias hidrográficas adjacentes durante o domínio islâmico.



Verifica-se portanto, que o repertório decorativo em Santarém é bastante mais reduzido do que o das cidades meridionais, o que relacionamos com um certo conservadorismo demonstrado pela estanquidade face a esquemas que se afastem do padrão esquemático, certamente decorrente de um menor contacto com novas lógicas decorativas com origem no Mar Interior. Conjugando estas considerações com o «cierto arcaísmo» impresso nos aspectos formais dos conjuntos cerâmicos da bacia do Tejo, verificando-se a circulação de alguns tipos que se vão sucedendo temporalmente sem alterações formais assinaláveis (GÓMEZ, 2005, p. 216), começa a desenhar-se um quadro teórico em que a posição periférica do vale do Tejo face ao âmago dos intercâmbios culturais centrados no Mediterrâneo se revela nas produções materiais.

Comparativamente, a região de Évora estaria ainda mais limitada pela interioridade e a pintura a branco parece ter uma escassa representação e fazer uso de um repertório decorativo restringido a linhas rectas (TEICHNER, 2004, pp. 334-337). Não se afigura verosímil um forte enraizamento da técnica na tradição oleira local, a julgar pelo desaparecimento da técnica logo nos inícios do século XIII, que se infere pelos materiais que se encontram publicados (TEICHNER, GONÇALVES e SCHIERL, 2003, p. 242). De resto, não terá penetrado sequer nos pequenos núcleos rurais do Norte Alentejano que articulavam o povoamento na margem direita do Guadiana, recentemente intervencionados no contexto da minimização de impactos sobre o património cultural decorrentes da construção da barragem do Alqueva. Sintomaticamente, técnicas como a modelação manual ou o torno lento e a cozedura redutora são frequentes mesmo no século XII, mau grado o contacto episódico com produções “urbanas”, como o candil vidrado recuperado no Monte Roncanito 10, concelho de Reguengos de Monsaraz (GÓMEZ, et.al, 2009).

Obviamente que esta imagem genérica seria matizada pelas especificidades locais, directamente relacionadas com a importância relativa de cada povoação e com a sua adaptação a reorganizações conjunturais dos circuitos de intercâmbio comercial e cultural. Assinale-se, a propósito, que em Lisboa, apesar da diminuta quantidade de produtos de importação que aportavam a esta cidade em comparação com as urbes meridionais, aparecem episodicamente representações que se afastam das tipologias esquemáticas da pintura a branco, de que são exemplos as espigas e os motivos bolbulares (BUGALHÃO e FOLGADO, 2001, p. 124-130) ou a decoração circular rodeada de pontos, esta presente no fundo do alguidar exumado no castelo de S. Jorge



(GOMES, et. al, 2001, p. 142).

Universo	Amostra	Verde e Manganês	Corda seca total	Corda seca parcial	Pintura a vermelho
Santarém	3082	0 (0%)	2 (0,06%)	3 (0.1%)	3(0.1%)
Lisboa	10687	12 (0.11%)	4 (0.04%)	22 (0.2%)	79(0.74%)

**Quadro 2 – Comparação da frequência de produções alógenas em Lisboa e Santarém.<sup>11</sup>**

Se as mesmas não se verificam na cerâmica escalabitana que estudámos, os dados estatísticos disponíveis não permitem no entanto afirmar definitivamente uma diferença estrutural na intensidade dos contactos culturais com base na representatividade de cerâmicas importadas. Apenas as cerâmicas decoradas a verde e manganês e a pintura a vermelho parecem circular de forma mais abundante em Lisboa, mas, como já referimos, existiu nesta cidade uma produção local com este pigmento, o que dificulta a sua utilização como indicador de influxos alógenos. Outro tipo de evidências poderiam ser chamadas para apoiar essa tese, como a presença de fornos de barras, uma solução aparentemente originária da Ásia Central, mas conhecida em Córdova e Zaragoza desde o século X (COLL e PORRAS, 2010), especialmente adequada à cozedura de produções vidradas ou com decoração pintada, enquanto os quatro fornos de grelha identificados em Santarém de que falaremos adiante, constituem uma tipologia mais vulgar uma vez que correspondem a uma evolução dos esquemas conhecidos desde época romana (COLL e PORRAS, 2010).

No entanto, afigura-se inverosímil que não fossem conhecidos no Algarve e apesar das extensas escavações em Mértola e Silves não foram ainda identificados, pelo que a sua ausência do registo arqueológico não implica obviamente um desconhecimento da técnica, decorrendo antes do simples acaso. Donde se conclui que a sua presença em Lisboa atesta relações privilegiadas com o Mediterrâneo, mas não pode ser utilizada para efeitos comparativos. Definitivamente será necessário aguardar pela disponibilização de mais dados para continuar a testar esta hipótese.

<sup>11</sup> As percentagens de Lisboa foram obtidas com base no Quadro 1 (BUGALHÃO, GOMES e SOUSA, 2007, p. 319), enquanto as de Santarém se referem à soma dos valores identificados na Alcáçova (VIEGAS e ARRUDA, 1999) com os dados provenientes do *Villa Rosa Palace*.



No capítulo seguinte, com base nas informações recolhidas noutros contextos arqueológicos, tentaremos entrever o sucesso da pintura a branco na conjuntura da integração de Santarém nos reinos cristãos e das décadas subsequentes.

## **5. TRANSIÇÃO DE PODERES E OSMOSE CULTURAL. PRODUÇÃO E CONSUMO DE CERÂMICA ENTRE A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XII E A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIII.**

Os materiais que apresentamos em seguida constituem uma amostragem dos recipientes cerâmicos produzidos e/ou consumidos em Santarém durante um período de cerca de cem anos, subsequente à sua integração política nos domínios do condado portugalense. Obviamente, não seria expectável um corte abrupto com soluções anteriores motivado pela reorganização política da região, rupturas que aliás nunca se processam com a mesma intensidade e rapidez que podem ser induzidas pelo recurso exclusivo a fontes documentais.

No entanto, as movimentações de gentes do Norte mais ruralizado rumo às urbes recém-conquistadas foram uma realidade incontornável, tal como terá sido a fuga de elementos islamizados das cidades perdidas para os reinos cristãos, bem como as alterações profundas nas lógicas e intensidade dos intercâmbios comerciais e culturais, à medida que Santarém se desligava do mundo islâmico. Evolução que não se terá iniciado em 1147, mas num momento anterior. Desde a integração de Coimbra em 1064 que Santarém se encontrava na marca entre os poderes que se digladiavam na Península e a fragmentação do campo muçulmano em pequenas unidades políticas, o que facilitou a captura da cidade pela coroa leonesa entre 1093 e 1111 (MATTOSO, 2006, p. 172).

Recuperada pelos Almorávidas nessa última data, a estratégia de D. Afonso Henriques durante os decénios seguintes, nomeadamente a fortificação de Leiria em



1135, anunciava a eminência de um novo ataque cristão a *madinath Shantarín*<sup>12</sup>, o que terá implicado a militarização da sociedade local, materializada na construção de um sistema defensivo na área de Alporão composto por muralhas, torres e um baluarte, possivelmente antecedido por uma barbacã em terra batida edificada com o entulhamento de um complexo defensivo anterior, menos robusto e presumivelmente composto apenas por uma ou mais estruturas negativas do tipo fosso (CONDE, 2007, p. 358). Reforço das estruturas militares da cidade que não conseguiu impedir a penetração definitiva dos guerreiros do condado portugalense.

Se a conjuntura da primeira metade do século XII, sucintamente analisada, se traduziu numa alteração profunda da paisagem urbana e terá mesmo implicado a reconversão definitiva das funções na área intervencionada, nomeadamente o abandono definitivo da necrópole islâmica identificada durante a escavação do *Villa Rosa Palace*, não se parece ter repercutido nos aspectos técnicos e culturais da produção cerâmica local, assinalando-se antes uma imagem de forte continuidade com o período anterior, sobretudo no que diz respeito aos aspectos técnicos e ornamentais da pintura a branco.

De seguida reforçaremos esta afirmação com a apresentação das cerâmicas que foram recuperadas no interior de um forno, bem como três lotes provenientes de contextos de abandono de estruturas negativas que compartilham uma mesma característica: a presença de moedas da primeira dinastia nestes depósitos – ou nas suas relações estratigráficas directas – que permite comprovar que a sua formação ocorreu num período em que a cidade se encontrava já integrada no reinado portugalense. A restante componente artefactual continuou a apresentar características morfológicas e técnicas que a integram definitivamente na tradição oleira de matriz “islâmica”.

O tom afirmativo destas linhas contrasta com algumas das observações que constam deste capítulo. Neste, como em todos os períodos de transição, os dados são por vezes divergentes e dificultam a definição de uma tradição cerâmica específica por entre os elementos de ruptura, continuidade e osmose.

---

<sup>12</sup> De acordo com a *Crónica de Afonso VII*, a fortificação teria como objectivo «combater tanto Santarém como Lisboa e Sintra e outros castelos dos Sarracenos que estão na região». Mesmo não levando o carácter ofensivo deste castelo à letra, é indubitável que as guarnições de Leiria garantiam a defesa de Coimbra, mas podiam também assediar facilmente a linha do Tejo. Vd. José Mattoso, «A cidade de Leiria na História medieval de Portugal» in *Fragments de uma composição medieval*, 3ª edição, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, p. 97.



## 5.1. Contextos e cronologias

### 5.1.1. A produção

Comprovando o que já dissemos acerca das potencialidades da área escavada devido à sua posição periférica face aos eixos mais densamente povoados da urbe, a identificação de um forno - [1579] - permite estabelecer, sem reservas, que a produção de cerâmica pintada a branco continuou muito para além da conquista cristã.

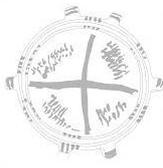
De facto, esta estrutura sobrepôs-se ao enchimento de um silo - [1598] - onde foram recuperadas duas metades de moedas diferentes. Muito embora o estado de conservação da legenda destes numismas não permita a sua leitura, estes corresponderão, com toda a probabilidade, a dinheiros de Afonso II ou Sancho II, uma vez que a cruz do reverso não se encontra circunscrita ao interior da moldura circular, mas antes se estende praticamente até à orla (LEMOS, 1983, pp. 197-201), demonstrando portanto a sua cunhagem entre 1211 e 1245. Necessariamente não podemos ver esta baliza cronológica como um intervalo fechado devido à estendida utilização de numerário ao longo da Idade Média<sup>13</sup>, mas antes como um *terminus post quem* de referência para integrar o período de laboração da estrutura [1579] que, tipologicamente, seria um forno de dupla câmara.

Profundamente afectado por actividades posteriores, não restam dúvidas que o acesso à fornalha ocorria a partir de uma galeria subterrânea, cuja entrada seria uma abertura a Este da câmara de combustão e cujos limites superiores - que corresponderão à cota de circulação verificada aquando da sua construção - se conservaram parcialmente e apresentam sinais evidentes de exposição a altas temperaturas. As paredes deste corredor eram definidas por um revestimento em argila que, fruto das sucessivas cozeduras, alcançou um tom avermelhado com traços cinzentos.

A câmara de combustão, muito embora tenha desaparecido totalmente no seu extremo ocidental, possuiria uma forma circular com um diâmetro mínimo de 1,2 metros. Em termos construtivos, à semelhança do que acontecia no corredor, as paredes foram simplesmente revestidas com argila, mas neste espaço encontram-se reforçadas

---

<sup>13</sup> Como exemplo, atente-se ao estudo do tesouro da Herdade da Gramacha, em Évora, realizado nos finais da década de 80 do século passado. O mesmo era constituído por 1061 moedas e embora tenha sido ocultado em torno de 1370, 35% do numerário eram dinheiros de D. Afonso III, que continuavam a circular um século após a sua cunhagem (MARINHO, 1988-1989, p. 275).



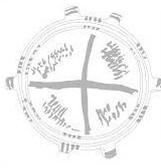
com a aplicação de fragmentos de telha e pequenos blocos de calcário. A ocorrência de uma massa de barro cozido com o topo aplanado no quadrante NO - [1023], poderá denunciar a cota da grelha. Hipótese que sai reforçada pela presença de fragmentos de telhas dispostos na horizontal, sensivelmente com a mesma altimetria, logo abaixo do único troço da estrutura que se desenvolvia em cotas positivas em relação ao paleo-solo e que, como tal, deveria corresponder já à câmara de cozedura. No entanto, não foram referenciados pilares de suporte, pelo que estaremos perante uma solução construtiva denominada por “grelha de alvéolos”, que arrancava directamente da parede da câmara de combustão, sem apoios verticais, e que embora seja minoritária na tipologia «fornos de grelha com planta circular», elaborada no âmbito de um estudo que sistematizou os aspectos formais dos vários elementos constituintes de 192 fornos dispersos pelo *al-Andaluz*, corresponde a cerca de um terço das estruturas estudadas (COLL e PORRAS, 2010).

À semelhança do que ocorria em Denia nos finais do século XIII, o segmento da câmara de cozedura construído acima do nível da superfície era reforçado por uma parede exterior (GISBERT, 1990, p. 83; GISBERT, BURGUERA, BOLUFER e MARQUES, 1992, p. 61), que em Santarém seria composta por adobes, estes um dos materiais de construção especialmente habilitado para a edificação dos fornos, utilizados também em Lisboa (BUGALHÃO, FOLGADO, 2001, p. 117). A primeira fiada encaixava numa ligeira depressão, obtida por escavação no sedimento pré-existente, sendo travada na face oposta à câmara por pequenos elementos pétreos de calcário. Infelizmente, o restante aparelho já não surgiu no registo arqueológico.

As unidades que correspondem ao abandono desta estrutura são a [744], no corredor<sup>14</sup>, que se encontrava acima da camada de cinzas [971], que seria já contemporânea da utilização do forno, enquanto a [972] e [973], a julgar pelos materiais recolhidos, correspondem ao topo do enchimento do silo [2467], que já apresentamos. Já na câmara de combustão, identificou-se primeiro a [889], sucedendo-se depois os depósitos [970], [1024], [1025], [1026], [1030] e [1031] que têm como característica comum a presença de cinzas e carvões, bem como a ocorrência de barro cozido e cerâmica de construção, cuja presença decresce a partir da [1025]. No entanto, só a

---

<sup>14</sup> Com elevada probabilidade é contemporânea da [889], a primeira unidade estratigráfica identificada no interior da câmara de cozedura, mas a escavação de uma grande fossa detrítica na Baixa Idade Média resultou na sua separação física.



partir da [1024]<sup>15</sup> podemos garantir que estamos perante depósitos formados ainda durante a laboração deste forno, uma vez que foram recuperados elementos cerâmicos que podem corresponder a apoios de fogareiro que se separam da peça durante a cozedura. No entanto como não apresentam o característico perfil triangular deste elemento, o que nos leva a colocar a hipótese alternativa de corresponderem a elemento de empilhamento das peças. Neste sedimento ocorre ainda bastante barro cozido, o que poderá significar o início da degradação definitiva da estrutura.

Os materiais recuperados na [1030] correspondem sem dúvida às produções do forno, uma vez que os 25 fragmentos recuperados apresentam sinais evidentes de terem estalado durante a cozedura. De entre eles, destacam-se as grandes asas pintadas a branco com depressão central, que correspondem a cântaros amplamente documentados nas escavações da Alcáçova (VIEGAS, ARRUDA, 1999, p. 161). O mesmo elemento, bem como um bordo, permitem reconhecer que as típicas jarras islâmicas continuaram a ser cozidas neste forno.

Na área escavada foram identificados mais três fornos do interior dos quais se recolheu cerâmica com pintura a branco. Infelizmente, não podemos avançar uma proposta definitiva para a laboração destes fornos, uma vez que não interceptaram contextos com uma óbvia integração cronológica. No entanto, pelo facto de se verificar uma sobreposição à necrópole islâmica, poder-se-á conjecturar que a disseminação destas estruturas se deu numa fase ulterior à sua dessacralização, possivelmente acelerada pelas mudanças de poder político da segunda metade do século XII. Só uma atenta e demorada análise às correlações estratigráficas de toda a área escavada poderá esclarecer a validade desta leitura genérica, tarefa totalmente inexecutável nos prazos a que nos propusemos entregar esta dissertação. Apresentamos, no entanto, uma breve descrição da estratigrafia reconhecida, bem como dos materiais recuperados, que contamos sistematizar num futuro próximo.

A estrutura [1720] apresenta um estado de conservação superior, apresentando inclusive a entrada do corredor de acesso. Trata-se, sem dúvida, de um forno de grelha, uma vez que os pilares – cujo elevado grau de calcinação não permitiu determinar se

---

<sup>15</sup> O inventário da [970] também regista elementos de cerâmica comum. No entanto, nem sempre foi fácil coordenar uma equipa de 20 pessoas e “vigiar” o registo preliminar de cada unidade estratigráfica, em especial com os prazos cada vez mais irrealistas da arqueologia empresarial. Verificando-se numa fase posterior ao tratamento dos materiais que existem dois registos fotográficos com esta designação, não foi tida em conta de forma a não inquinar a leitura cronológica da estratigrafia.



tinham sido construídos em adobes ou tijoleiras - ainda se mantinham. Toda a sucessão estratigráfica do interior da fornalha, composta pelas unidades [1290], [1317], [1335] e [1356] embala cerâmicas pintadas a branco, mas, mais uma vez, só as que foram recuperadas na penúltima camada, a [1368], apresentam sinais de terem estalado - a [1377], que encerrava a sequência de depósitos, não ofereceu materiais - correspondendo indubitavelmente às formas que cozeu, testemunhando assim a produção de cântaros, jarras e tigelas. No entanto, a presença de quatro trempes completas na [1335] permite equacionar que os restantes perfis, se não podem ser incontestavelmente relacionados com o período de laboração desta estrutura em concreto, permitem estabelecer com segurança que correspondem a um momento em que a área estava adstrita à produção oleira - ou seja, este forno pode ter sido amortizado com despejos de olaria - aumentando as formas documentadas, uma vez que aqueles elementos de separação surgem associados a fragmentos de panelas, caçoilas, alguidares, jarros e fogareiros.

Um terceiro forno seria semelhante, embora de dimensões mais reduzidas. Na rocha de base foi escavado um corredor de acesso e uma câmara de combustão, sendo que esta foi integralmente revestida por argila. Sobreviveu ainda um pilar de sustentação em relativo estado de conservação, enquanto um outro apenas se deixava adivinhar. A presença no extremo NE de uma tijoleira fincada verticalmente pode indicar que serviu como elemento de suporte adicional à grelha, que já não registámos. De facto, esta estrutura foi muito afectada num primeiro momento por um rebaixamento de cota verificada em toda a área e depois pela construção de um muro que a interceptou sensivelmente ao meio, no sentido longitudinal. Foi ainda sulcada por várias estruturas negativas, como a [1905] e [2005], amortizadas com sedimentos durante a Baixa Idade Média. Ainda assim, foi possível isolar o depósito [2007] no que restava do interior da câmara de combustão, com bastante cerâmica estalada que permite enquadrar a sua formação ainda durante o período de laboração ou num momento muito próximo ao do seu abandono. Recuperaram-se fragmentos das formas panela, púcaro, tigela jarro/jarra, tigela e testo.

Uma outra estrutura negativa - [1902] - apresenta a forma típica de um forno com corredor de acesso rectangular e câmara tendencialmente circular, que terá sido profundamente obliterado pelo rebaixamento de cota já mencionado. Muito embora não apresente o típico revestimento de argila, a cor negra do calcário revela a sua exposição



a altas temperaturas. Nos dois depósitos que o colmataram, o [1878] e [1901], foram recolhidos, para além de 4 asas estaladas pelo fogo, nove utensílios vulgarmente interpretados como pesos de rede, alguns completos, concentração que nos induz a apontar como certa a sua cozedura nesta estrutura. Terá ainda assegurado a cozedura de jarros/jarras, alguidares e tigelas com pintura a branco. No entanto, a presença de um bordo de *tégula* obriga-nos a equacionar que alguns dos materiais recuperados poderão não corresponder a produções deste forno, mas antes terem acompanhado algum sedimento com origem desconhecida, trasladado com o objectivo expresso de anular esta estrutura.

## 5.1.2. O consumo

### 5.1.2.1. A matriz islâmica

Apresentamos mais três contextos em que a presença de moedas demonstra que a sua formação ocorreu num período posterior à conquista da cidade. Num dos casos, observa-se mesmo uma clara divergência entre esta integração cronológica e a que seria proposta se recorrêssemos exclusivamente às produções de luxo como elemento de datação, pelo que alguns dos dados aqui apresentados devem ser encarados com extrema precaução. Por um lado, não abundam publicações que apresentem materiais deste período de transição, sendo mesmo inexistentes para a cidade de Santarém, o que compromete uma abordagem comparativa que apoie as considerações expostas. Assinale-se ainda que, ao contrário do conjunto que serviu de base ao estudo da pintura a branco, em muitos destes contextos não abundam as peças com grande percentagem do perfil. Torna-se assim difícil de discernir se alguns dos fragmentos mais diminutos não correspondem antes a materiais residuais, apresentados aqui com discrepâncias cronológicas razoáveis face ao período em foram de facto produzidos e utilizados enquanto recipientes. Assinaladas as dúvidas e as limitações, é tempo de apresentarmos os dados.

O conjunto artefactual recolhido na estrutura negativa [1631], um eventual silo colmatado com a [1598], a que já nos referimos, parece demonstrar a circulação generalizada de materiais claramente islâmicos – classificação que neste contexto



remete para um universo cultural e não para uma periodização cronológica – cerca de um século depois da conquista da cidade, estando, neste caso específico, associados a moedas cunhadas entre 1211 e 1245, como já avançamos. É um dos casos em que a generalidade das peças se encontra muito fragmentada, o que poderia denunciar que estamos perante uma deposição “terciária”, com um hiato temporal razoável entre a sua utilização, um primeiro momento de descarte das peças e o seu transporte definitivo para o interior da estrutura negativa. Mas a homogeneidade “cultural” dos fragmentos cerâmicos parece não confirmar essa leitura.

Destacam-se dois fragmentos de corda seca, sendo que a decoração em rosácea patente na escudela com pé anelar que apresentamos é um motivo documentado frequentemente - surgindo, por exemplo, em Maiorca - e enquadrado entre a segunda metade do século XI e a primeira metade do século XII, enquanto os exemplares recolhidos em Almeria, Ceuta, Málaga ou Mértola são datados entre 1200 e 1250 (DÉLÉRY, 2006, pp. 1215, 1333, 1534 e 1569). Surge também noutras peças provenientes de Santarém, decoradas com a mesma técnica e recuperadas num contexto bastante afectado por perturbações estratigráficas posteriores, mas que parece estar relacionado com uma olaria, podendo corresponder à base de um forno ou de uma fossa de descarte<sup>16</sup>, o que tem mesmo feito levantar a hipótese de uma produção autóctone deste tipo de cerâmica (DÉLÉRY, 2006, p. 1804) e que poderia justificar a sua manutenção para além da captura da cidade por D. Afonso Henriques, que certamente condicionou a circulação de produções com origem meridional.

Muito embora tratemos com um fragmento muito pequeno, a peça [1598] - 11660 parece corresponder a um tipo de jarros e/ou púcaros que tem como características paredes muito finas, marcado estrangulamento no arranque do colo e bordo extrovertido com lábio fortemente biselado, frequentemente decorados em corda seca parcial, o que pode anunciar a sua origem num centro produtor comum, possivelmente integrado nas rotas comerciais mediterrânicas, a julgar pela sua identificação em cidades como Mértola, Múrcia ou *Madinat al-Zahra*, com uma cronologia centrada no século XII, ou Valência e Zaragoza, onde são propostas datações que podem recuar até o século XI (DÉLÉRY, 2006, pp. 1619, 1686, 1909, 1959 e 1514). Surge ainda um fragmento com pintura a vermelho, opção decorativa que parece

---

<sup>16</sup> Informação verbal de Helena Santos, a coordenadora dos trabalhos do acompanhamento arqueológico da Rua João Afonso/Rua 1º Dezembro, a quem agradecemos.



desaparecer, em Lisboa, nos contextos formados entre a segunda metade do século XII e primeira metade da centúria seguinte (GOMES, et. al., 2005, p. 225).

Já o bordo em aba da panela [1598] – 11654 corresponde, de facto, a perfis de panelas muito comuns durante os séculos XII-XIII, como veremos mais adiante, um elemento mais convergente com a presença dos dinheiros da I dinastia nesta unidade estratigráfica. Só o surgimento de novos estudos ou contextos poderão demonstrar se as cerâmicas de corda seca ou pintadas a vermelho eram, de facto, ainda comuns durante o século XIII, ou se a formação deste conjunto foi absolutamente circunstancial, decorrente de um processo muito específico que não pudemos descortinar.

Menos dúvidas nos oferece a associação material recolhida no interior da estrutura [2466], um silo colmatado com um único depósito, o [91]. Foram recolhidos alguns perfis bastante completos, o que permite vislumbrar de forma mais documentada uma amostra da cultura material presente na transição do século XII para o XIII, uma vez que se encontra datada pela presença de 6 dinheiros. Um deles tinha já sido reconvertido em adorno e/ou amuleto, não sendo possível determinar quando foi cunhada, enquanto cinco são cunhagens de D. Sancho I, apresentando o típico escudo ovalado enquadrado lateralmente por motivos “espadiformes”. No entanto, o *terminus post quem* é determinado pela metade de moeda que apresenta a cruz ultrapassando a orla, que se manteve entre D. Afonso II e D. Sancho II (LEMOS, 1983, pp. 197-201), demonstrando que este depósito se formou já no século XIII.

Sem este elemento, a escudela carenada, bem como a candeia de depósito aberto, apontariam para uma cronologia em torno do século XII, mas verosimilmente islâmica. Completando o quadro de formas muito correntes em contextos muçulmanos, assinala-se a presença de jarras com colo alto, que poderiam induzir no mesmo sentido. No entanto, assinale-se desde já que os exemplares recolhidos apresentam diferenças de pormenor face às congéneres undecentistas, que consideramos significativas do processo evolutivo dos seus aspectos formais e que analisaremos adiante, com mais pormenor, quando tentarmos uma visão de conjunto do universo cerâmico que circulava em Santarém neste período de transição.

Enquadramos ainda neste conjunto o enchimento do silo [2172], composto pelas unidades [2171] e [2144], que ofereceram sete moedas, que infelizmente não puderam ser tratadas no Laboratório de Conservação e Restauro da Câmara Municipal de Santarém a tempo de serem utilizadas nesta dissertação, inviabilizando assim o



reconhecimento do reinado em que foram cunhadas. No entanto, esta relativa abundância de numismas é suficiente para determinar que foram depositados num momento pós-1147, uma vez que os contextos islâmicos são genericamente caracterizados pela extrema escassez de numerário (PICARD, 2005, p. 129; DOMENECH e GUTIÉRREZ, 2006, p. 349)<sup>17</sup>. De resto, encontramos neste contexto materiais que constituem elementos de evidente continuidade com a tradição oleira pré-1147, como as cerâmicas vidradas com traços de manganês e a pintura a branco, coexistindo com a presença de panelas com bordo quadrangular – possivelmente uma evolução, por espessamento do lábio, do perfil em aba que se vulgariza no século XII - ou com a tendência para as tigelas apresentarem espessamentos e/ou molduras nos lábios, caracteres mais comumente divulgados em épocas mais tardias, o que nos impele a propor uma cronologia mais avançada para a formação deste contexto, talvez mesmo já durante segunda metade do século XIII.

#### 5.1.2.2. A presença de materiais de tradição setentrional

Assinale-se que a ocorrência do jarro brunido com cozedura redutora [2244] – 15043 - um elemento claramente excêntrico à estrutura produtiva que enquadrava o fabrico cerâmico desta cidade entre os séculos XI e XII que já expusemos e, em última análise, ao universo técnico e cultural meridional - introduz outros três contextos onde surgiram fragmentos cerâmicos que podem ser enquadrados na mesma categoria: panelas com asas puncionadas e alguidares de fundo em disco.

Várias hipóteses podem ser ponderadas para a sua presença no registo arqueológico nestas cronologias. Por exemplo, na área de Coimbra, vários contextos permitem entrever que uma tradição oleira de origem autóctone, evoluindo a partir das soluções romano-visigodas, coexistiu com soluções claramente derivadas do contacto com influências islâmicas (CATARINO, FILIPE e SANTOS, 2009, p. 347).

Em alternativa, corresponderiam antes a uma produção local, mas mais tardia, revelando que os colonos cristãos instalados após a conquista da cidade teriam

---

<sup>17</sup> Situação que corresponde, em toda a linha, à realidade de Santarém. Como exemplos, na escavação onde se recolheram os materiais objecto deste estudo ou na intervenção que identificou 26 estruturas negativas entre 1984 – 1987 na Alcáçova, não se recuperou nenhuma moeda islâmica (VIEGAS e ARRUDA, 1999, p. 108).



“insistido” em técnicas de modelagem, cozedura e decoração que conheciam no seu local de origem. Poder-se-ia mesmo equacionar que as formas assinaladas asseguravam o consumo ou o processamento culinário de alimentos específicos, que não tinham equivalente no reportório cerâmico islâmico. Nesta mesma perspectiva, mesmo sem originar um fabrico na Bacia do Tejo, essas formas começariam a ser importadas para a cidade de Santarém após 1147.

Não cremos que nenhuma destas propostas seja defensável no actual patamar do conhecimento. Muito embora as conclusões definitivas decorrentes da análise macroscópica das pastas, sem o apoio de uma abordagem química, estejam desaconselhadas, assinala-se que as cerâmicas recuperadas foram moldadas em pastas com forte presença de micas que as diferenciam das pastas mais vulgarizadas na cidade, onde os calcários e os quartzos são os e.n.p.s dominantes, o que constitui um primeiro dado que recusa a sua produção local. O recurso a ambientes redutores na pós-cocção é outra indicação no mesmo sentido, assinalando-se que a solução oxidante é amplamente maioritária na cultura material documentada nos séculos XI e XII em Santarém.

Assinale-se ainda que as asas puncionadas, os alguidares de fundo em disco ou as formas fechadas brunidas estão totalmente ausentes dos conjuntos islâmicos recuperados no Convento de S. Francisco, em Santarém (LOPES e RAMALHO, 2001)<sup>18</sup>, na Alcáçova (VIEGAS e ARRUDA, 1999), na Rua Miguel Bombarda (ALMEIDA, 2003), bem como nos contextos indubitavelmente depositados num momento anterior à conquista cristã que estudámos. Por outro lado, os seus aspectos formais, ou perfis claramente derivados desses protótipos, não se terão enraizado na tradição oleira local, a julgar pela sua ausência nos conjuntos materiais dos finais do século XIII e XIV, cujas morfologias remetem, na sua esmagadora maioria, para antecedentes claramente islâmicos. A sua importação também não parece provável, uma vez que correspondem a formas intrinsecamente utilitárias, como panelas, alguidares e jarros, sendo que a função a que estariam adstritas encontraria facilmente um sucedâneo no reportório cerâmico de matriz islâmica, o que explicaria, aliás, o seu desaparecimento do registo arqueológico em cronologias posteriores.

---

<sup>18</sup> Nesta afirmação não ignoramos uma panela islâmica recolhida nesta escavação e datada entre os séculos X e XI, que surge representada com alterações plásticas na asa, que no entanto não corresponderão a puncionamentos profundos, uma vez que foram obtidos «por meio de incisões». De resto, a coloração da pasta, entre o branco e o laranja (LOPES e RAMALHO, 2001, p. 55), afastam-na definitivamente das características técnicas das cerâmicas que agora apresentamos.



Neste sentido, a sua presença em Santarém estará intimamente relacionada com a conjuntura do século XII, em que o Vale do Tejo foi palco de uma substituição de poderes, mas também de uma ampla movimentação de contingentes populacionais prontos a instalar-se nas cidades recém-conquistadas. Corresponderão, assim, a conjuntos materiais transportados por novos habitantes com origem noutras latitudes aquando da sua instalação, mas rapidamente substituídos pelas cerâmicas produzidas localmente. Esta leitura compagina-se com a identificação de elementos semelhantes nas “fundações” de cariz urbano que anteciparam o assalto definitivo a Santarém por D. Afonso Henriques, como Leiria e, possivelmente, Torres Novas, povoações onde foram já identificadas, respectivamente, asas puncionadas (LOPES, 2001, p. 36) e alguidares de base em disco (COSTA, 2007, p. 299), que corresponderão, uma vez mais, à deslocação de colonos setentrionais no contexto da conjuntura político-militar do século XII. Não se trata de defender a total desertificação desses pontos induzida pelas fontes documentais, mas em nenhuma destas povoações surgiram até ao momento provas materiais indiscutíveis de uma ocupação anterior. Este não será o local para desenvolver estas questões, mas assinale-se que a partir do século XII, D. Afonso Henriques e os monarcas subsequentes, com o objectivo final de maximizarem as suas prerrogativas militares face aos senhorios laicos e religiosos, nomeadamente no que toca ao processo de mobilização de mesnadas de tipo “feudal”, desenvolveram uma activa política de estruturação de núcleos urbanos em torno de fortalezas administradas por figuras directamente dependentes do poder real.

Maximizavam, assim, as potencialidades de recrutamento dos habitantes locais que constituiriam a base da cavalaria vilã, corpo castrense amplamente representado nas campanhas ofensivas dos monarcas da primeira dinastia, mas que também assegurava a vigilância das fortalezas face às investidas dos beligerantes. Os documentos foralengos, normalizando as questões judiciais, fiscais, económicas e atribuindo privilégios aos novos povoadores, são o testemunho documental por excelência da política de atracção de contingentes populacionais a locais que os monarcas pretendiam alçar a vilas urbanas<sup>19</sup>.

---

19 O processo atingirá o seu auge com D. Afonso III, que após a conquista do Algarve concentrará os seus esforços junto da raia castelhana, tendo sido que já analisado em profundidade para a linha de defesa do extremo minhoto (ANDRADE, 1994) e, numa abordagem preliminar, para área do Alto Alentejo (LIBERATO, no preloA).



Assim, Leiria recebe foral em 1142, certamente com o duplo propósito de defender Coimbra e preparar o assédio a Santarém (MATTOSO, 2003, p. 96), como já avançámos. Embora só se conheça um documento homólogo para Torres Novas, em 1190, outorgado no rescaldo da invasão almóada que transpôs o Tejo e ameaçou mesmo Tomar, a referência em 1179, no testamento de D. Afonso Henriques, aos «pobres» desta vila, contemplados com uma doação do monarca, permite perspectivar a existência de um documento anterior, entretanto desaparecido. De resto, esta mesma referência foi já interpretada como uma demonstração de que o tecido social desta povoação se encontrava ainda em reorganização, verificando-se uma forte componente de contingentes populacionais instalados recentemente e deficientemente integrados na exploração económica do território (COELHO, 1992, p. 58). Realidade que, aliás, pode ser induzida no próprio topónimo da vila.

Independentemente de uma eventual ocupação islâmica destes pontos estratégicos fundamentais para o controlo da circulação entre Santarém e Coimbra, ainda não caracterizada, todos os dados apontam para que a sua transformação em centros de feição urbana só tenha ocorrido num momento posterior à conquista cristã, escorada na chegada de novos povoadores.

A origem geográfica da maioria destes contingentes populacionais seriam as áreas ruralizadas do Norte da Península, onde a equação entre recursos disponíveis e densidade da população se traduziam, em época medieval, numa reserva humana sempre pronta a deslocar-se para paragens mais dinâmicas economicamente, processo demonstrado pelo recenseamento da antroponímia na Santarém pós-1147, onde surgem amiúde os referentes galego ou castelhano (BEIRANTE, 1992-1993, pp. 103-110; VIANA, 2007, p. 169).

As cerâmicas que vimos discutindo serão o registo material da sua chegada. Se para as outras povoações mencionadas persistem algumas dúvidas<sup>20</sup>, no caso de Santarém é óbvio que contactaram com um universo técnico e cultural totalmente

---

20 Uma ocupação islâmica foi já sugerida para Leiria e Torres Novas. Ambos os estudos têm como principal argumento a identificação de cerâmica pintada a branco. Mas a sua presença não impede que se tenham depositado no contexto da sua promoção a sítio urbano no século XII, acompanhando, por exemplo, colonos de Coimbra, onde a pintura a branco estava vulgarizada. Se os dois fragmentos de Leiria surgem em unidades estratigráficas “revolvidas”, o exemplar de Torres Novas foi identificado no enchimento de um silo, no depósito [41], que se terá depositado entre os séculos X-XI. A percentagem da pintura a branco (inferior a 1%), das peças que receberam uma pós-cocção reductora (cerca de 40%) e a frequência de bordos triangulares, (LOURENÇO, 2002, pp. 122-123) convidam, na nossa opinião, a uma revisão cronológica.



diferente, que anos antes se relacionava com uma área de domínio político mas também com questões como a amplitude das relações comerciais, uma diversa estrutura económica e produtiva com a correlativa diferenciação ao nível das modalidades de integração do território e da sua exploração.

Para evidenciar esta dicotomia, vários são os conceitos utilizados na bibliografia arqueológica portuguesa, sendo que os organizadores do III Congresso de Arqueologia Peninsular arrumaram uma série de comunicações na sessão «Arqueologia das Sociedades Feudais (séculos IX-XIV)», enquanto outras se integraram na «Arqueologia do *al-Andaluz*» (JORGE, 2000, pp. 3 e 4). No entanto, mais que o modo de produção para que nos remete a primeira designação ou o aspecto religioso relevado no segundo, cremos que são questões geográficas que permitem a mais correcta abordagem desta problemática. No fundo, a diversidade das fórmulas de ocupação do território, decorrente da estrutura política e económica, parecem relacionar-se directamente, entre os séculos VIII e XI, com o seu posicionamento face à bacia mediterrânica e com as correspondentes facilidades de contacto essencialmente marítimo, mas também terrestre<sup>21</sup>, com os processos de osmose cultural e dinâmica comercial entre as margens oriental e ocidental do grande mar interior reactivadas pela expansão do Islão.

Assim, o Algarve e a bacia do Tejo constituem um verdadeiro prolongamento do Mediterrâneo, precocemente estabelecido como nos revelam os materiais orientalizantes que circulavam na Alcáçova de Santarém na Idade do Ferro, e como tal parecem corresponder às zonas mais “islamizadas”, processo apoiado pela presença de cidades dinâmicas, certamente responsáveis pela irradiação da cultura material no seu *hinterland*. Por outro lado, a região da actual Beira Baixa parece demonstrar que o factor determinante na islamização das produções cerâmicas não se relaciona com as fronteiras políticas. Mesmo na antiga cidade episcopal visigoda e sede de *kura* durante o califado, Idanha-a-Velha (CORREIA, 2005, p. 98), parece firmar-se, logo no século XIII, uma tradição formal e decorativa onde predominam os motivos incisos em grande parte da superfície (CARVALHO, 1991, p. 557; TEICHNER, 1997, p. 362; DUARTE, 2000, p. 108), sem paralelos evidentes com as produções “epi-islâmicas” que parecem dominar os reportórios da bacia do Tejo, muito embora a episódica presença da pintura

---

21 Susana Gómez considera que o eixo Zaragoza-Toledo-Mérida-Lisboa era uma importante via de distribuição das «cerâmicas islâmicas más características», como o verde e morado, a corda seca ou a pintura de manganês (GÓMEZ, 2005, p. 218).



a branco possa anunciar alguma influência muçulmana. De resto, a profusa decoração incisa que apresentam tem antecedentes nalgumas regiões peninsulares logo desde o período tardo-romano, sendo exemplo a bacia do Douro, onde a mesma se associa geralmente a cerâmicas de cozinha, como caçoilas e alguidares, mas também a cântaros (LÁRREN, 2003, p. 292), o que habilita a hipótese de estarmos perante uma tradição decorativa cuja origem antecede a conquista de 711 e persistiu até ao século XIII.

Se nesta região em concreto, a inexistência de publicações sobre a evolução urbana da sua capital bem como das suas produções cerâmicas entre os séculos VIII e XIII nos remete para as conjecturas, outros dados permitem entrever que, definitivamente afastadas do circuito mediterrânico com a conquista muçulmana<sup>22</sup>, as antigas cidades romanas a Norte de Santarém, como Braga ou León, sofrem uma severa retracção da área ocupada, assistindo-se à afectação de parcelas importantes do solo urbano a actividades agrícolas, enquanto se assinala uma dispersão do povoamento organizado em pequenos núcleos na área amuralhada, mas também no espaço periurbano, processo que se parece ter intensificado a partir dos séculos VII-VIII (RIBEIRO, 2008, p. 311; GUTIERRÉZ, 2006, p. 86). Em Conímbriga, o mesmo processo de reorganização espacial é solidário com uma degradação da qualidade das cerâmicas, perceptível na preparação das pastas e na cozedura das peças (MAN, 2006, p. 150). Esta síntese genérica admitiu, obviamente, matizes e diacronias diversas, decorrentes, por exemplo, da presença de um poder episcopal, do seu posicionamento face à reorganização da circulação viária - decorrente de actividades económicas ou de rotas de peregrinação - ou da sua importância na estruturação da defesa dos reinos setentrionais face ao poder islâmico, mas a sua análise mais demorada afasta-se definitivamente da temática desta dissertação.

A ausência de núcleos urbanos, mesmo em regressão populacional, nalgumas regiões terá mesmo exacerbado a tendência de dispersão do povoamento, traduzindo-se numa acentuada autarcia de muitas dessas comunidades (TENTE, 2007, p. 110), que se reflectia indelevelmente nas produções cerâmicas. Na opinião de alguns autores, a origem do punctionamento das asas poderá mesmo relacionar-se directamente com limitações tecnológicas, decorrente das condições de modelagem e cozedura (MAN,

---

22 Uma síntese da evolução das trocas comerciais no extremo ocidental do Mediterrâneo entre o Baixo Império e a sua reorganização definitiva no contexto da expansão muçulmana, veja-se (MAN, 2006, 97-101)



2006, p. 162). As discrepâncias entre o Norte ruralizado e as produções padronizadas, morfológica e tecnologicamente, das urbes islâmicas eram uma realidade incontornável na época em que ocorreu a conquista de Santarém por D. Afonso Henriques, como se observa no caso do Baldoeiro, um castelo roqueiro da região de Moncorvo, onde o recurso frequente à torneta até ao século XII demonstra que «produção oleira deveria assentar portanto em pequenos artesãos não especializados, com pequenas produções de âmbito muito local» (RODRIGUES, 1994, p. 41). Na mesma área geográfica, as produções da vila de fundação de Santa Cruz da Vilarça apresentavam uma maior uniformidade formal, bem como melhorias no acabamento das peças, anunciando uma maior especialização da produção (RODRIGUES, 1994, p. 70), pelo que o puncionamento das asas aí verificado, mesmo que na sua génese tenha correspondido a uma imposição técnica, permaneceu como um opção decorativa amplamente divulgada, decorrente dos gostos e paradigmas culturais das gentes do Norte. O mesmo pode ser induzido para as tonalidades negras obtidas num ambiente reductor durante a pós-cocção. Assinala-se que, mau grado as produções de Santa Cruz da Vilarça demonstrarem uma maior especialização no processo de fabrico, apenas 8% dos fragmentos tiveram uma pós-cocção oxidante, enquanto nas cerâmicas do Baldoeiro, que como vimos correspondem a soluções de qualidade inferior, se verifica que metade do espólio recolhido foi cozido com essa técnica (RODRIGUES, 1994, p. 71).

A associação de painéis com asas puncionadas, alguidares de fundo em disco e jarros brunidos verifica-se em Santa Cruz da Vilarça ou Arouca (RODRIGUES e REBANDA, 1998, p. 104 – 105; SILVA e RIBEIRO 2006-2007, p. 78). Correspondem assim a um fundo comum às regiões ocidentais onde a presença islâmica foi titubeante e não implicou um corte com as soluções tecnológicas e valores culturais locais, originando uma evolução que culminou no surgimento de uma tradição cerâmica específica. A sua ocorrência como corrente amplamente dominante em Conímbriga (MAN, 2006) ou coexistindo com soluções claramente derivadas de influxos meridionais em Coimbra, reforçam o papel de ecotono cultural do Baixo Mondego, a que já aludimos. Em conclusão, cremos que a melhor forma para individualizar estas produções nos contextos undecentistas de Santarém será defini-las como setentrionais, por oposição a islâmicas/mediterrânicas. Quando forem referidas como “cristãs”, para evitar repetições, acentua-se a sua relação com a figura do conquistador e do colono que se instalou nas cidades meridionais na sequência da expansão dos reinos setentrionais.



Na escavação do *Villa Rosa Palace*, estas cerâmicas surgem em mais dois enchimentos de silo, correspondendo aos contextos [476] e [1438], bem como no depósito [750], que oferece menos garantias de estar livre de intrusões posteriores<sup>23</sup>, mas que ainda assim resolvemos apresentar, devido à presença de uma peça curiosa: uma asa que apresenta simultaneamente puncionamentos e pintura a branco, fundindo portanto tradições vincadamente setentrionais com caracteres que são mais comumente observados em contexto islâmico, cujo eventual significado cultural problematizaremos adiante. A presença da panela com asa puncionada no contexto [476], associado a cerâmica de corda seca parcial, pintada a vermelho e a uma asa de candil com cobertura de vidro de tom melado, deixam poucas dúvidas de que este contexto se formou num momento em que as produções islâmicas dominavam claramente o universo cerâmico da cidade. O mesmo se observa para a [1437]. Muito embora não tenha oferecido cerâmicas de importação, os alguidares de fundo em disco coexistem com perfis perfeitamente relacionáveis com os materiais que apresentámos no capítulo anterior. Como defendemos nas páginas acima, não temos dúvidas que estes materiais correspondem à instalação de contingentes populacionais nortenhos, mas estamos perante um problema de atribuição cronológica aparentemente irresolúvel: estarão relacionados com a conquista definitiva da cidade em 1147 ou antes com a sua integração nos domínios leoneses entre 1093 e 1111 (MATTOSO, 2006, p. 172)?

Independentemente da conjuntura a que correspondem, demonstram que nos finais do domínio islâmico coexistiram duas tradições cerâmicas completamente divergentes e que correspondem a dois grupos populacionais distintos: indivíduos culturalmente islamizados, independentemente do credo religioso, e populações cristãs alógenas. Naturalmente que a investigação carece de mais dados, nomeadamente da publicação de outros conjuntos cerâmicos, para que se possa verificar da importância relativa destas “contaminações” setentrionais, determinando se foram sempre percentualmente residuais e se a sua circulação se restringiu aos séculos XII e XIII, como nos sugerem os contextos que estudámos.

---

<sup>23</sup> Embora tenha oferecido maioritariamente materiais que parecem indicar uma deposição em torno do século XII, possivelmente já no período pós conquista cristã da cidade, foi bastante perturbada por actividades posteriores, sendo exemplo a abertura de uma estrutura negativa para enterrar uma talha. Assim, não espanta que durante a intervenção arqueológica tenha sido recolhido um perfil completo de um prato - certamente deposto no interior de uma pequena fossa detritica que não foi detectada durante a escavação - em tudo semelhante aos que ocorrem no século XIV e XV e morfologicamente semelhante aos que se encontram representados no anexo VII.



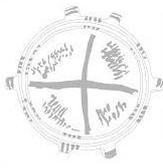
## **5.2. O registo material de uma sociedade em mutação: as formas cerâmicas.**

### **5.2.1. Cerâmica de cozinha**

**Panelas.** Devido à fragmentação dos materiais deste âmbito cronológico, a diferenciação tipológica só pode ser estruturada a partir da morfologia dos bordos, muito embora as características específicas de algumas formas, presentes nestes fragmentos, permitam induzir o restante perfil a partir de paralelos. Assim, assinala-se o tipo 1 que corresponde a peças com corpo globular e marcado estrangulamento no colo, apresentando bordos triangulares, ligeiramente extrovertidos enquanto o tipo 2 corresponde a bordos com lábio de perfil semi-circular ou boleado, também extrovertido. Menos comum, o tipo 3, inclui bordos ligeiramente extrovertidos, muito moldurados e com o lábio afilado. Estas três morfologias estão já presentes nos conjuntos almorávidas da cidade (VIEGAS e ARRUDA, 1999, pp. 152-154).

Já o tipo 4, de bordo em aba, em geral com estrangulamento do colo, apresenta, semelhanças flagrantes com soluções especialmente divulgadas a partir de meados do século XII no Sul da Península. Nenhum dos fragmentos recuperados apresenta asa o que poderá, de facto, denunciar que estamos na presença da solução típica associada a este tipo de bordo, em que os apêndices de suporte se seguram no colo. Incorporou rapidamente os reportórios cerâmicos das cidades que à época já se encontravam sob domínio cristão, como Palmela (FERNANDES, 2005, p. 322) ou Lisboa (GOMES, et.al, 2005, p. 236) e será mesmo a forma dominante nesta cidade no século XIV, como veremos de seguida. A sua presença em cidades que estavam já sob administração cristã aquando da entrada dos almóadas poderá ser explicada por contactos comerciais com o Sul islâmico, com a importação de produções mais cuidadas como os exemplares vidrados de Mértola (TORRES, et.al., 1996. p. 205), sintomaticamente identificados também em povoações onde a presença das tropas magrebina foi muito curta, como em Calatrava-la-Reina (ZOZAYA, 1995, p. 226).

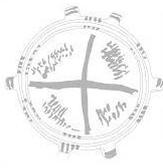
Demonstrando o carácter de transição destes contextos, verificando-se pequenas mutações face ao período, assinala-se a presença da tipo 5, com bordos quadrangulares



– que na nossa opinião poderá corresponder a uma evolução do tipo anterior a partir do espessamento do lábio - que sendo aparentemente desconhecidos em época islâmica, tornar-se-ão bastante mais frequentes no Baixo Tejo nos séculos finais da Idade Média, sendo Cascais (CARDOSO e RODRIGUES, 1991, p. 976) apenas um exemplo, mas com uma ampla difusão pelo Sul, ocorrendo em cronologias centradas no século XIV-XV na cidade de Évora (TEICHNER, 2006, p. 346) ou no castelo de Paderne (CATARINO, 1994, p. 79).

O tipo 6 corresponde a uma panela de bordo extrovertido com o lábio boleado e asa de fita puncionada, a que já nos referimos abundantemente. O perfil é semelhante a exemplares datados do século XI provenientes de Coimbra, cuja posição fronteiriça dinamizava sincretismos culturais e tecnológicos demonstrados pela «coexistência de produções cerâmicas islâmicas com outras cristãs» (CATARINO, FILIPE e SANTOS, 2009, p. 347). Ao contrário do atestado nesta cidade, onde apresentam frequentemente pastas claras, a cozedura redutora da peça escalabitana parece remeter para tradições mais setentrionais onde a cor preta se afirma como a solução mais corrente.

Verifica-se que as asas puncionadas tem uma dispersão geográfica mais ampla que a observada para outros materiais cristãos, como os alguidares de base em disco, bem como um âmbito cronológico mais alargado, muito embora a maioria dos autores que identificaram momentos de ocupação na estratigrafia observada apontem o período entre os séculos XII-XIII, como em Conímbriga, onde terão circulado desde o século VII, mas com especial vitalidade no período assinalado. O mesmo em Arouca, onde ocorrem em camadas dos séculos IX a X, mas mais abundantemente em contextos da fase de abandono, ocorrida no século XII (SILVA e RIBEIRO 2006-2007, p. 74). Na Guarda, alguns autores admitem a sua circulação nos séculos X-XI (OSÓRIO, 2004, p. 9) enquanto outros a estendem até ao século XIII (PEREIRA, 2003, p. 102). Também na área de Braga fazem parte dos reportórios cerâmicos datados entre os séculos VIII e XI (FONTES e GASPAR, 1997, p. 212), nomeadamente em Penafiel de Bastuço, freguesia de Paços S. Julião, onde as balizas cronológicas da sua circulação se situam entre os séculos X-XI (FONTES e REGALO, 1997, p. 215). Estão vulgarizadas nas mesmas cronologias por todo o Noroeste da Península, como nos demonstram os exemplares da província de Navarra, enquadrados entre o século XI-XIV (TABAR e JUSUÉ, 1989, p. 30) ou de Alava, onde eram comuns em sítios ocupados entre os séculos IX e XII (SÁENZ de URTURI, 1989, pp. 58 – 60).



Podemos concluir que durante a segunda metade do século XII e os inícios da centúria seguinte a forma mais comum nos conjuntos cerâmicas apresenta morfologias variadas, com a introdução de perfis claramente diferenciados das soluções almorávidas, o que pode ser observado também em Lisboa nas mesmas cronologias (GOMES, 2005, p. 226). Se alguns correspondem a soluções especialmente divulgadas em época almóada, correspondendo ao universo cultural meridional, também se encontram presentes produções setentrionais.

**Testos.** Considerámos duas morfologias diferentes, ambas com perfil troncocónico e pedúnculo central, mas com ligeiras cambiantes no bordo. Curiosamente, não identificámos esta forma nos contextos anteriores à conquista da cidade que estudámos, mas o tipo 1, que apresenta bordo reentrante, pode ser apresentado como uma continuidade face ao período islâmico uma vez que se encontra amplamente representado nos conjuntos da Alcáçova (VIEGAS e ARRUDA, 1999, pp. 172-173). O tipo 2, pelo contrário, poderá ser uma solução típica deste período de transição e corresponde a bordos triangulares oblíquos, morfologia que parece prolongar-se longamente e atingir mesmo os séculos XIV e XV, a julgar por exemplares exumados em Évora (TEICHNER e SCHIERL, 2009, p. 981). Numa variante, o bordo, também triangular, termina na vertical. Não surge representado em contextos islâmicos de Santarém e Lisboa, a julgar pela bibliografia consultada.

**Alguidares.** Os alguidares em circulação na Santarém entre a segunda metade do século XII e a centúria seguinte demonstram também a diversidade de influências culturais expressas no universo cerâmico da cidade. Tendo em conta a sua funcionalidade, apoiando uma série de tarefas domésticas comuns às tradições islâmicas e setentrionais, a sua estrutura básica não é muito variável, apresentando-se frequentemente com bordo em aba externa, corpo troncocónico invertido e fundo plano. É frequentemente adornada com cordões plásticos exteriores que constituiu, a par do bordo espessado, um dos caracteres individualizadores do tipo 1 que associamos à peça [2171] – 14753. Embora obedeçam a critérios estéticos, poderiam assegurar também funções estruturais, reforçando as paredes de um recipientes muitas vezes sujeitos a trabalhos vigorosos, como amassar pão. Assim, este tipo de decoração surge em produções pré-almorávidas no Castelo Velho de Alcoutim (CATARINO, 2005, 371), mas também na área de León, entre os séculos IX e XII (GÓMEZ, 2007, p. 100),



constituindo-se como uma solução frequente em contextos pós-islâmicos de Palmela (FERNANDES, 2005, p. 324).

Já o tipo 2 corresponde a uma forma tipicamente islâmica, cujo bordo aplanado e o lábio de perfil quadrangular podem ser observados em materiais das segundas taifas ou almóadas de Mértola, bem como a moldura decorativa logo abaixo do bordo, muito embora no caso meridional esta consista num motivo inciso (GÓMEZ, 2004, CR/CC/0082). Pelo contrário, ao tipo 3, que apresenta fundo em disco por vezes decorado com digitações profundas, correspondem as produções típicas de latitudes onde a islamização foi muito ténue ou não existiu de todo, como no actual concelho de Paredes, onde são datados do século XI-XII (SILVA, 2008, p. 126), enquanto em Belmonte foram recuperados em unidades estratigráficas formadas entre os séculos XII-XIII (MARQUES, 2000, p. 261). Com uma cronologia eventualmente mais recuada, assinalem-se os contextos de Conímbriga, onde correspondem à terceira fase das produções cerâmicas enquadradas entre os séculos X e XII (MAN, 2006, p. 158) ou em Arouca onde estão presentes com percentagens idênticas nas camadas 01 e 02, abrangendo um espectro cronológico entre os séculos IX e XII (SILVA e RIBEIRO 2006-2007, p. 78).

**Fogareiro.** Só conseguimos identificar esta forma pelas arestas do fragmento [91] – 1994, que demonstram a sua correspondência com o orifício da câmara inferior. Não podemos portanto tecer qualquer consideração sobre a sua morfologia.

### 5.2.2. Cerâmica de mesa

**Tigelas.** As tigelas assumem uma forma muito padronizada, com base plana e corpo troncocónico. Apresentam uma outra característica comum que as individualiza mesmo das produções anteriores: os bordos são muito “elaborados”, frequentemente definidos por uma profunda canelura no contacto com o colo, sendo comum o seu espessamento, que lhes atribui um perfil circular, em triângulo invertido ou em aba, tendência também observável nas peças abertas com a mesma cronologia exumadas em Palmela (FERNANDES, 2005, p. 323) ou em Lisboa (GOMES, 2005, p. 234). O único fragmento que se afasta da caracterização é uma forma carenada, vidrada a verde e



decorada com traços de manganês, que corresponde a produções comuns em época islâmica, de que voltaremos a falar.

**Escudelas.** Ao contrário dos materiais islâmicos estudados em que a diferenciação entre escudela e tigela era sobretudo dimensional, neste período de transição existe uma grande diversidade de tipos de bordos, na forma de menores dimensões: afilados, boleados ou aplanados, estando ausentes os espessamentos observados para as tigelas. Embora as reduzidas dimensões da maioria dos exemplares dificultem a criação de tipos, assinalam-se dois grandes grupos: hemisféricas e carenadas.

Destaca-se deste conjunto um recipiente cuja morfologia apresenta fortes semelhanças com uma forma que se afirmou no mundo islâmico peninsular a partir do século XII, pelo que consideramos a peça escalabitana como a adaptação a um uso específico da forma Ataifor 4C ou 4D das cerâmicas de Mértola (GÓMEZ, 2004, p. 369), equivalente à variante 26 da forma A de Retuerce Velasco, autor que equaciona a sua introdução na Península a partir do Norte de África (RETUERCE, 1998, p. 127). Estes exemplos são suficientes para demonstrar a sua ampla difusão durante a época dos Impérios Africanos, quando se «encontra por casi todo *al-Andaluz* con diversos revestimientos» (GÓMEZ, 2004, p. 616).

A peça [91] - 1986 apresenta carena alta, pé anelar e rebordo para receber tampa, rodeado por seis pequenas asas. Apresenta semelhanças evidentes com peças de Beja, nomeadamente no perfil carenado e na distribuição das asas (embora os exemplares pacenses apresentassem 8 apêndices), surgindo nesta cidade com uma cronologia centrada em meados do século XII. Os bordos adaptados à colocação de tampa, bem como os pés anelares, eram também conhecidos naquela cidade, muito embora não estejam publicados exemplares que apresentem o pleno dos quatro caracteres (CORREIA, 1991, p. 377). As peças com moldura para a tampa foram consideradas por Susana Gómez Martínez como um sinal de requinte da vida urbana durante o período almóada, estando extensamente divulgadas no Baixo Tejo no século XIII, como demonstram as peças provenientes de Palmela (FERNANDES, 2004, p. 174).

À semelhança da interpretação aventada para peças de Mértola, a profusão de asas poderá indicar que se destinavam a mantê-las suspensas (TORRES, et.al, 1996, p. 208), talvez para armazenar um alimento fora do alcance de fauna comensal, sendo que a cobertura com tampa poderia constituir um elemento adicional de protecção face a



moscas e outros insectos (GÓMEZ, 2004, p. 476). A decoração no interior, bastante mais cuidada do que normalmente se assinala nas formas abertas, poderá indicar que a mesma seria frequentemente apresentada à mesa, não sendo verosímil que acolhesse um alimento líquido ou gorduroso que fosse esbatendo a pintura.

A peça decorada com corda seca total [1598] - 11663, bem como o recipiente [91] – 2005, vidrado a verde, parecem demonstrar que Santarém continuou a produzir ou a abastecer-se de cerâmicas com um acabamento mais cuidado, mesmo no contexto de instabilidade militar dos séculos XII-XIII.

**Jarras/Jarros.** Nesta forma não se identificam muitas discrepâncias morfológicas com o período islâmico. Assim, o tipo 1 corresponde à forma mais comum nos contextos taifa/almorávida, com um pormenor de divergência que consiste no lábio introvertido, que se traduz num perfil dos colos em S pouco pronunciado, que pode ser observado nos recipientes congéneres de Tavira durante a época almóada (CAVACO e COVANEIRO, 2010 p. 107). O tipo 2, com bordo triangular e colo alto estrangulado no troço mesial, semelhante a cântaros recuperados nos contextos islâmicos da Alcáçova (VIEGAS e ARRUDA, 1999, p. 164), apresenta um colo estriado, associação de forma/decoração que continuará nos conjuntos do século XIV. Muito embora seja cedo para firmar certezas, parece existir na cerâmica escalabitana, ao longo do século XIII e da centúria seguinte, uma tendência para o aumento de alterações plásticas, como estrias, caneluras ou incisões, face ao período anterior, característica partilhada com as cerâmicas lisboetas coevas (GOMES, 2005, p. 226). Também em Palmela, o estriamento é considerado a opção ornamental mais comum no século XIII (FERNANDES, 2004, p. 151).

O tipo 3 corresponde a uma produção setentrional. Embora o fragmento [2244] - 15043 corresponda a uma pequena parte do recipiente, a pasta muito escura a par do brunido da face exterior, afastam-no das características formais das cerâmicas meridionais e aproximam-no de exemplares nortenhos, sendo exemplo os jarros com o mesmo tratamento de superfície e bordo trilobado – sugerido na peça escalabitana - frequentes em Puente Castro, León, nos séculos XI-XII (PEÑIN, 2007, pp. 105 e 162).

**Púcaros.** Relativamente a esta forma não podemos avançar com muitas considerações uma vez que os troços recuperados se restringem ao bordo. Observam-se duas morfologias diferentes: em bisel e semi-circular (um com canelura profunda) que correspondem a perfis comuns em Santarém, pelo menos, desde os finais do califado



(RAMALHO, et.al, 2001, p. 173). Os elementos que demonstram uma continuidade com as soluções islâmicas saem reforçados pela presença de dois fragmentos decorados com corda seca parcial.

### 5.2.3. Cerâmica de armazenamento e transporte

**Talha.** O perfil do bordo de talha apresenta semelhanças flagrantes com peças de Lisboa datadas do século XI-XII (BUGALHÃO, GOMES e SOUSA, 2007, p.343), paralelismo que se estende também à decoração obtida por prensão, muito embora na peça lisboeta esta surja num cordão plástico aplicado na base do colo.

**Cântaro.** Nesta forma a tradição islâmica é também particularmente evidente. Os bordos recuperados partilham os mesmos aspectos formais, apresentando perfil semi-circular espessado, por vezes aplanado no lábio, que circulariam desde o século X, a julgar por peças exumadas em Alcácer do Sal (PAIXÃO, FARIA e CARVALHO, 2001, p. 207), ocorrendo em contextos dos século XI em Lisboa (BUGALHÃO e FOLGADO, 2001, p. 135), sendo muito comuns entre o espólio recuperado na Alcáçova de Santarém (VIEGAS e ARRUDA, 1999, p. 161).

**Pote.** Integramos nesta categoria apenas um bordo, que se destaca das restantes soluções identificadas para as formas fechadas uma vez que é bastante introvertido. Muito embora as dimensões do fragmento aconselhem cautela na sua integração funcional, baseados nesta característica formal consideramos que estaria relacionado com o armazenamento de um qualquer produto, uma vez que nas formas utilizadas como cerâmica de cozinha os bordos são em geral extrovertidos, certamente de forma a facilitar o seu despejo após a confecção dos alimentos. Em Frielas surge um bordo semelhante – definido como pertencente a um copo – enquadrado num largo espectro cronológico entre o século IX e XIII (SILVA e BARBOSA, 2003, p. 115).

### 5.2.4. Outras funções

**Candeias.** À semelhança do que ocorre em todo o *al-Andaluz* durante o século XII, também em Santarém se assinala a divulgação das candeias de depósito aberto –



forma que alguns autores presumem originária do Mediterrâneo Oriental (NAVARRO e JIMÉNEZ, 2009, p. 697) – em detrimento das soluções de reservatório fechado. O exemplar recuperado - [91] – 1988 - apresenta pé destacado e corresponde certamente a um fabrico relativamente tardio, uma vez que parece estar ausente dos reportórios islâmicos de Mértola e da Meseta, mas apresenta semelhanças formais evidentes com o tipo D de Silves, sintomaticamente datado da segunda metade do século XII ou dos inícios da centúria seguinte (GONÇALVES, PIRES e MENDONÇA, 2007, p. 653), cronologia totalmente consonante com a que propomos. A asa de candil vidrado melado [475] - 4470 não permite afirmar definitivamente se as duas formas circulavam simultaneamente nos séculos XIII, mas é verosímil que a substituição se tenha processado paulatinamente.

**Discos.** Foram exumados dois artefactos que são frequentemente interpretados como elementos dedicados ao fabrico de pão e outras actividades culinárias (LOPES e RAMALHO, 2001, p. 68), por associação directa com o *tabaq* islâmico, correspondência funcional que cremos ser mais evidente nos exemplares montados manualmente. A recuperação de perfis discóides em contextos relacionados com a produção cerâmica, de que são exemplos Évora ou Valência, tem levado alguns autores a admitir a sua utilização como coadjuvantes do trabalho dos oleiros (ROSSELÓ-BORDOY, 1991, p. 170), funcionando como bases de torno ou auxiliares para modelar bases de grandes talhas (TEICHNER, SCHIERL, 2009, p. 978), interpretação que cremos ser de considerar, em especial nos exemplares aqui apresentados, bem modelados e resistentes. Assinale-se, no entanto, que a peça [750] - 6558, com paralelos na Alcáçova (VIEGAS e ARRUDA, 1999, p. 175), apresenta um rebordo exterior que a aproxima do perfil típico do *tabaq* (BAZZANA, 1996, p. 157).

**Brinquedos.** Mantendo a nossa opção de preferir os aspectos formais em favor da funcionalidade, encontram-se representadas duas peças que pelas suas dimensões - independentemente da sua morfologia poder ser associada a cerâmica de mesa - fizemos corresponder a objectos lúdicos destinados às crianças, na falta de uma alternativa indiscutível. No entanto, outras interpretações têm sido equacionadas, como a sua utilização como protótipos, permitindo aos oleiros apresentar as formas que moldavam junto de possíveis compradores (GOMES, 2004, p. 150).

Assinale-se também que nos séculos XIII-XIV surgem frequentemente miniaturas de um tipo de jarro com uma asa partindo do limite de uma carena baixa e



com bordo extrovertido, muito comuns no Baixo Tejo durante os séculos XIII e XIV, a julgar pelos exemplares recolhidos em Almada e Lisboa (BARROS e HENRIQUES, 2003, p. 141), muito semelhantes ao fragmento [91] - 1990. Surgem na Rua dos Correiros, em Lisboa (GASPAR e AMARO, 1997, p. 339) e também em Almada (SABROSA e SANTO, 1992, p. 10), com uma particularidade: apresentam grafitos em numeração romana, que denunciam uma utilização específica ainda não estabelecida definitivamente. Para o caso de Lisboa, descartou-se a sua utilização como medida de capacidade uma vez que recipientes de diferentes tamanhos apresentam o mesmo grafito. Estas marcas continuam a surgir nesta cidade no século XV e foi já proposto que a sua funcionalidade se relacionasse com «recipientes para medidas de diferentes produtos alimentares» (GASPAR, et.al., 2009, p. 668). Nesta linha de interpretação, consideramos a possibilidade de que o numeral romano correspondesse antes a um valor monetário fixo que permitisse adquirir volumes diferenciados, por exemplo, de temperos. O prazo de entrega desta dissertação já não permitiu encetar uma pesquisa bibliográfica e documental que testasse esta hipótese. No entanto, uma outra característica comum a estas peças anuncia definitivamente que se destinavam a conter uma quantidade rigorosamente predefinida: os bordos foram cerrados após o fabrico da peça, o que parece denunciar que foram transformados em medidas.

Uma vez que na peça escalabitana não se detectam numerais nem corte pós-fabrico, considerámo-la um brinquedo, em conjunto com o recipiente [2244] - 15046 que apresenta evidentes semelhanças dimensionais e morfológicas com peças recuperadas em vários contextos undecentistas do Mandarim Chinês, em Lisboa (BUGALHÃO e FOLGADO, 2001, p. 144).

### **5.3. Decoração pintada a branco. Continuidade e mutações.**

#### **5.3.1. A tradição islâmica**

Fomos referenciando uma série de elementos de continuidade com o período islâmico detectados no universo cerâmico de Santarém entre a segunda metade do século XII e a primeira da centúria seguinte. Um dos mais evidentes é a persistência da pintura a branco, já assinalada em várias povoações do Baixo Tejo e Sado, como



Almada - recuperada em associação com moedas de D. Sancho I - (SABROSA e SANTO, 1992, p. 10), em Lisboa (GOMES, 2003, p. 662) ou em Palmela (FERNANDES, 2004, p. 180).

No entanto, os dados recolhidos permitem assinalar algumas diferenças face ao período islâmico. O seu tratamento estatístico, apresentado no quadro abaixo, permite entrever uma diminuição da percentagem de cerâmica que recebia este tipo de ornamentação. O valor mais alto, verificado na [750], poderá estar relacionado com a sua cronologia específica, muito próxima de 1147, como já avançámos.

Contexto	N.º fragmentos	N.º fragmentos com pintura a branco	Percentagem de pintura a branco
2172	281	18	4%
2466	310	22	6%
1631	183	11	6%
1438	523	50	10%
750	155	30	19%

**Quadro 3 – Representatividade da pintura a branco. Segunda metade do século XII – primeira metade do século XIII.**

Esta diminuição na percentagem de pintura a branco verifica-se em todas as formas cerâmicas, com excepção dos testos e do fogareiro, para os quais não possuímos elementos comparativos. Colocamos mesmo a hipótese que a persistência da pintura a branco se relacione directamente com a sobrevivência de algumas formas. Neste sentido, muito embora as formas relacionadas com o consumo e armazenamento de líquidos sejam as mais frequentemente decoradas em várias latitudes, nesta conjuntura específica verifica-se ainda que são as formas que apresentam menos diferenças morfológicas com o período islâmico.

Pelo contrário, no que toca às painéis, uma forma que, como observámos, obedece a influências com origens diversas, parece estar em decadência, não se identificando em nenhum dos perfis mais completos e, quando surge, parece existir uma ainda maior simplificação dos motivos, praticamente dominados por linhas horizontais. Muito embora seja prematuro avançar com conclusões definitivas, uma vez que estes



contextos de transição rareiam na bibliografia disponível, assinala-se que também em Lisboa as panelas de perfil em aba ou com caneluras profundas, que constituem uma clara inovação face às produções almorávida, geralmente não apresentam pintura (GOMES, et. al., 2005, pp. 224 e 236). Obviamente, esta opção não seria automática e taxativa: em Almada surgem panelas pintadas a branco, na transição do século XII para a centúria seguinte (SABROSA e SANTO, 1992, p. 10). Mas parece confirmada nas formas abertas: nenhum dos bordos espessados típicos deste período apresenta as características linhas brancas no bordo.

Cântaros, jarras/jarros e púcaros, continuaram com percentagens razoáveis de peças pintadas e no século seguinte parece assistir-se ao culminar desta tendência e estas serão mesmo as únicas formas pintadas. Assim, uma sociedade em mutação foi conservando com maior intensidade as formas já conhecidas, perpetuando algumas delas em íntima relação com a sua eficácia funcional. Por exemplo, os cântaros de grandes dimensões remetem-nos imediatamente para uma gestão da água típica dos climas mediterrânicos, onde o seu armazenamento seria uma tarefa estruturante no quotidiano das populações, equivalendo, no plano doméstico, a um equipamento urbano especialmente generalizado nas cidades meridionais, as cisternas. A forma das jarras seria talvez a mais adequada à conservação de uma temperatura aprazível dos líquidos aí contidos.

Observando este processo de selecção de formas em extensão, tome-se o exemplo das escudelas carenadas que, como veremos, serão a solução mais divulgada no século XIV quer nos contextos que estudámos, quer em Lisboa (GASPAR e AMARO, 1997, p. 339; GOMES, et.al. 2009, p. 960) ou Évora (TEICHNER, SCHIERL, 2009, p. 980). Trata-se evidentemente de uma morfologia herdada do período tardo-islâmico, mas parece-nos a mais indicada a práticas de consumo alimentar individual e as suas paredes oblíquas e pouca profundidade anunciam já as características dos pratos massivamente divulgados na centúria seguinte.

Concluindo, numa primeira fase os oleiros locais seriam estimulados a fornecer tanto formas novas ou evolucionadas, como soluções cujo procedimento de modelagem e acabamento fazia parte das suas rotinas há muito estabelecidas. Nesta perspectiva, podem ter perpetuado a pintura nalgumas morfologias. Outros aspectos menos funcionalistas, como uma relação mais íntima entre valor apotropaico e/ou simbólico e o consumo de líquidos podem também ter contribuído para a sua manutenção. Não



passa de um truísmo, mas é incontornável: os aspectos culturais e mentais apresentam uma notável resiliência à mudança.

### 5.3.1.1. Os motivos

Podemos afirmar que, com raras exceções, os motivos utilizados durante os séculos subsequentes eram já frequentemente utilizados em época islâmica. Infelizmente, o estado de fragmentação de muitas das cerâmicas recolhidas impede um estudo mais documentado.

O motivo **T.1.A**, tal como em época islâmica, consiste numa linha grossa aplicada em toda a área do bordo. A variante na vertical surge a decorar uma asa com puncionamentos, elemento a que dedicaremos uma análise mais demorada.

Os grupos de 3 ou 4 linhas onduladas ou rectas, **T.2**, **T.3** e **T.4** continuam dominantes, não se verificando grandes alterações, com a exceção da ampla regressão do **T.4.D**, frequentemente aplicado no topo dos bordos em época islâmica. Os motivos **T.4.A** e **T.4.B** referenciam-se agora nos testos, forma que não surgiu nos contextos anteriores, compondo uma organização radial da decoração, no caso ilustrado, composto por um conjunto de 4 linhas paralelas, certamente potenciado pelos seus aspectos formais, uma vez que esta é também a solução verificada em Lisboa nos finais do período islâmico (GOMES, 2003, figura 13). O motivo **T.5**, que consiste na sobreposição de círculos que definimos como **I.9** para o período antecedente, surge num fragmento muito pequeno, o que impossibilita outras considerações.

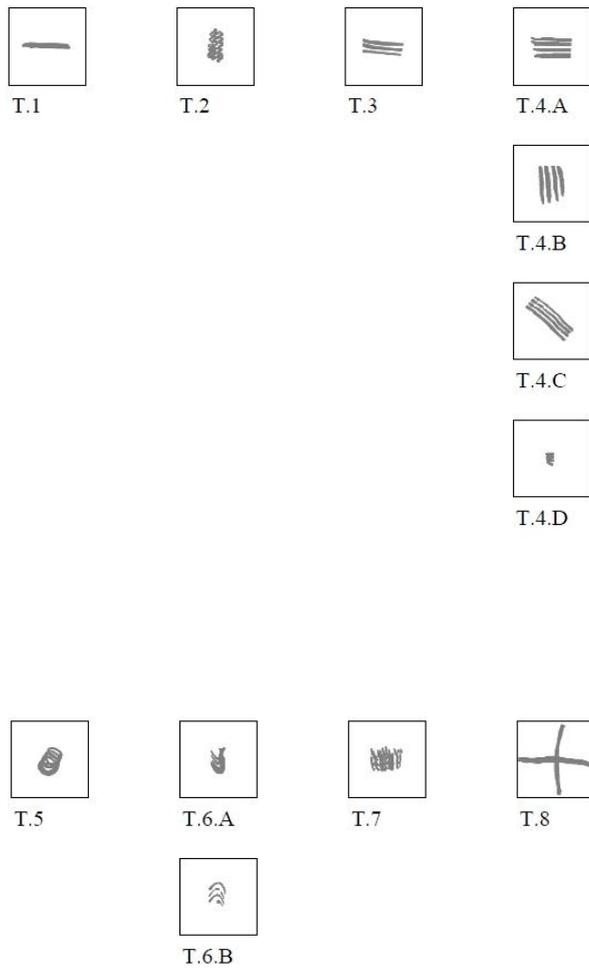
Se estes são elementos de clara continuidade, alguns motivos parecem anunciar algumas mutações na técnica com a introdução de novos motivos. A associação de quatro linhas curvas, motivo **T.6**, poderá corresponder a uma evolução do **I.11.B**, que surgia frequentemente aplicado na união da asa com o corpo das peças. No entanto, neste período apresenta um formato mais anguloso e, como demonstra a variante **T.6.B**, assinala-se que foi pintado também com os vértices orientados para o topo da peça, autonomizando-se daquela localização e desenho específico, surgindo no corpo do fogareiro [91] - 1994. Uma variante com três elementos pode ser observada numa jarra tardo-islâmica de Lisboa (AMARO, 2001, p. 185).



No entanto, a novidade que alcançará uma difusão e uma perdurabilidade temporal mais alargada consiste na aplicação de decoração ponteadada, resultado de uma aplicação sucessiva de tinta com o pincel posicionado obliquamente, desenhando pequenos segmentos de recta que se sobrepõem frequentemente, que definimos como **T.7**. Corresponde, mais propriamente, a um método de aplicação da pintura do que a um motivo específico, na medida em que surge organizado em núcleos no interior da escudela [91] - 1998, em toda a extensão do bordo do pote [91] - 1999 ou do colo da jarra [91] - 1998. Neste último caso, substitui-se à intercalação de linhas onduladas/linhas rectas que dominava a decoração desta forma em período islâmico, o que cremos significativo da amplitude da sua divulgação neste período de transição. Sintomaticamente, vai continuar a ser utilizada no século XIV.

O surgimento deste ponteadado deverá relacionar-se directamente com uma tendência que se observa neste período cronológico: uma rápida, diríamos mesmo brusca, aplicação da pintura revelada no perfil muito anguloso dos motivos lineares, observável por exemplo nas peças [91] - 1990 e [1437] - 10689. Muito embora se possa observar em produções almorávidas de Lisboa (BUGALHÃO e FOLGADO, 2001, p. 131), parece ser especialmente frequente na transição entre os séculos XII e XIII (GOMES, et.al., 2005, p. 222), o que se verifica também em Palmela (FERNANDES, 2005, p. 320) e Almada (SABROSA e SANTO, 1992, p. 10).

O motivo **T.8**, “cruciforme”, não é especialmente frequente na cerâmica comum, mas ocorre em Valência no século XIV (COLL, MARTÍ e PASCUAL, 1989, p. 103) e tem uma grande tradição na civilização islâmica, possivelmente como uma representação simbólica do Paraíso, sugerido pela orientação cardeal que remeteria para os rios que nele nasciam (ZOZAYA, 2009, p. 301). Numa perspectiva mais funcional, no contexto da cerâmica mudéjar da região valenciana, será uma das soluções mais frequentes na organização da decoração, dividindo o campo interno das formas abertas em quadrelas (PASCUAL e MARTÍ, 1987, p. 74).



**Figura 5 – Motivos da pintura a branco entre a 2ª metade do Século XII – Século XIII.**

### **5.3.2. Elementos setentrionais e pintura a branco**

Os elementos apresentados indiciam que a produção da cerâmica que circulava em Santarém nestas cronologias seria assegurada, na sua maioria, por artesãos culturalmente islamizados e tudo indicia que a chegada de elementos setentrionais não significou uma alteração estrutural no que diz respeito à decoração dos recipientes de uso quotidiano, comprovando-se uma frequência assinalável de pintura a branco.

De resto, verifica-se que esta técnica se encontrava incorporada, ainda que residualmente, nos gostos das populações então chegadas a Santarém, oriundas de um universo menos permeado pelos paradigmas culturais e tecnológicos islâmicos, atestada



pela presença de uma asa, certamente de uma panela, que funde os puncionamentos “nortenhos” com este tipo de decoração.

Como já assinalámos, não consideramos provável que este processo de osmose cultural tenha ocorrido em Santarém. No patamar actual do conhecimento, a área de Coimbra seria uma boa opção para a origem desta peça, dada a relativa representatividade desta associação de técnicas decorativas no registo arqueológico da cidade do Mondego. No entanto, poderia ter origens ainda mais setentrionais. Como exemplo, uma recente reavaliação cronológica e formal das cerâmicas pintadas a branco de Zamora integrou a sua produção nos séculos IX a XI e permitiu equacionar a sua relação com a chegada de colonos meridionais, nomeadamente de Toledo, durante o “repopoamento” da cidade em torno de 983 pela coroa leonesa. Os autores colocam desde logo a hipótese de que estas cerâmicas seriam «también apreciadas por los cristianos norteños como elemento “exótico” y de mejor hechura que las recias cerâmicas propias» (LÁRREN e GONZÁLEZ, 2006, p. 252).

Adicionando ainda mais variáveis a esta equação de difícil resolução, assinale-se que no Noroeste Peninsular se parece ter estabelecido uma tradição de pintura a branco totalmente independente do mundo islâmico. Assim, em Léon, durante os séculos VIII a X, a par de cerâmicas claramente oriundas do universo cultural islâmico e denominadas por «andalusíes emirales», identifica-se uma outra produção designada por «cerâmicas oxidantes com pintura blanca», aplicada por vezes em asas de secção sub-rectangular, muito semelhantes às exumadas em Santarém. As características técnicas – nomeadamente o uso de torneta - aproximam-nas mais das produções de âmbito local e regional e permitem colocar a hipótese de terem como ascendente directo as produções pintadas a branco de época tardo-romana (GUTIÉRREZ e HERNÁNDEZ, 2009, p. 459). Também na Galiza as cerâmicas que oferecem pintura a branco entre os séculos XII-XIII são consideradas «creaciones propias y de raiz autoctona» (FARIÑA, GARCIA-LOMAS e OTERO, 1989, p. 290) e que poderão estar relacionadas com a ocasional identificação desta decoração no registo arqueológico portuense do século XIII (REAL, et.al, 1995, p. 176).

Poderá parecer excessiva a problematização em torno de um fragmento, mas cremos que a sua presença impõe uma perspectiva de investigação altamente aliciante, mas de difícil resolução: a manutenção da pintura a branco nos séculos subsequentes à conquista de Afonso Henriques testemunhará a permanência de uma forte comunidade



culturalmente filo-islâmica ou demonstra antes a sua plena integração nos gostos da população cristã instalada num momento posterior a 1147? Sem podermos responder definitivamente a esta questão, concentremo-nos nos dados disponíveis, que demonstram que no século XIV a pintura a branco gozava ainda de uma vitalidade assinalável.

## **6. SANTARÉM ENTRE O ATLÂNTICO E O MEDITERRÂNEO. FINAIS DO SÉCULO XIII – SÉCULO XIV.**

### **6.1. Os contextos trecentistas**

Infelizmente não foram identificados muitos contextos trecentistas, mas a afirmação proferida no final do capítulo anterior comprova-se a partir da análise do enchimento de duas estruturas negativas, depositado após o abandono da sua função original. Assim, o hipotético silo [828] foi aterrado com a [829], enquanto no interior de uma estrutura semelhante que recebeu a designação de [396] foram escavadas 4 unidades estratigráficas registadas como [388], [395], [397] e [407].

As peças cerâmicas embaladas nos sedimentos mencionados assumem uma absoluta semelhança, demonstrando indubitavelmente que correspondem ao mesmo período cronológico. Infelizmente, o estado de conservação das nove moedas recolhidas na [829] impediu a leitura das legendas bem como o reconhecimento dos motivos cunhados, mesmo após terem sido restauradas no Laboratório de Conservação e Restauro da Câmara Municipal de Santarém. No entanto, esta divergência de resultados face ao tratamento - comparando com os numismas recuperados nos contextos mencionados no capítulo anterior - pode mesmo constituir-se como um referente cronológico. As fontes documentais informam que em 1260 e novamente em 1270, D. Afonso III cunhou moeda de bolhão com uma percentagem de prata inferior às cunhagens dos reinados antecedentes (VENTURA, 2006, p. 104), o poderá explicar a corrosão mais acentuada e profunda que, destruindo a legenda e os outros elementos, impossibilitou a sua classificação mesmo após o tratamento químico.



Mas os elementos mais seguros para atribuir uma datação aproximada do momento da deposição destes sedimentos correspondem aos materiais cerâmicos provenientes da escavação da Rua dos Correeiros em Lisboa, que decorreu na década de 80 do século passado. De facto, atesta-se que as características formais das panelas, cântaros, jarros/jarras, púcaros<sup>24</sup>, tigelas<sup>25</sup> e escudelas provenientes desta escavação arqueológica apresentam absolutas semelhanças com as cerâmicas escalabitanas dos contextos [828] e [396], que se encontram representadas no anexo VI. Na “capital” do reino, estavam associadas a importações provenientes da área de Santoinge, centro oleiro francês cujos típicos pichéis com decoração policromática aportavam a povoações de toda a fachada atlântica, sendo exemplos as cidades inglesas, onde ocorrem frequentemente em contextos datados entre 1280 e 1310 (GASPAR e AMARO, 1997, p. 339), sendo que estudos mais recentes apontam o primeiro quartel do século XIV como o *terminus* da sua exportação massiva para as ilhas britânicas (HAGGART, 2006, p. 28.).

O período entre os finais do século XIII e inícios da centúria seguinte é de facto crucial para o estabelecimento de rotas comerciais que integraram as costas atlânticas e mediterrânica. A partir de 1278, Génova inicia ligações anuais com o Mar do Norte, o que demonstra que a transposição do estreito de Gibraltar era novamente segura para as embarcações dos reinos e cidades-estado da cristandade (FONSECA, 1980, p. 128), facto que evidentemente dinamizou o transporte de mercadorias com origens diversas, revelado também no registo arqueológico.

Em Portugal, a distribuição de produções oriundas da Europa Central alarga-se a cada nova escavação, demonstrando, em última análise, como o Oceano era sulcado cada vez mais frequentemente. Naturalmente, por uma questão de posição geográfica, estas produções parecem ser mais frequentes nas cidades costeiras do Norte do País e no seu *hinterland*, mas abasteciam também alguns mercados claramente mais periféricos. Contactos comerciais e culturais com a fachada atlântica que se atestam também na

---

<sup>24</sup> Os autores (GASPAR e AMARO, 1997, p. 341) fundem as duas últimas categorias formais sob a designação genérica de copos. No entanto, cremos que as diferentes dimensões denunciam funções diversas, tendo servido os menores para uso individual enquanto os maiores transportariam o líquido até à mesa.

<sup>25</sup> Também aqui divergimos da classificação dos autores, que consideram estes fragmentos bordos de talhas. De facto são formas com uma grande dimensão, mas a fragilidade das paredes parecem-nos mais consonante com a sua associação a grandes tigelas. Adiante citaremos uma peça semelhante de Sintra classificada como alguidar (COELHO, 2000, pp. 222-223) de que discordamos com base na mesma característica: as paredes não nos parecem adequadas aos usos “violentos” a que eram sujeitos. (COELHO, 2000, pp. 222-223).



Santarém medieval, sem que possamos no entanto asseverar se directos, se por intermédio das ligações a Lisboa - que a julgar pela percentagem crescente de cerâmicas vidradas a partir de finais do século XIII estará plenamente integrada nos circuitos comerciais atlânticos (GOMES, et. ali, 2005, p. 227) - como nos comprova o fragmento de jarro com losangos incisos sob vidrado verde que faz parte do espólio exumado da [829]. As suas características técnicas, nomeadamente as pastas avermelhadas, a aplicação de engobe branco antecedendo o vidrado, bem como a decoração geométrica, tornam verosímil a sua origem no centro oleiro Paris-Rouen, cujas produções trecentistas já foram identificadas nas cidades portuárias atlânticas de Lisboa (FERNANDES, MARQUES e TORRES, 2008, p. 165) e do Porto (GOMES, 1999-2004, p. 91) – certamente também a origem das cerâmicas francesas coevas identificadas em Guimarães (FAURE, 2007) - mas também em pequenas vilas do interior, como Castelo Novo, onde surgiram associadas a moedas de D. Sancho II a D. Pedro I, (SILVÉRIO e BARROS, 2005, p. 69), o que concorda com a cronologia proposta.

No conjunto artefactual recuperado no contexto [396] surge um pequeno fragmento cerâmico com origem claramente mediterrânea e que corresponde a um fundo de jarro anelar de secção para-circular, coberto com esmalte branco e apresentando traços de reflexo metálico. Este perfil de fundo, associado à técnica decorativa, surge frequentemente em produções *nazaris* trecentistas, com epicentro em Málaga, nomeadamente nos jarros de colo alto e bico vertedor cuja difusão em Portugal começa a desenhar-se, como se pode ver pelos exemplares recuperados em Alcochete (CORREIA, 2004, p. 651). No entanto, esta forma fazia também parte dos reportórios valencianos (PASCUAL e MARTÍ, 1986, p. 164) sendo impossível esclarecer definitivamente a sua origem a partir de um fragmento tão reduzido. Como é conhecido, estas produções mudéjares levantinas serão especialmente frequentes nas cidades portuguesas durante o século XV, mas na centúria anterior já aportavam a Lisboa (FERNANDES, MARQUES e TORRES, 2008, p. 173) e ao Porto (GOMES, 1999-2004, p. 93). O seu impacto cultural em Santarém foi certamente intenso e dinamizou mesmo o surgimento de uma tradição ornamental pintada a branco durante o século XV, totalmente diferente da referenciada para os séculos anteriores, como pretendemos demonstrar no último capítulo desta dissertação.



## 6.2. Produção cerâmica e padronização formal

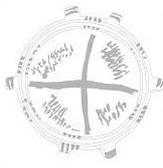
Apesar da multiplicação de influências e referentes que circulavam na Santarém trecentista, assinala-se que a produção local de cerâmica comum como que “depurou” os reportórios dos períodos antecedentes e concentrou-se em poucas formas já conhecidas, embora se referenciem algumas alterações de pormenor que permitem uma individualização face aos protótipos mais antigos. Esta evolução demonstra que a matriz mediterrânica não só se manteve como se foi actualizando, em linha com as tendências que se verificavam também no sudeste peninsular, de que são exemplo a afirmação progressiva das bases anelares nas jarras ou dos perfis carenados nas escudelas (ACIÉN, 1995, p. 139).

Estas considerações apoiam-se nos materiais recuperados nesta escavação mas também nas publicações que apresentam cerâmicas trecentistas de Santarém (MENDES, PIMENTA e VALONGO, 2002; AMADO e MATA, 2004; ARRUDA, VIEGAS e ALMEIDA, 2002) e que, em grande medida, parecem corresponder também à realidade de Lisboa.

### 6.2.1. Cerâmica de cozinha

**Panelas.** As panelas são um bom exemplo da imagem genérica que expusemos no parágrafo anterior. Podem ser agrupadas em três tipos, sendo que dois deles estavam já presentes no reportório dos séculos XII – XIII. O tipo 1 corresponde aos perfis ovalóides com bordo para triangular, que consideramos evoluções directas das formas almorávidas que vinham perdendo a forma globular, desde o período anterior, em Santarém mas também em Lisboa (BUGALHÃO e FOLGADO, 2001, p. 130). Esta seria a solução mais divulgada no universo cerâmico escalabitano nestas cronologias.

Bastante menos representado, o tipo 2 apresenta perfis globulares de colo introvertido, bordo em aba e asas no colo, e como já referimos parece ter-se divulgado no sudoeste da Península a partir do século XII. A julgar pela bibliografia publicada, seria a forma dominante na cidade de Lisboa (GOMES, et. al, 2009, p. 960, GASPAR e AMARO, 1997, p. 342), em Almada (SABROSA e SANTOS, 1993, pp. 116-117) ou



em Cascais (CARDOSO e RODRIGUES, 1991, p. 579), povoações onde os bordos triangulares ou para-triangulares não parecem ter alcançado cronologias tão avançadas. Pelo contrário, outra morfologia amplamente representada no estuário do Tejo, com fundo ligeiramente convexo, corpo troncocónico ou para-cilíndrico, com asa arrancando da base e terminando no início do colo, bem como bordo canelado e aplanado no topo (GOMES, et. al, 2009, p. 960, GASPAR e AMARO, 1997, p. 342) está ausente dos contextos escavados no *Villa Rosa Palace*.

Este carácter de dissonância no seio de uma região em que as semelhanças se estenderiam mesmo às soluções técnicas do fabrico cerâmico, denunciado pelas frequentes «manchas de cozedura» assinaladas nos lotes provenientes da Rua dos Correeiros, em Lisboa (GASPAR e AMARO, 1997, p. 341), são uma das características imediatamente apreendidas no contacto com os recipientes recuperados nos contextos [828] e [476]<sup>26</sup>, verificando-se também no conjunto artefactual da Travessa da Lameira, em Santarém, onde os perfis para-triangulares são igualmente dominantes (MENDES, PIMENTA e VALONGO, 2002, p. 265).

Talvez seja prematuro tentar interpretar esta tendência, mas conjecturamos que, mais uma vez, as relações privilegiadas de Lisboa com o Mediterrâneo se traduziam numa maior abertura à inovação. Leitura tanto mais verosímil quando tratamos com a forma mais comumente utilizada e descartada, a julgar pela sua representatividade nos contextos arqueológicos medievais, totalmente adaptada às funções que assegurava e “imune” a preocupações estéticas. A solução mais comum na Península de Lisboa parece ter semelhanças formais com peças já de época almóada, o que poderia anunciar contactos mais frequentes com influxos meridionais mesmo após a conquista da cidade, enquanto o conservadorismo das peças de Santarém poderá corresponder a uma sociedade mais isolada, perpetuando as formas que sempre conheceu.

Por último, assinala-se o tipo 3 - uma contaminação nortenha denunciada pela pasta micácea de tom cinzento que aponta indubitavelmente para uma cozedura redutora - que apresenta uma decoração incisa a pente, comum no noroeste peninsular «pleno e bajo-medieval (GÓMEZ, 2007, p. 84). A sua forma é consonante com a cerâmica

---

<sup>26</sup> Esta alteração cromática é geralmente interpretada como resultante do deficiente controlo das cozeduras (GOMES et. alí, 2005, p. 226.) o que pode sugerir uma mutação face aos processos vigentes em época islâmica. De facto, atesta-se que as cerâmicas de Santarém, em especial do século XIII inícios do XIV, apresentam muitas vezes uma cozedura excessiva que se traduz na vitrificação de alguns elementos da pasta e num toque “metálico”.



recolhida, por exemplo, na Torre do Castelo de Aguiar de Sousa, com ocupação entre os séculos XI e XIV, assinalando-se que nas camadas mais recentes se observa que os «bordos [das panelas] tendem a verticalizarem-se», por oposição aos perfis em S que caracterizavam produções mais antigas (SILVA, 2008, p. 126), o que também é consistente com a datação contextual da peça escalabitana. Este elemento, embora isolado, permitiu perspectivar que ao longo do século XIV continuaram a chegar colonos nortenhos à cidade acompanhados de produções cerâmicas típicas dos seus locais de origem, o que só poderá ser definitivamente comprovado com estudos mais sistemáticos, como aliás já discutimos.

**Testos.** Só nas unidades trecentistas se identificaram testos com a característica barbela, que estavam divulgados pelo menos desde a centúria anterior em Lisboa (GOMES, 2005, p. 226). Circulavam a par de uma variante com lábio arredondado que seria a solução dominante no trânsito para Idade Moderna.

**Caçoila.** O perfil carenado com apoio para a tampa tem como antecessoras mais óbvios as produções, muito divulgadas em época almóada, em cerâmica comum e também frequentemente vidradas - por vezes apresentando a típica decoração de *costillas* - que se terão implantado no sudoeste peninsular logo a partir dos finais do século XI, inícios do XII, como nos informam peças de Niebla (BENABAT e PÉREZ, 2004, p. 126), sobrevivendo ao longo de várias centúrias como nos demonstram os exemplares de Almada, para os quais se propôs uma cronologia entre os séculos XII e XIII (BARROS e HENRIQUES, 2003, p. 140), ou as peças trecentistas de Lisboa (GOMES, et. al, 2009, p. 960). A sua produção prolongar-se-ia pelas centúrias seguintes, a julgar pelos contextos quatrocentistas escavados em Cascais (CARDOSO e RODRIGUES, 1991, p. 579).

**Alguidar.** Apresenta as características genéricas desta forma, pouco adequado, portanto, a servir de elemento comparativo na hora de sistematizar os aspectos morfológicos da produção cerâmica nesta cronologia.

### 6.2.2. Cerâmica de mesa

**Tigela.** A grande tigela com bordo espessado pendente [829] - 6947 tem um paralelo evidente no Castelo dos Mouros, em Sintra, onde se encontra descrita como



alguidar, classificação que não seguimos devido à fragilidade das paredes que não nos parece adequada aos usos “violentos” a que eram sujeitos. Embora tenha sido classificada como islâmica, a sua origem nas camadas superficiais onde os materiais «apresentam uma larga diacronia» (COELHO, 2000, pp. 222-223), bem como as alterações plásticas no bordo obtidas por prensão - elemento ausente na porção de bordo recuperado em Santarém – muito comuns em peças trecentistas (GASPAR e AMARO, 1997, 344), levam-nos a considerá-la contemporânea da peça escalabitana. As estrias presentes no topo do bordo parecem ser uma opção especialmente frequente no período pós-conquista cristã, referenciado em Palmela, por exemplo, no século XIII (FERNANDES, 2005, p. 323).

**Escudela.** Parece existir apenas uma morfologia, que apresenta pé anelar e carena alta, características que permitem relacioná-la directamente com a tradição muçulmana. São também absolutamente dominantes entre as produções cerâmicas coevas em Lisboa (GASPAR e AMARO, 1997) e Évora (TEICHNER, SCHIERL, 2009, p. 980).

**Jarra/jarros.** O tipo 1 trata-se evidentemente da evolução de protótipos islâmicos, cujo elemento diferenciador com as produções anteriores é a base. Assinala-se uma variante com base anelar e uma alternativa com fundo em bolacha, que atribui um perfil para-triangular ao corpo de algumas das peças. É uma forma amplamente divulgada, surgindo logo nos inícios do século XIII em Palmela (FERNANDES, 2005, p. 320). Para além dos paralelos de Lisboa já apresentados, surge em Sintra (Amaro, 1991, p. 116) e também no Alentejo, nomeadamente em Évora (TEICHNER, SCHIERL, 2009, p. 978<sup>27</sup>). Algumas variantes divulgaram-se mesmo em áreas do Norte da Península, onde as influências islâmicas tinham sido muito ténues nos séculos anteriores (GUTIÉRREZ, 1995).

O tipo 2 apresenta bordo para-rectangular e apenas uma asa. Trata-se também de uma forma já conhecida, com semelhanças com a peça duocentista [91] - 1981 recuperada no *Villa Rosa Palace*, nomeadamente no estriamento patente no colo. Assinalam-se em Lisboa cerâmicas com a mesma decoração e cronologia (GOMES, 2005, p. 232)<sup>28</sup>.

<sup>27</sup> Numa variante de dimensões mais reduzidas, o que levou os autores a classifica-los como púcaros.

<sup>28</sup> A peça de Lisboa foi classificada como panela. No entanto, a peça que apresentamos tem um diâmetro de cerca de metade da peça olisiponense e uma só asa, o que concorre para a sua integração do grupo Jarra/Jarro



O colo cilíndrico e a presença de uma única asa individualizam o tipo 3. Em Santarém, na Travessa da Lameira, foi recuperado um exemplar em tudo semelhante, inclusive com as caneluras na mesma posição (MENDES, PIMENTA e VALONGO, 2002, p. 268), o que permite mesmo conjecturar que tenham sido produzidos na mesma olaria. O jarro [829] - 6958, também um exemplar único, apresenta uma profusa decoração incisa que o aproxima das produções de Idanha-a-Velha, já mencionadas (TEICHNER, 1997; DUARTE, 2000). No entanto, a presença de um elemento meridional, a base anelar, parece afastá-lo desse ambiente cultural. A pasta creme que serviu à sua moldagem, incomum em Santarém, indicia de facto uma proveniência alógena deste “híbrido”, mas não conseguimos encontrar paralelos que permitam determinar a sua origem.

**Púcaros.** Os púcaros são outro bom exemplo da uniformização da produção nestas cronologias, correspondendo a exemplares de dimensões mais reduzidas das morfologias identificadas para as jarras/jarro.

### 6.2.3. Cerâmica de armazenamento

**Cântaros.** Cremos que nesta forma se pode detectar uma “cristianização” dos perfis. Apresentam uma capacidade maior que as jarras mas as suas dimensões são inferiores às verificadas para os antecedentes islâmicos. Consideramos provável que estas alterações se relacionem com a generalização do vinho à mesa dos escalabitanos, implicando que esta forma passasse a ser uma presença comum no momento das refeições, fornecendo uma quantidade razoável desta bebida, que era consumido massivamente na Idade Média. Como exemplo fique a ração diária das religiosas do mosteiro de Vila do Conde que ascendia a pelo menos um litro e meio no século XIV (MARQUES, 1964, p. 16).

Outra diferença assinalável é o desaparecimento dos bordos introvertidos, que facilitariam a acumulação de depósitos, inconveniente que não se verificava com a água. Sem crer forçar os dados, assinala-se que as molduras e estrias no bordo, que são mesmo um dos elementos mais característicos desta forma nos séculos XIII-XIV, eram já frequentes nas produções setentrionais dos séculos imediatamente anteriores (RODRIGUES e REBANDA, 1998, p.119). Apresentam perfis muito semelhantes com



base plana, corpo globular e asa de fita. É o bordo que permite diferenciá-los, surgindo uma variante com estrias profundas que parece ser uma forma muito comum em Lisboa (GASPAR e AMARO, 1997, p. 343) e Santarém. As peças [829] - 6975 e [829] – 6951 são absolutamente idênticas ao exemplar recolhido no Largo Mem Rodrigues n.º 15 – 16, em Santarém (ARRUDA, VIEGAS e ALMEIDA, 2002, p. 158) e aparentados com os cântaros recolhidos na Travessa da Lameira, também em Santarém, que os autores integram num amplo leque cronológico entre o século XIII e o início do XV, embora aqui os perfis não sejam globulares mas antes caracterizados por um corpo troncocónico e extenso colo cilíndrico (MENDES, PIMENTA e VALONGO, 2002, p. 265). A outra solução, que seria menos comum, não apresenta decoração no bordo.

### 6.3. A pintura a branco: uma opção em decadência.

No que toca à percentagem de cerâmica pintada a branco, apenas um contexto, o silo [828], foi aproveitado para fins estatísticos, onde esta se cifra em 15%, um valor próximo da divulgação alcançada no período islâmico.

Contexto	N.º fragmentos	N.º frag. com pintura a branco	Percentagem de pintura a branco
828	318	49	15%

**Quadro 4 - Percentagem de cerâmica pintada a branco no contexto [828].**

Pelo menos outra intervenção arqueológica em Santarém forneceu peças coevas com pintura a branco, que se encontram publicadas em catálogos de exposições organizadas pela Câmara Municipal. Falamos da escavação arqueológica do Largo Mem Rodrigues, n.º 15 – 16 de onde é proveniente um cântaro de bordo estriado, em tudo semelhante ao [829] – 6975, decorado exactamente com os mesmos motivos, com excepção das linhas horizontais no colo, que não apresenta (ARRUDA, VIEGAS e ALMEIDA, 2002, p. 158). Foi ainda recuperado um púcaro de duas asas formalmente semelhante ao [829] - 6965, com a posição das caneluras absolutamente coincidente,



muito embora, neste caso, a pintura consista num conjunto de linhas horizontais desenhadas no bordo e no bojo (AMADO e MATA, 2004, p. 106). Estes elementos parecem demonstrar que a circulação de cerâmica pintada a branco era ainda comum em torno do ano 1300.

No entanto, cremos que o valor percentual atingido no contexto [828] sobrevaloriza a representatividade da técnica no universo cerâmico da Santarém trecentista. Muitas das peças surgem praticamente inteiras, algumas com perfurações resultantes de embates circunscritos a áreas mínimas, por vezes inferiores a 5 mm. cremos plausível que corresponda a um despejo de uma olaria específica, descartando objectos que estavam inutilizados para comercialização, muito embora não surjam outros utensílios, como trempes, que ajudem a comprovar esta hipótese. Nesta perspectiva, o conjunto recuperado no depósito [828] não constituiria uma amostra genérica da cerâmica em circulação na cidade, mas antes das soluções praticadas numa determinada unidade produtiva ou mesmo numa única fornada.

De facto, outros elementos remetem para uma imagem de decadência da técnica. No contexto [396] apenas uma jarra apresenta decoração – em cerca de 4 dezenas de fragmentos – e está ausente do conjunto coevo da Travessa da Lameira, de que foram publicadas 24 peças (MENDES, PIMENTA e VALONGO, 2002 p. 274). Na mesma perspectiva, a consulta do Anexo III permite entrever que o processo de restrição da pintura aos recipientes que asseguravam o consumo de líquidos ter-se-á concluído nestas cronologias: mais nenhuma forma apresenta vestígios do pigmento para além dos púcaros, jarras/jarros e cântaros.

Como vimos, foi na cidade de Lisboa que desde época islâmica circularam os melhores paralelos para a cerâmica de Santarém, sendo que nesta época de padronização das morfologias são absolutamente concordantes e a partilha de soluções parece mesmo estender-se às estruturas e técnicas de cozedura da cerâmica. Assim, a falta de referências à pintura a branco na bibliografia consultada sobre as produções do estuário do Tejo poderá corresponder a um conservadorismo mais acentuado da olaria escalabitana, imagem que sai reforçada pelas considerações que já avançámos em torno das painelas. Tentar interpretar esta tendência conduz-nos novamente ao labirinto das hipóteses. Estes caracteres tradicionalistas serão as marcas materiais da posição comparativamente periférica de Santarém na rede comercial ou da presença



percentualmente e/ou socialmente mais relevante de mouros forros que continuavam a adquirir e a produzir algumas formas ornamentadas ao “modo” dos seus antepassados?

Alguns dados parecem concordar com a segunda hipótese. A existência de oleiros e oleiras muçulmanas, que aliás se verifica até ao século XV, é-nos relevada pelos diplomas coevos (BARROS, 2004, p. 65) e a comunidade deveria ser numerosa, a julgar pelas dimensões da necrópole recentemente identificada no largo Cândido dos Reis, onde foram escavados 350 enterramentos depositados em decúbito lateral, numa área de 9681 m<sup>2</sup> (MATIAS, 2009, pp. 646-647). Localizada no exterior do perímetro amuralhado construído por D. Sancho I, corresponderá com elevada probabilidade ao necrotério da população islâmica que se conservou na cidade após a conquista cristã. Também a identificação na escavação onde se recuperaram os materiais estudados de uma *maqabriya*, finamente decorada e datada do ano 697 da Hégira<sup>29</sup>, demonstra que a comunidade muçulmana trecentista - ou pelo menos alguns dos seus membros - mantinha uma forte ligação aos paradigmas culturais do Islão.

### 6.3.1. Os motivos

Não se interprete o que fica dito nas linhas anteriores como uma demonstração de uma absoluta correspondência entre as modalidades de ornamentação vigentes em período islâmico e no século XIV. De facto, no que toca aos motivos, muito embora seja óbvia a influência muçulmana, a técnica autonomizou-se claramente das soluções genésicas, o que poderá denunciar um distanciamento crescente face ao quadro ideológico que as tutelava, e talvez uma mutação, ou mesmo desconhecimento, do eventual significado simbólico da decoração por parte da maioria dos produtores e consumidores destas cerâmicas.

Aliás, mantivemos o mesmo esquema na sua apresentação por uma questão de coerência metodológica, mas cremos que os indivíduos que asseguravam esta produção aplicavam a pintura de forma cada vez mais mecânica, patente na simplificação das composições e na desarticulação dos referentes 3 e 4 irremediavelmente utilizados nas associações lineares dos séculos XI e XII.

---

<sup>29</sup> Agradecemos a autorização para apresentar esta informação a Helena Santos e Gonçalo Lopes, que prepararam a sua publicação.

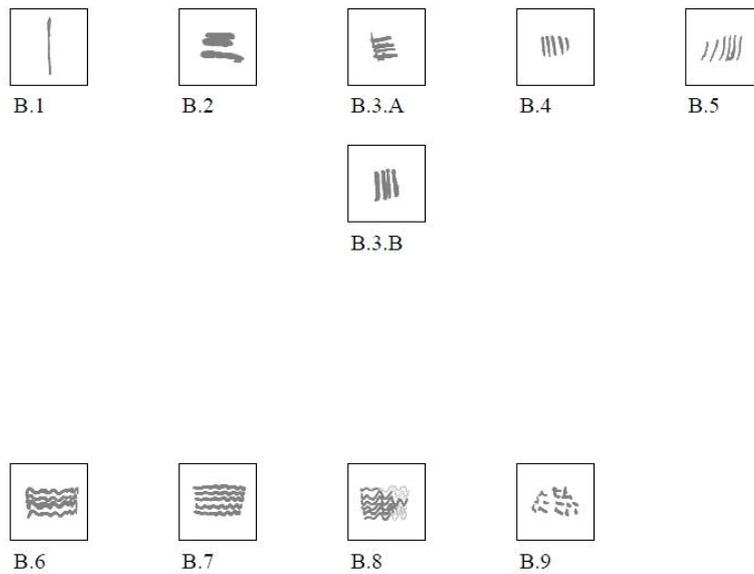


Em última análise, a decoração desenvolvia-se a partir de apenas três elementos basilares: o ponto, a recta e a linha ondulada. Continuam patentes algumas tendências do período islâmico, como a presença das linhas onduladas junto do bordo das jarras. Mas não combinam com outros motivos, multiplicando-se, ao invés, até encher a superfície disponível no colo, totalizando 4 mas também 5 ou 6 linhas. O que parece condicionar previamente o número de linhas verticais aplicadas no corpo, sempre idêntico ao do motivo aplicado na parte superior da peça.

O ponteadado, que se tornara comum nos séculos XII-XIII, continua a ser utilizado, como se verifica na peça [829] - 6965. As considerações sobre a forma de aplicação do pigmento assinalada para aquele período tornam-se agora evidentes e a rapidez da pintura está patente nas descontinuidades do desenho observadas nos traços tendendo à recta, com na peça [829] - 6967, ou na sobreposição das suas extremidades, como nas jarras [829] - 6966 e [829] - 6973.

Assinala-se ainda uma acentuada diversidade na espessura do traço, sendo que na peça [829] - 6963 é bastante mais fino do que geralmente se verifica nas produções anteriores. Cremos mesmo que foram introduzidos novos instrumentos para a aplicação da decoração, tornando a pintura mais expedita. Enquanto o pincel parece ter sido o instrumento mais utilizado em época islâmica, desenhando individualmente cada um dos elementos das associações, se atentarmos ao cântaro [829] - 6975 verifica-se que a recta inicial é muito mais fina em todos os conjuntos de 4 traços, independentemente da sua posição na peça ou do sentido em que foi pintado, o que parece demonstrar o uso de um utensílio com quatro apêndices flexíveis – denunciados pela junção dos motivos no início do seu desenho – que aplicaria rapidamente uma “matriz”. O mesmo aspecto técnico pode ser observado num jarro proveniente da rua Lourenço de Almeida, em Santarém, enquadrado século XII (AMADO e MATA, 2004, p. 105) mas cujo colo muito estriado permite perspectivar uma cronologia mais avançada.

Tendo como referente o estado actual do conhecimento, a pintura a branco com base nas soluções islâmicas parece mesmo desaparecer do registo arqueológico antes da segunda metade do século XIV. Quando este pigmento voltar a ser utilizado, na centúria seguinte, obedecerá a lógicas decorativas e culturais totalmente diversas, que cremos directamente relacionadas com a conjuntura socioeconómica dos inícios da Idade Moderna.



**Figura 6 – Motivos da pintura a branco entre os finais do Século XII – Século XIV.**

## **7. A SÍNTESE CULTURAL DA BAIXA IDADE MÉDIA. SÉCULOS XV-XVI.**

No catálogo «Santarém e o Magreb» surgem representadas duas peças com pintura a branco provenientes da praça Marquês Sá da Bandeira, em Santarém, (AMADO e MATA, 2004, pp. 104-105) que captaram a nossa atenção num momento anterior ao início desta dissertação. Muito embora o pigmento fosse o mesmo, as composições afastavam-se claramente das soluções islâmicas correspondendo a motivos fitomórfico geométricos, bastante mais complexos e frequentemente naturalistas. O contacto físico com outros exemplares permitiu associar esta corrente ornamental a aspectos técnicos muito específicos, como um cuidado tratamento da superfície, com alisamentos muito homogéneos, frequentemente obtidos com espátula, coberta com um engobe de tom laranja forte ou vermelho, que contrasta fortemente com a pintura que, por sua vez, é também bastante mais espessa que nas produções de cronologias anteriores. Estas características condicionaram a recolha dos dados e, ao invés de



seleccionarmos contextos através dos critérios que enunciamos na explanação dos aspectos metodológicos que norteiam esta dissertação, seleccionámos todos os fragmentos onde estavam presentes.

### 7.1. Integração cronológica dos contextos

Por coincidência, ocorrem sobretudo em contextos bastante fiáveis cronologicamente, sendo exemplo a colmatação de grandes contentores cerâmicos, vulgarmente denominados de talhas, que se encontravam parcialmente enterrados no solo, certamente para armazenar produtos alimentares, uma solução que terá sido bastante comum na Baixa Idade Média<sup>30</sup>.

Se a sua impermeabilidade certamente permitia a deposição de líquidos, como foi já proposto para Tomar (PONTE e MIRANDA, 2003), as que se encontram enterradas no solo apresentam, nalguns casos, orifícios junto da base, o que parece inviabilizar esta função. Cremos verosímil que algumas tenham guardado cereal, funcionando como um pequeno silo, e que poderão mesmo constituir uma pista para interpretar uma clara decadência das *covas de pão* nestas cronologias: com a dinamização das trocas comerciais e a crescente divisão do trabalho assinalada ao longo da Idade Média seriam cada vez menos os habitantes que asseguravam produções agrícolas para a sua subsistência, adquirindo ciclicamente as quantidades de víveres necessárias ao sustento da sua família e diminuindo assim as necessidades de armazenamento doméstico. Tal como as estruturas negativas mencionadas, após o abandono da sua função original, estas talhas foram frequentemente preenchidas com despejos vários. O sedimento [338] corresponde a um desses depósitos e forneceu apenas 17 fragmentos cerâmicos, em geral de reduzidas dimensões. No entanto, o perfil do testo com a característica barbela que, como já vimos, se divulga a partir do século XIV, a par da presença de uma moeda de D. João I, permite perspectivar que a sua formação tenha ocorrido ainda num momento anterior à segunda metade do século XV. Mau grado o tamanho dos fragmentos pintados a branco, correspondem sem dúvida a esta nova técnica uma vez que apresentam o característico engobe e a tinta muito

---

<sup>30</sup> Foram identificadas 27 talhas em toda a área.



espessa. As panelas de bordo quadrado embaladas no [656], o depósito que colmatava a talha [655], são idênticas às que circulam em Palmela entre os séculos XIV e XV (CARVALHO e FERNANDES, 1997, p. 229). A peça [656] – 5627, vidrada a verde e amarelo, corresponderá a uma base de candeia de pé alto, com bons paralelos formais na louça mudéjar valenciana (PASCUAL e MARTÍ, 1986, pp. 63-64). Esta forma de cerâmica de iluminação, com o mesmo tratamento de superfície, surge por exemplo em Lisboa, datada do século XV (GOMES, et.al., 2009, p. 219), e equivale certamente aos «quatro castiças de malega verde e amarella» que o visitador da Ordem de Santiago encontrou na igreja de Santo António da Charneca, no Barreiro, em 1514 (CARMONA e SANTOS, 2005, p. 31). O depósito [2236] corresponde também a um enchimento de talha. Quer o perfil do púcaro [2236] - 15007, quer do prato de pé anelar [2236] – 15009 aí exumados fazem parte dos conjuntos quatrocentistas de Palmela (CARVALHO e FERNANDES, 1997, p. 229).

Obviamente, a pintura a branco sobre engobe vermelho surgiu noutra tipo de contextos, sendo exemplo o despejo relacionado com a actividade metalúrgica depositado numa área com mais de 50 m<sup>2</sup>, registado como [939] e que cobriu várias estruturas de difícil interpretação, mas cujas técnicas de construção - utilizando adobes e grandes camadas de argamassa argilosa<sup>31</sup> - bem como a clara exposição a altas temperaturas, nos induzem a relacioná-las com estruturas coadjuvantes do trabalho do metal. Pensamos, portanto, que se trata de uma antiga oficina anulada com os detritos decorrentes da sua actividade ou, mais verosimilmente, provenientes de uma outra unidade idêntica que se encontraria nas proximidades. Aquela unidade estratigráfica embalava mais de três centenas de trechos de escória e cerca de 400 objectos em ferro, como pregos, alfaias agrícolas várias e diversos tipos de argolas, para além de inúmeros fragmentos informes, componentes que, em conjunto com as frequentes cinzas e carvões, atribuíram uma tonalidade muito escura ao sedimento, o que permitiu monitorizar com bastante facilidade perturbações estratigráficas posteriores à sua deposição, como fossas detríticas e valas de fundação de alguns compartimentos, pelo que o conjunto material recuperado não estará muito contaminado por intrusões.

---

<sup>31</sup> Durante o desmonte de uma destas estruturas a [1019], foi recolhido um fragmento de cerâmica engobada a vermelho com pintura branca. Dadas as características construtivas das estruturas, não se torna fácil discernir se era um componente da argamassa ou se pertencia a um sedimento anterior que pegou à parede. Resumindo, não é um contexto muito fiável.



A presença da caçoila com apoio para a tampa [939] - 7309 tem antecedentes claros em períodos anteriores e, a julgar por vários conjuntos cerâmicos, só será substituída por exemplares com pegas horizontais a partir dos finais do século XV e inícios de Quinhentos, como no caso do centro produtor da Mata da Machada (TORRES, 1990, p. 135). Os pratos de aba, por outro lado, parecem demonstrar que este depósito ocorreu já no século XV, atendendo à sua presença em contextos coevos de Almada ou Cascais (SABROSA e SANTOS, 1993, p. 118), muito embora o bordo pouco desenvolvido seja interpretado em Palmela, como sinónimo de antiguidade nesta forma, que terá surgido na vila nos finais do século XIV (CARVALHO e FERNANDES, 1997, p. 228).

Assinala-se a presença de um fragmento cerâmico, [939] – 7317, com pastas brancas porosas e vidrado a verde, produções que embora sejam muito comuns nos contextos urbanos baixo-medievais<sup>32</sup>, a tarefa de organizá-las por fabrico/proveniência é bastante dificultada pela falta de estudos que as apresentem de forma individualizada. Neste caso concreto, se as incisões sob o vidrado e a presença de um engobe creme podem remeter para uma influência das produções francesas a que já aludimos, não existem dúvidas que nos finais da Idade Média já se fabricavam cerâmicas com as mesmas características no território actualmente português, nomeadamente na margem esquerda do Tejo (BARROS, CARDOSO e GONZALEZ, 2003, p. 299; CARMONA e SANTOS, 2005, p. 17). Uma vez que tratamos com um prato, forma cerâmica que se relaciona directamente com as alterações ao nível da comensalidade na Baixa Idade Média, cremos que existem fortes probabilidades de estarmos perante uma produção portuguesa. De resto, a sua ampla difusão por todo o território nacional certamente impeliria a especialização progressiva deste tipo de cerâmicas por parte de diversos centros oleiros. Por exemplo, as fontes documentais permitem estabelecer que eram produzidas em Coimbra na segunda metade do século XVI (CARVALHO, 1921, p. 166).

Por sua vez, o depósito [43] corresponde ao aterro de uma habitação, que conservava ainda uma porta até ao nível dos capitéis, estes decorados com motivos vegetalistas, onde assentaria um arco apontado de feição gótica. Durante a sua

---

<sup>32</sup> Sem pretensões de exaustividade, assinala-se a sua presença no Porto, (OSÓRIO e SILVA, 1998, p. 294), Leiria (LOPES, 2001, p. 33) ou Evoramonte (LIBERATO, 2006, p. 9). Já as observámos também durante escavações em meio urbano em Santarém, Estremoz, Beja e Silves.



escavação, recolheu-se o fundo de um púcaro ou jarro pintado a branco associado a cerâmica valenciana de reflexos metálicos, bem como a peças de origem sevilhana decoradas com a técnica *azul y morado* ou azul linear - *yabal blue on white* nas publicações anglófonas - produções que surgem frequentemente em conjunto nos contextos de transição do século XV para o XVI em Portugal (GOMES e GOMES, 1996, pp. 174-176), na Andaluzia (SOME e HUARTE, 1999, pp. 161-163) e mesmo nas colónias espanholas nas Caraíbas (DEAGAN, 1987, pp. 54 - 59).

O depósito [1033] consistia no enchimento de uma fossa detrítica totalmente escavada em sedimento e que interceptava níveis islâmicos e romanos. Não tendo oferecido materiais de importação que permitam uma datação tão fina, os alguidares de pasta clara vidrados a verde (GOMES e GOMES, 1996, pp. 162 e 169) ou *green lebrillos* (DEAGAN, 1987, p. 49) são geralmente enquadrados nos séculos XV-XVI, cronologia que se compagina também com a escudela [1033] – 7728, cujos aspectos formais e o tratamento da superfície interior, engobada e espatulada, têm abundantes paralelos em estações baixo-medievais do Sul de Portugal, como Palmela (FERNANDES e CARVALHO, 1998, pp. 225 e 246), Montemor-o-Novo (PEREIRA, 2005, p. 128), Beja (MARTINS, 2010, p. 155) ou mais a Norte, Castelo Novo (SILVÉRIO e BARROS, 2005, pp. 121-124), sendo que a seu fabrico se estende pelo século XVI, como demonstram os exemplares de Almada (SABROSA e SANTO, 1992, p. 7).

Os entulhos que cobriam toda a área da escavação, decorrentes das movimentações de terra com meios mecânicos que afectaram profundamente algumas zonas num momento anterior à direcção científica de Helena Santos, correspondem ao depósito [1], enquanto o [2253] colmatava o interior de uma pequena estrutura negativa que forneceu 22 fragmentos diminutos de cerâmica comum. Se estes contextos não forneceram dados adicionais, as informações que já avançámos deixam claro que esta nova tradição ornamental surge e circula em Santarém num período compreendido entre as primeiras décadas do século XV e os inícios da centúria seguinte. Ao contrário do que intentamos para as produções anteriores, não consideramos necessário sistematizar a cerâmica comum com que surge associada, uma vez que os exemplos apresentados e as suas características técnicas a habilitam como um elemento de datação *per si*.



## 7.2. Pintura a branco sobre engobe vermelho

### 7.2.1. Frequência

A frequência desta modalidade de pintura a branco no registo arqueológico também demonstra que se afasta definitivamente das lógicas de produção massificada dos períodos anteriores. Não se trata de cerâmica comum – no sentido técnico da expressão – amplamente generalizada, mas antes de um produto com bom acabamento e com preocupações estéticas evidentes. Nos contextos onde surgiu corresponde a uma percentagem diminuta, em torno do 1%.

Contexto	N.º fragmentos	N.º frag. com pintura a branco	Percentagem de pintura a branco
656	136	1	0.7%
43	151	1	0.7%
939	528	7	1%
1019	254	3	1%
2236	107	2	1,9 %

#### Quadro 5 - A pintura a branco nos contextos tardo-medievais.

No entanto, a sua representatividade seria bastante inferior no universo cerâmico escalabitano. Como já referimos, o processo de selecção foi diferente para esta produção, pelo que os 14 fragmentos identificados constituem a amostra definitiva recolhida nesta escavação e rapidamente se verifica que está ausente da esmagadora maioria dos contextos baixo-medievais. Muito embora ainda não esteja sistematizada a quantidade de material coevo - o que permitiria utilizar um referente mais aproximado ao universo cerâmico da cidade e uma maior fiabilidade estatística – assinala-se que, por exemplo, não se identificou pintura a branco no espólio do depósito [2058], um dos contextos quatrocentistas que ofereceu mais cerâmica: 867 fragmentos.



### 7.2.2. Distribuição geográfica

Não obstante, verifica-se que ocorre noutro ponto da malha urbana de Santarém, mais concretamente na Praça Marquês Sá da Bandeira (AMADO e MATA, 2004, pp. 104-105) e a colecção proveniente desta cidade é, até ao momento, o maior conjunto deste tipo de cerâmica, a julgar pela bibliografia consultada. Assinale-se, no entanto, que o primeiro investigador a autonomizar esta produção da restante cerâmica sem revestimento com base nos seus aspectos técnicos<sup>33</sup> e ornamentais, foi Rafael Carvalho, que a denominou de «decoração tipo Palmela» baseado em materiais recuperados nesta vila, referindo ainda a presença da produção, ainda que reduzida a apenas um fragmento, em mais três localidades do vale do Tejo e Sado: Alcácer do Sal, Sesimbra e Sintra. Propôs ainda que se tratava de uma imitação local de cerâmicas importadas, mais concretamente de peças esmaltadas com origem no reino de Granada (CARVALHO, 2005, p.V.12). Como veremos adiante, os dados que recolhemos concordam parcialmente com esta interpretação, embora não coincidamos na questão da precedência dos protótipos.

Verifica-se ainda a sua ocorrência em mais uma povoação desta área geográfica, em Torres Vedras. Um fragmento cerâmico recuperado no castelo local apresenta uma decoração de linhas brancas alternado com círculos preenchidos (AMARO e LUNA, 2004, p.85), que a aproximam destas produções. A intervenção arqueológica incidiu nos depósitos que cobriam a barbacã do Palácio dos Alcaides cuja formação se terá processado nos inícios do século XVI (AMARO e LUNA, 2009, p. 111), condizente portanto com as cronologias que avançamos para esta forma específica de pintura a branco.

Mas estaria divulgada por todo o território nacional. Está presente em contextos de transição para Idade Moderna provenientes do silo\cisterna e do silo I do castelo de Montemor-o-Novo. Muito embora o seu diminuto tamanho não permita discernir o programa decorativo, a autora do estudo evidenciou o «engobe forte e pintura que em tudo difere das restantes peças» apresentadas, de tradição islâmica (PEREIRA, 2005, p.134). Também em Tavira se recuperou um púcaro datado da segunda metade do XV

---

<sup>33</sup> Embora não apresentando a sua sistematização, procedeu à sua identificação, uma vez que remete para os fragmentos escalabitanos ilustrados no catálogo supracitado.



decorado com uma forma rectangular preenchida por reticulado, que ocupa grande parte do corpo (LOPES, COVANEIRO E CAVACO, 2006. p. 315).

Bastante mais a Norte, no Porto, também foi individualizada uma série cerâmica com pintura a branco «feita sobre engobe vermelho» (REAL, et.al, 1995, p. 176). Embora seja proposta uma cronologia em torno do século XIII, o aspecto técnico relevado e o facto de decorar um prato, forma cerâmica mais comum na Baixa Idade Média, permite perspectivar que estamos perante o mesmo tipo de produção.

### 7.2.3. Programas decorativos: motivos e influências culturais

De facto, são as gramáticas decorativas desta cerâmica que apresentam dissemelhanças mais evidentes com as fórmulas anteriores. Por oposição aos padrões esquemáticos e essencialmente geométricos das decorações dos séculos XI-XIV, surgem agora representações fitomórficas de feição naturalista, como espigas, caules ou folhas, sendo mesmo possível identificar, num dos casos, uma correspondência evidente com uma quercínea.

Num púcaro, a peça [939] - 7315, surge um motivo antropomórfico que remete para uma mão humana, certamente um representação iconográfica da fórmula contra o mau-olhado *hamsa fi'ayni-k*, de origem berbere que se disseminou na Península durante a presença almorávida (NAVARRO e JIMÉNEZ, 2009, p. 702). Vulgarizou-se como símbolo apotropaico, aplicado em produções cerâmicas de que são um bom exemplo as celebradas talhas estampilhadas almóadas, referenciando-se este motivo em Mértola (KHAWLI, 1994, p. 144), em Silves e Sevilha (GOMES e GOMES, 1986, p. 139), em Jerez de la Frontera (MONTES, 1987-1988, p. 182) ou em Alcácer do Sal (PAIXÃO e CARVALHO, 2001, p. 221), para nos quedarmos por exemplos oriundos do sudoeste peninsular. A sua representação continuaria vigorosa nas produções mudéjares, ocorrendo quer nas aragonesas provenientes de Teruel (ÁLVARO, 2006, p. 323) quer nas oriundas dos ateliês valencianos de Manises e Paterna, onde se afirma como um motivo decorativo recorrente desde o século XIII (MESQUIDA, 2002, p. 160).

Mesmo nas decorações baseadas em formas geométricas, observa-se uma maior complexificação e mais uma vez os paralelos nos conduzem ao Levante, como o motivo presente na peça [1] – 15467, que cremos corresponder a uma simplificação de uma

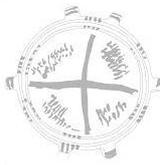


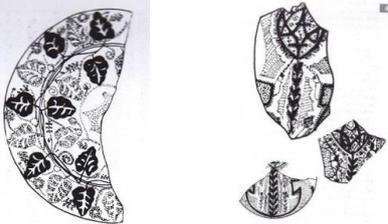
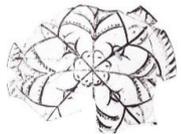
representação clássica do Paraíso no âmbito da civilização islâmica e que consiste numa estrutura cruciforme que remete para os quatro rios. Em cada um dos vértices centrais cresce uma “árvore do Paraíso” (ZOZAYA, 2002, p. 139). Reduzido à sua forma esquemática, surge precocemente nas produções de Paterna durante o século XIII (MESQUIDA, 2002, p. 175).

Mesmo o motivo de “aspas” verticais que surge na peça [2236] - 15010 corresponderá a uma readaptação da representação simbólica da “árvore da vida” - introduzida no repertório decorativo peninsular via oriente, derivando da *homa* persa, inspirada por sua vez em elementos mitológicos difundidos no Mediterrâneo, pelo menos desde época romana (PÉREZ, 2002, p.99) - uma vez que foi muitas vezes utilizado para desenhar o seu caule nas produções mudéjares.

Sendo inverosímil que existissem contactos directos entre os oleiros responsáveis pela produção da cerâmica pintada e os seus congéneres levantinos, a explicação mais plausível para esta semelhança entre gramáticas decorativas será a reprodução dos protótipos presentes nas apreciadas louças esmaltadas, que se disseminam por todo o território português a partir do século XIV, mas especialmente na centúria seguinte. O que constituiu um modesto contributo para reforçar a imagem de sucesso das suas características técnicas e estéticas no âmbito das produções do tardo-gótico, sendo especialmente apreciadas por estados sociais financeira e socialmente destacados, surgindo à mesa das cortes europeias e da emergente burguesia comercial.

Contaminando o gosto destes grupos, a procura crescente dos seus valores estéticos pressionaria outros centros oleiros que tentaram integrar os circuitos comerciais que as distribuía por toda a Europa, a ponto de, por exemplo, as louças douradas constituírem «quizá el único producto importado desde España por Italia que influye decisivamente sobre las producciones de aquel país», implicando mesmo o desenvolvimento na área de Florença das cerâmicas definidas como «famiglia ítalo - morisca» (PÉREZ, 2002, p. 93), atestando-se assim o fascínio generalizado que as produções valencianas imprimiam em vários centros oleiros, incluindo os que possuíam uma corrente de luxo autónoma.



Motivo decorativo	Cerâmicas de Santarém	Cerâmicas mudéjares levantinas
Espigas	 <p>[939]</p>	 <p>Região valenciana, finais do século XIV (PASCUAL e MARTÍ, 1986, p. 160)</p>
Mão humana	 <p>[939]</p>	 <p>Região valenciana, finais do século XIV (PASCUAL e MARTÍ, 1986, p. 162)</p>
Entrançado fitomórfico e “aspas”	 <p>[2236]</p>	 <p>Paterna, século XIII (MESQUIDA, 2001, pp. 67 e 103)</p>
Folhas de carvalho	 <p>AMADO e MATA, 2004, p.104.</p>	 <p>Teruel, meados do século XV (MARTINS, 2010, p. 156)</p>
Reticulado	 <p>AMADO e MATA, 2004, p.105</p>	 <p>Região valenciana, finais do século XIV (PASCUAL e MARTÍ, 1986, p. 157)</p>
Forma octogonal	 <p>[1]</p>	 <p>Paterna, século XIV (LERMA, 1992, p. 76)</p>

**Quadro 6 – Referentes ornamentais da cerâmica pintada a branco sobre engobe vermelho recuperada em Santarém.**



Torna-se assim verosímil que, no caso da pintura sobre engobe vermelho, a vocação da ornamentação demonstre a intenção de atribuir uma mais-valia às peças cerâmicas com vista à sua inserção em redes comerciais que extrapolassem o âmbito meramente local da comercialização da cerâmica sem revestimento. Esquemáticamente, em termos de distribuição geográfica da procura, estas colocar-se-iam numa posição intermédia entre a cerâmica comum - cuja área de consumo, quando muito, se processava no âmbito regional - e as peças vidradas ou esmaltadas que eram comercializadas numa escala cada vez mais alargada, tendencialmente “global”, como demonstram as escavações arqueológicas nas colónias espanholas do Novo Mundo (DEAGAN, 1987).

Esta leitura encontra argumentos favoráveis nas referências documentais, que demonstram que ao longo da Idade Moderna se vão multiplicando as menções a produções de cerâmica “comum” que se destacam devido a características específicas e que chegam mesmo a granjear fama internacional, como no caso dos púcaros de Estremoz. Que a vertente estética era valorizada parece ser um facto adquirido, a julgar pelo registo de um acompanhante da princesa D. Maria que ao chegar à vila norte-alentejana em 1543 não deixou de escrever no seu diário que «se os graes e os pucaros sam fermosos mais merecem as mulheres». Cerca de três décadas depois, o secretário do legado papal deslocado à corte de D. Sebastião anota a presença na mesa do monarca de recipientes montados com argila vermelha a que os locais chamavam « barro d’Estremoz”, considerando-os «muito lindos» (VASCONCELLOS, 1921, pp. 13-14).

O mesmo teria ocorrido com as peças pintadas a branco sobre engobe vermelho que seriam comercializadas por todo o reino, como nos anuncia o esboço de distribuição que apresentamos e que será certamente alargado com o acumular de publicações de contextos tardo-medievais. Por ora, não é possível definir se existiam vários centros que a produziam ou se teria origem exclusiva numa povoação ou região. Dada a relativamente abundância dos elementos recolhidos em Santarém, é bastante possível que tenha sido produzida localmente. A comprovar-se esta hipótese, a escolha do pigmento terá sido mais uma vez uma “imposição” do meio físico, que impeliu os oleiros a fazer contrastar o branco - facilmente extraível dos minerais calcários da região - com o tom tendencialmente vermelho das pastas - decorrente da cozedura das argilas locais – pintando os modelos que conheciam e apreciavam. Novamente a



questão da observância religiosa tem de ser equacionada e os oleiros islâmicos que persistiam na cidade até ao século XV, estimular pelo desejo de comercializar, mas também pela eventual familiaridade com alguns motivos, poderão estar por detrás do reactivar da utilização da pintura como elemento decorativo.

Se esta problemática se vai impondo sucessivamente sem que possamos resolvê-la, destaque-se antes que os programas decorativos estão em total consonância com a regionalização do gótico final, na sua vertente mudéjar, que se traduziu na integração das temáticas “islâmicas” nos gostos da generalidade da população peninsular, mas de forma especialmente evidente no que ao território português diz respeito, no *Entre Tejo e Odiana*. Assim, independentemente da religião professada pelos actores neste processo de osmose cultural, estas produções remetem-nos, em última análise, para a feição meridional da cultura material que circulava em Santarém no advento da Idade Moderna.

Tanto mais relevante se as abordarmos no contexto da afirmação de uma economia proto-capitalista, em que a oferta buscava, de forma cada vez mais consistente, alinhar-se com os valores culturais da procura, processo patente na generalização de produtos que permitiam aos grupos sociais menos favorecidos mimetizar, na medida das suas possibilidades, o consumo das elites. Esta observação é apoiada pela proliferação de centros dedicados à produção de cerâmica vidrada durante a Baixa Idade Média que já relevámos, permitindo a aquisição da «malega verde e amarella» na generalidade das cidades e vilas do reino, como nos demonstram os títulos sobre a portagem nos forais manuelinos (DIAS, 1961-1969). Nos decénios seguintes, será a faiança que permitirá a “ilusão” de levar à mesa recipientes com uma estética derivada das fascinantes porcelanas que aportavam do distante Oriente, mas que eram acessíveis apenas a alguns.

Nesta linha de interpretação, a presença da cerâmica pintada a branco sobre engobe vermelho na Santarém nos séculos XV-XVI, ostentando os mesmos ornamentos que as apreciadas cerâmicas do *Levante*, parece demonstrar que, mais de três séculos passados sobre a conquista pela elite nobiliárquica portugalense, a cidade continuaria a mirar a Sul.



## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verifica-se que, muito embora não possamos observar a diacronia do processo dada a inexistência de conjuntos materiais dos séculos VIII e IX, a pintura a branco se constitui como um elemento caracterizador da islamização das materialidades de Santarém nos séculos finais do domínio muçulmano, quando é a solução absolutamente dominante na decoração das cerâmicas locais. Era aplicada nas formas vulgarizadas pela cidade, com acabamentos correntes e a única diferença é exactamente a presença do ornamento, não se associando a nenhuma produção específica, de qualidade superior, pronta a ser embarcada para paragens distantes, como algumas variantes da pintura a vermelho.

As combinações decorativas articulam-se a partir de cerca de duas dezenas de motivos-base que, sendo totalmente esquemáticos e tendencialmente geométricos, se articulam em composições variadas sem que seja possível discernir padrões que nos guiem pela interpretação do seu eventual carácter simbólico. Ainda assim, podemos verificar uma relação entre a profusão de decoração e algumas formas cerâmicas, bem como identificar associações de motivos mais frequentes.

Juntamente com as morfologias dos recipientes, a pintura a branco ajuda a definir um quadro de profunda homogeneidade cultural no vale do Tejo e Sado, com uma frequência e uma profusão de motivos que não parece ter paralelo, por exemplo, na marca coimbrã ou nas regiões alentejanas com epicentro em Évora. No entanto, quando comparada com a realidade das cidades costeiras do Algarve, o panorama é diametralmente oposto e no futuro reino reconhece-se um maior repertório e composições mais elaboradas. O Mediterrâneo, palco de afirmação de culturas e osmose sucessivas, parece influenciar o sucesso desta técnica decorativa que, pelos dados recolhidos, perde vitalidade e opções à medida que dele se afasta. O Tejo, por uma vez mais, facilitava os contactos mas não podia competir com o Guadiana ou com o Alvor.

A conquista de Santarém pelos cavaleiros setentrionais não ditou o desaparecimento da técnica, observando-se mesmo a sua associação com asas puncionadas que nos remetem para soluções mais comuns no Noroeste. Verifica-se



assim em Santarém a circulação de elementos que nos advertem para uma sobreposição de fundos culturais que até ao momento tinha Coimbra como “fronteira” meridional.

Mas as produções cristãs esbatem-se percentualmente no universo cerâmico da cidade recém-conquistada, não originando produções locais ou o estabelecimento indiscutível de rotas comerciais que permitissem às gentes do Norte continuar a manusear recipientes com características técnicas e decorativas que conheciam de antanho. A partir dos dados recolhidos, terão substituído rapidamente os jarros brunidos pelos congêneres de elegante colo alto e as asas puncionadas pelas panelas de bordo para-triangular, amplamente divulgadas pelos seus antigos beligerantes.

Definitivamente, a cidade não virou costas ao universo com que estava irmanada havia séculos e as relações comerciais e/ou culturais com o Islão parecem manter uma vitalidade assinalável, com ampla divulgação de formas num período pós-1147 - como as panelas de bordo em aba ou tigelas com perfis carenados e lábio moldurado para permitir receber tampa - especialmente frequentes nas regiões ainda sob administração muçulmana a partir da penetração da dinastia almóada.

Assinale-se ainda a presença de corda seca e pinturas a vermelho que parecem circular pela primeira metade do século XIII adentro. Existe mesmo uma outra hipótese: que à semelhança do acontecia em Lisboa estas produções já fossem, pelo menos parcialmente, asseguradas por oleiros locais no século XII. Não se trataria então da aquisição de peças com acabamento esmerado, apreciadas por cristãos recém-chegados ou por populações islamizadas e muçulmanos, mas de uma produção que seguiria ininterrupta, reforçando uma imagem de forte continuidade.

Neste cenário advinha-se o sucesso da pintura a branco logo confirmado pela identificação de fornos que mantinham o seu fabrico, embora os dados preliminares apontem no sentido de uma diminuição da sua frequência. Algumas mutações ao nível dos motivos poderiam ser encaradas como demonstração de vitalidade da técnica. No entanto, as variações parecem derivar de uma aplicação apressada e pouco cuidada do pigmento, o que pode sugerir um afastamento cada vez maior de produtores e consumidores face aos esquemas de associação e eventuais significados simbólicos primevos. Mas é indiscutível que a pintura a branco continuou a ser uma presença frequente nos espaços domésticos escalabitanos.

Na centúria de Trezentos poderemos assistir ao culminar deste processo, em que as morfologias epi-islâmica são amplamente dominantes mas a pintura a branco sofre



um recuo assinalável. É certo que as formas relacionadas com o consumo e armazenamento de água sempre foram as mais frequentemente decoradas e com maior profusão de decoração. Mas agora a pintura parece ter definitivamente abandonado os restantes utensílios cerâmicos e nas olarias já não se pintam jarras, multiplicando motivos e combinações num aparentemente infindável repertório de soluções.

A decoração, à imagem das formas cerâmicas, está absolutamente padronizada e reclama rapidez na sua aplicação. Pintam-se linhas onduladas até encher o colo, sem preocupações evidentes com o seu significado numerológico e, numa transposição quase mecânica, o corpo é pintado com traços verticais. Jarros e cântaros surgem com grupos de linhas que parecem ser pintadas sem preocupação com a rigorosa percepção dos motivos, que surgem com uma assimetria que não podia ser observada nos períodos anteriores, e sucessivas intermitências no traço. O ponteado é outra versão da mesma realidade, espalhando branco pela superfície, sem que se possam sequer discernir formas ou lógicas de distribuição.

Neste período a pintura a branco será pouco mais que um traço de conservadorismo, cada vez menos apreciado pela generalidade da população. Estaria então definitivamente restringido às olarias dos mouros forros da cidade? Este processo remete-nos para uma sociedade em mudança, sintetizando influências, mas autonomizando-se claramente dos períodos antecedentes e firmando uma tradição própria onde a procura condiciona cada vez mais a especialização na produção das soluções preferidas, processo plenamente demonstrado pela padronização da cerâmica trecentista.

Os influxos, numa cultura em permanente expansão territorial e tecnológica, diversificam-se proporcionalmente. Muito embora as duas margens do Mediterrâneo perfilem agora unidades políticas em cíclico confronto, o estreito de Gibraltar passa a ser sulcado cada vez mais frequentemente e a costa atlântica surge cada vez menos enigmática. Assim, do Levante chegam cerâmicas esmaltadas e da bacia do Sena aportam peças vidradas. Mas uma vez mais o Meridiano leva vantagem e as formas cerâmicas de Santarém e Lisboa sofrem mutações formais totalmente consonantes com o que se observa em torno do Guadalquivir, e as peças carenadas de pé anelar dominam as mesas escalabitanas, onde ponteiam as jarras com o mesmo tipo de apoio. Será certamente mais uma questão de inovação que de tradição: de entre as formas



conhecidas as que melhor assegurem as novas práticas culinárias e de comensalidade irão sobrepor-se a todas as outras.

Recuperamos do texto o que pensamos ser o melhor exemplo: a escudela de paredes divergentes, depurada do reportório islâmico, já não estaria totalmente apta a servir os cozinhados então apreciados e seria suplantada pelos pratos, que se afirmam a partir dos finais do século XIV para se tornarem uma das formas mais comuns dos contextos quatrocentistas.

É neste contexto que surge a última vaga de cerâmica pintada a branco. A procura passa a condicionar definitivamente a produção que tem de se adaptar cada vez mais rapidamente às novas tendências. Nesse capítulo, os factores estéticos são determinantes, como o são as diferenças de capacidade aquisitiva. Os oleiros de Santarém – ou de outra região – conscientes do sucesso das decorações mudéjares patentes nas cerâmicas esmaltadas, entreviram uma forma de escoar as suas produções num âmbito territorial mais alargado e pintaram folhas de carvalho, “mãos de Fátima” ou delicadas espigas no barro vermelho que dominavam há séculos. Criaram assim uma criativa, mas certamente menos onerosa produção, totalmente consonante com o gosto tardo-gótico, que a julgar pela dispersão assinalada pelo reino gozou mesmo de algum sucesso. Na hora de escolher o pigmento, o branco impôs-se, como séculos antes, como a escolha natural muito provavelmente decorrente da geologia da região.

As últimas linhas desta dissertação pretendem relativizar o registo afirmativo que vem sendo usado e cuja validade se restringe a um processo de investigação muito específico e que pode ser revisitado e contextualizado pela leitura do texto e da bibliografia que apoiou a sua redacção. Não tem a mínima pretensão de se constituir como uma síntese definitiva. Cada nova escavação arqueológica no terreno ou, figurativamente, nas reservas de materiais permanentemente alimentadas por espólio proveniente de intervenções “preventivas” ou de “emergência”, geridas muitas vezes por entidades e personagens pouco dadas à publicação dos dados, poderá estilhaçar parcial ou irreparavelmente as afirmações que se foram fazendo. De resto, é esse um dos encantos da Arqueologia, em especial naquela que se realiza em contexto urbano. As aglomerações de «muitas e desvairadas gentes» tendem, ontem como hoje, a acolher mais rapidamente a novidade e a diversidade.



## 9. BIBLIOGRAFIA

### FONTES IMPRESSAS

DIAS, Luiz Fernando de Carvalho (1961-1969) - *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve, conforme exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo: Entre Tejo e Odiana*, ed. do autor.

*Livro de cozinha da Infanta D. Maria: códice português I.E.da Biblioteca Nacional de Nápoles*, (1986) - (prólogo, notas ao texto, glossário e índice de Giancinto Manupella), Lisboa Imprensa Nacional\Casa da Moeda.

PEREIRA, Gabriel (1998) - *Documentos históricos da cidade de Évora*, ed. fac-similada, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

### ESTUDOS

ACIÉN Almansa, Manuel (et.al.) (1995) - «Evolución de los tipos cerámicos en el SE de al-Andalus» in *Actes du 5ème Colloque sur la Céramique Médiévale en Méditerranée Occidentale*, Rabat, Institut National des Sciences de l' Archéologie et du Patrimoine, pp. 125 – 139.

ABASCAL Palazón, Juan Manuel (1984) - «La cerámica pintada de época romana en Portugal y sus conexiones periféricas», *Revista de Guimarães*, volume XCIV, 1984, 179-208.

ALBA, Miguel; FEIJOO, Santiago (2001) - «Cerâmica pintada de época medieval da alcáçova do castelo de S. Jorge» in *Garb - Sítios islâmicos do sul Peninsular*, Lisboa/IPPAR, Badajoz/Junta de Extremadura, pp. 329-375.



ALFENIM, Rafael A.E.; LOPES, Maria da Conceição Lopes (1995) - «A basílica paleocristã/visigótica do Monte da Cegonha (Vidigueira)» in *IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*, Barcelona, Monografies de la Secció Històrico-Arqueològica, n.º IV, pp. 389-399

ALMEIDA, Maria José de (2003) - «Resultados da intervenção arqueológica na Rua Miguel Bombarda (Santarém): algumas ideias sobre a ocupação do planalto de Marvila.» in *Actas do IV Encontro de Arqueologia Urbana (Amadora, 10-12 Novembro 2000)*, Amadora, Câmara Municipal da Amadora, pp. 81- 94.

ÁLVARO Zamora, Maria Isabel (2006) - «Las artes decorativas mudéjares en Aragón: la cerâmica» in *Arte mudéjar en Aragón, León, Castilla, Extremadura y Andalucía*, pp. 315-348.

ÁLVARO Sánchez, Rocío (2009) - «Luces y Sombras en el Faro musulmán. En torno a algunos aspectos de la tipología cerámica del Sondeo 1/AO68/UE 101 del Museo de Faro» in *Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve: “O Gharb no al-Andalus: síntesis e perspectivas de estudo. Homenagem a José Luís de Matos (Silves 23, 24 e 25 de Outubro 2008)*, *Xelb*, n.º 9, pp. 445-464.

AMADO, Carlos; MATA, Luís (coordenadores) (2004) - *Santarém e o Magreb : encontro secular (970-1578): catálogo da exposição / Museu Municipal de Santarém*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém.

AMARO, Clementino, (1991) - «Silos medievais no Palácio Nacional de Sintra», *Arqueologia Medieval*, n.º 1, pp. 111-123.

AMARO, Clementino, (2001) - «Presença muçulmana no claustro da Sé Catedral – três contextos com cerâmica islâmica» in *Garb - Sítios islâmicos do sul Peninsular*, Lisboa/IPPAR, Badajoz/Junta de Extremadura, pp. 165-197.

AMARO, Clementino; LUNA, Isabel (2009) - *Castelo de Torres Vedras, 2003: Relatório dos Trabalhos Arqueológicos*, documento policopiado.



ANDRADE Amélia Aguiar, (1994) - *Vilas, poder régio e fronteira: o exemplo do Entre Lima e Minho Medieval*, Lisboa, dissertação de doutoramento policopiada, FCSH/UNL.

ARRUDA, Ana (2002) - «A alcáçova de Santarém e os fenícios no estuário do Tejo» in *De Scallabis a Santarém*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia.

ARRUDA, Ana Margarida; VIEGAS, Catarina; ALMEIDA, Maria José de (2002) – *De Scallabis a Santarém*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia.

BARROCA, Mário; (2005) - «O Castelo de Montemor-o-Velho (Séc. IX a XIII)» in *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII): actas dos seminários realizados em Palmela, 14 e 15 de Fevereiro de 2003, Porto, 4 de Abril de 2003*, coord. de Mário Jorge Barroca e Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Palmela/Porto, Câmara Municipal de Palmela / Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 111-126.

BARROCA, Mário; SEBASTIAN, Luís; CASTRO, Ana Sampaio (2008) – «Um ‘Anel de Oração’ de Século XIII no Mosteiro de S. João de Tarouca», *Arqueologia Medieval*, n.º 10, pp. 145-158.

BARROS, Maria Filomena Lopes de (2004) - «Os mouros de Santarém. A comuna e os espaços» in *Santarém e o Magreb: encontro secular (970-1578): catálogo da exposição / Museu Municipal de Santarém*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, pp. 61-67.

BARROS, Luís de; HENRIQUES, Fernando (2003) - «Rua da Judiaria : um celeiro nos arrabaldes da vila» in *Actas das 3.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, pp. 135-144.

BARROS, Luís; CARDOSO, Guilherme; GONZALEZ, António (2003) – «Primeira notícia do forno de S. António da Charneca – Barreiro» in *Actas das 3.ªs*



*Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, pp. 295-307.

BATATA, Carlos; BARRADAS, Elisabete; SOUSA, Vanessa (2004) - «Novos vestígios da presença islâmica em Santarém» in *Santarém e o Magreb: encontro secular (970-1578): catálogo da exposição / Museu Municipal de Santarém*, Carlos Amado, Luís Mata (coords.), Santarém, Câmara Municipal de Santarém.

BAZZANA, André (1979) - «Céramiques médiévales: les méthodes de la description analytiques appliquées aux productions de l'Espagne orientale» in *Mélanges de la Casa de Velázquez*, n.º 15, pp. 135-184.

BAZZANA, André (1996) - «Foyers et fours domestiques dans l'architecture rurale d'Al Andalus», *Arqueologia Medieval*, n.º 4, pp. 139-163.

BEIRANTE, Maria Ângela (1992-1993) - «Onomástica galega em duas cidades do sul de Portugal: Santarém e Évora», *Revista da FCSH*, n.º 6, pp. 103-110.

BENABAT Hierro, Yolanda; PÉREZ Macias, Juan Aurélio – «Apunte sobre el ajuar cerámico del siglo XII en Niebla», *Arqueologia Medieval*, n.º 8, pp. 119 – 127.

BOONE, James L. (1991) - «The third season of excavations at Alcaria Longa», *Arqueologia Medieval*, n.º 2, pp. 111-125.

BRAZUNA, Sandra; COELHO, Manuela Dias (2009) - «Funchais 6: resultados preliminares da intervenção», *Apontamentos de Arqueologia e Património*, n.º 4, pp. 51-58.

BUGALHÃO, Jacinta; FOLGADO, Deolinda (2001) – «O arrabalde ocidental da Lisboa islâmica: urbanismo e produção oleira», *Arqueologia Medieval*, n.º 7, pp. 111-145.



BUGALHÃO, Jacinta; GÓMEZ Martinez, Susana (2005) - «Lisboa, uma cidade do Mediterrânico islâmico» in *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII-XIII)*, Palmela, Câmara Municipal, pp. 237-262.

BUGALHÃO, Jacinta; GOMES, Sofia; SOUSA, Maria João (2007) - «Consumo e utilização de recipientes cerâmicos no arrabalde ocidental da Lisboa islâmica (Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros e Mandarim Chinês)», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 10, número 1, pp. 317-343.

BUGALHÃO, Jacinta (et.al.) (2010) - «CIGA: Projecto de sistematização para a cerâmica islâmica do Gharb al-Andaluz» in *Actas do 7º Encontro de Arqueologia do Algarve, Xelb*, n.º 10, pp. 455-476.

CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino (1991) - «Alguns tipos de cerâmica dos séculos XI a XVI encontrados em Cascais» in *A cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental: actas do IV Congresso Internacional, Lisboa, 16-22 Novembro 1987*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 575-585.

CARDOSO, Mário; ALMEIDA, M. José de; MENDES H. Calé (2002) - «A porta da Atamarma» in *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500) – Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*, Lisboa, Edições Colibri\Câmara Municipal de Palmela, pp. 819-824.

CARMONA Berenguer, Sílvia (1991) - «Estúdio tipológico de la cerámica funerária de la necropolis de el Ruedo. Almedinilla. Córdoba.», *Anales de Arqueología Cordobesa*, nº 2, pp. 384-386.

CASAMAR, Manuel; ZOZAYA, Juan (1991) - «Apuntes sobre la Yuba funeraria de la colegiata de Oña (Burgos)», in *Boletín de Arqueología Medieval*, nº 5, pp. 39-60.



CARVALHO, António Rafael (2005) - «Intervenção Arqueológica no “Mercado Velho” de Palmela: primeiros resultados», *Al-Madan* - adenda electrónica, IIª Série, n.º 13, pp. V.1- V.18.

CARVALHO, António Rafael; FERNANDES, Isabel (1997) - «Abordagem arqueológica da Palmela Medieval Cristã», *Arqueologia Medieval*, n.º 5, pp. 221 – 242.

CARVALHO, José Alberto Seabra (1999) - *Gregório Lopes*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999.

CARVALHO, Rogério (1991) - «Cerâmicas medievais do Museu Francisco Tavares Proença Jr.», *A cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental: actas do IV Congresso Internacional, Lisboa, 16-22 Novembro 1987*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 557-560.

CALADO, Marco; LEITÃO, Vasco (2005) - «A ocupação islâmica na Encosta de Sant’Ana (Lisboa)», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 8, número 2, pp. 459-470.

CARMONA, Rosalina; SANTOS, Cátia (2005) - *Olaria da Mata da Machada: cerâmicas dos séculos XV-XVI*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro - Departamento de Educação e Cultura, Sector do Património.

CARVALHO, António Rafael (2005) - «Intervenção Arqueológica no “Mercado Velho” de Palmela: primeiros resultados», *Al-madan*, IIª Série, n.º 13, adenda electrónica, pp. V.I – V.18.

CARVALHO, J.M. Teixeira de (1921) - *A cerâmica coimbrã no século XVI*, Coimbra, Imprensa da Universidade.

CATARINO, Helena (1994) - «O Castelo de Paderne (Albufeira): resultados da primeira intervenção arqueológica», *Arqueologia Medieval*, n.º 3, pp. 73 – 87.



CATARINO, Helena (1997/98) - «O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica: povoamento rural e recintos fortificados», 3 vols, *Al'Ulyã*, nº 6, Loulé, Arquivo Histórico Municipal de Loulé.

CATARINO, Helena (2005) - «História da cultura material de época islâmica e o exemplo de uma cozinha do Castelo Velho de Alcoutim (Algarve)», *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXVII, pp. 363-376.

CATARINO, Helena; FILIPE, Sónia; SANTOS Constança (2009) - «Coimbra islâmica: uma aproximação aos materiais cerâmicos» in *Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve: O Gharb no al-Andalus: síntese e perspectivas de estudo*, pp. 333-376.

CAVACO, Sandra; COVANEIRO, Jaquelina (2010) - «Materiais cerâmicos provenientes de um silo do Bairro Almóada do Convento da Graça – Tavira», *Arqueologia Medieval*, n.º 11, pp. 103-112.

C.E.V.P.P. (1991) - «Cerâmicas de época visigoda en la Península Ibérica. Precedentes y perduraciones» in *A cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental : actas do IV Congresso Internacional, Lisboa, 16-22 Novembro 1987*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 49-67.

COELHO, Catarina (2001) - «Cerâmicas islâmicas da Alcáçova de Santarém», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 3, n.º 1, pp. 105-186.

COELHO, Maria Helena da Cruz (1992) - «O concelho de Torres Novas em tempos de crescimento e consolidação de um reino». *Nova Augusta – Revista de Cultura*, n.º 6, pp. 55-67.

COLL Conesa, Jaume; PORRAS Garcia, Alberto (2010) - «Tipología, cronología y producción de los hornos cerámicos en al-Andalus», [Arqueologiamedieval.com](http://Arqueologiamedieval.com) (publicação electrónica).



COLL Conesa, Jaime; MARTÍ Oltra Javier; PASCUAL Pacheco Josefa (1989) - *Cerâmica y cambio cultural. El tránsito de la Valencia islámica a la cristiana*, Valencia, Ministerio de Cultura.

CONDE, Manuel Sílvio Alves (2007) - «Madīnat Shantarīn. Uma aproximação à paisagem da Santarém Medieval (séculos X-XII)», in *Actas do Colóquio Santarém na Idade Média. 13 e 14 de Março 1998*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, pp. 348-350.

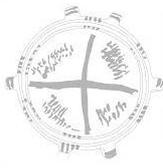
CORREIA, Fernando Branco (1991) - «Um conjunto cerâmico árabe-medieval de Beja» in *A cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental : actas do IV Congresso Internacional, Lisboa, 16-22 Novembro 1987*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 373 – 385.

CORREIA, Fernando Branco (2005) - «Egitânia/Antaniya e o domínio islâmico – algumas hipóteses para o estudo de um território de fronteira» in *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII): actas dos seminários realizados em Palmela, 14 e 15 de Fevereiro de 2003, Porto, 4 de Abril de 2003*, coord. de Mário Jorge Barroca e Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Palmela/Porto, Câmara Municipal de Palmela / Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 77-83.

CORREIA, Miguel (2004) - «Três exemplares de cerâmica azul e dourada, provenientes de Alcochete», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 7, número 1, pp. 645-652.

COSTA, Cláudia; et. al., (2007) – «A intervenção arqueológica no n.º 121 da Rua Carlos Reis (Torres Novas). Primeiros Resultados», *Nova Augusta*, n.º 19, pp. 287-318.

COUTINHO, Hélder M.R. (1993) - «Cerâmica muçulmana do Montinho das Laranjeiras», *Arqueologia Medieval*, n.º 2, pp. 39-54.



DEAGAN, Kathleen (1987) - *Artifacts of the spanish colonies of Florida and The Caribbean, 1500-1800. Volume I: Ceramics, glassware and beads*, Washington, D.C/Londres, Smithsonian Institution Press.

DELGADO, Manuela; MORAIS, Rui; RIBEIRO, Jorge (2009) - *Guia das cerâmicas de produção local de Bracara Augusta*, Braga, CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar -Cultura, Espaço e Memória).

DOMENECH Belda, Carolina; GUTIÉRREZ Lloret, Sónia Gutiérrez, (2006) - «Viejas y nuevas monedas en la ciudad emiral de Madīnat Iyyuh (el Tolmo de Minateda, Hellín, Albacete)», *Al-Qantara*, XXVII, Julho-Dezembro, pp. 337-374.

GOMES, Paulo Dórdio (1999-2004) - «Cerâmicas tardo-medievais e modernas de importação na cidade do Porto: primeira notícia», *Olaria: Estudos Arqueológicos, Históricos e Etnológicos*, n.º. 3, 1999-2004, pp. 89-96.

DUARTE, Susana (2000) - «Cerâmicas de Idanha-a-Velha: contributo para o estudo dos motivos decorativos», *O Arqueólogo Português*, série 4, vol. 18, pp. 99-140.

FARIÑA Busto, Francisco; GARCIA-LOMAS, Rosa Gimeno; OTERO, José Suárez (1989) - «La cerámica medieval en Galicia» in *La cerámica medieval en el norte y noroeste de la península ibérica: aproximación a su estudio*, pp. 285-302.

FAURE, Francisco (2007) - « Céramiques Françaises Médiévales à Guimarães (Portugal, comunicação apresentada no *4th International Congress of Medieval and Modern Archaeology* ( publicação electrónica).

FERNANDES, Hermenegildo (2002) - «Em torno de Santarém: posição e funções» in *De Scallabis a Santarém*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia.

FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (2001) - «A península de Setúbal em época islâmica», *Arqueologia Medieval*, n.º 7, pp. 185-196.



FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (2003) - «Revestimentos e decoração em cerâmica islâmica de Palmela - Portugal» in *Actes du VII Congrès International sur la Céramique Médiévale en Méditerranée, Tessalónica, Grécia, 11 a 16 de Outubro de 1999*, Atenas, Ministère de Culture / Caisses de Recettes Archéologiques, pp. 639-652.

FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (2005) - «Palmela no período da reconquista», in *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII): actas dos seminários realizados em Palmela, 14 e 15 de Fevereiro de 2003, Porto, 4 de Abril de 2003*, coord. de Mário Jorge Barroca e Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Palmela/Porto, Câmara Municipal de Palmela / Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 311-325.

FERNANDES, Isabel Cristina Fernandes; CARVALHO, A. Rafael (1998) - «Conjuntos cerâmicos pós-medievais de Palmela» in *Actas das 2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Câmara Municipal de Tondela, Porto, pp. 211-255.

FERNANDES, Lídia; MARQUES, António; TORRES, Andreia (2008) - «Ocupação baixo-medieval do teatro romano de Lisboa: a propósito de uma estrutura hidráulica, as cerâmicas vidradas e esmaltadas», *Arqueologia Medieval*, n.º 8, pp. 159-183.

FLORES Escabosa, Isabel; MOÑUZ Martin, Maria del Mar; LIROLA Delgado, Jorge (1999) - «Las producciones de un alfar islamico en Almeria», *Arqueologia y Territorio Medieval*, n.º 6, Universidad de Jaen, pp. 207 – 239.

FONSECA, Luís (1980) - «O Porto nas rotas do Mediterrâneo Ocidental (vésperas da época Moderna), *Revista de História da Faculdade de Letras do Porto*, p. 127-139.

FONTES, Luís; GASPAR, Alexandra (1997) - «Cerâmicas da região de Braga na transição da Antiguidade Tardia para a Idade Média» in *La céramique médiévale en Méditerranée. Actes du Vème Congrès l' AIECM2*, Aix-en-Provence, Narration Éditions, pp. 203-212.



FONTES, Luís Fernando de Oliveira; REGALO, Henrique Jorge Lemos de Araújo – (1997) «O «castelo» de Penafiel de Bastuço, Paços S. Julião, Braga. Elementos para o seu estudo"» in *Arqueologia Medieval*, n.º 5, pp. 199-220.

FUERTES, M<sup>a</sup>. C.; HIDALGO, R. (2003) - «Cerámicas tardorromanas y altomedievales de Córdoba» in *Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica. Ruptura y Continuidad*, pp. 505-540.

GASPAR, Alexandra; AMARO, Clementino (1997) - «Cerâmicas dos séculos XIII-XV da cidade de Lisboa.» in *La céramique médiévale en Méditerranée. Actes du Vème Congrès l' AIECM2*, Aix-en-Provence: Narration Éditions, pp. 337-345.

GASPAR, Alexandre, et.al., (2009) – «Cerâmicas dos séculos XV-XVI da Casa do Governador – Castelo de S. Jorge, Lisboa» in *Actas del VIII Congreso Internacional de Cerâmica Medieval*, tomo II, Asociación Española de Arqueología Medieval, Ciudad Real, pp. 653-672.

GISBERT Santoja, Josep A., (1990) - «Los hornos del alfar islâmico de la Avda. Montgó/Calle Teulada. Casco urbano de Denia (Alicante)» in *Fours de potiers et "testares" médiévaux en Méditerranée Occidentale*, Madrid, Casa de Velázquez, pp. 75-91.

GISBERT Santoja, Josep A.; BURGUERA Sanmateu ,Vicent; BOLUFER i MARQUES, Joaquim, (1992) – *La cerâmica de Daniya/Dénia. Alfares e ajuares domésticos de los siglos XII-XIII*, Valência, Ministério de Cultura/Ajuntament de Dénia.

GOMES, Ana (2003) - «Cerâmica pintada a branco» in *Actes du VII Congrès International sur la Céramique Médiévale en Méditerranée, Tessalónica, Grécia, 11 a 16 de Outubro de 1999*, Atenas, Ministère de Culture / Caisses de Recettes Archéologiques, pp. 659-668.



GOMES, Ana; et. al, (2001) – «Cerâmica pintada de época medieval da alcáçova do castelo de S. Jorge» in *Garb - Sítios islâmicos do sul Peninsular*, Lisboa/IPPAR, Badajoz/Junta de Extremadura, pp. 119-163.

GOMES, Ana; et. al, (2005) - «Cerâmicas medievais de Lisboa – continuidades e rupturas» in *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*, Mário Jorge Barroca; Isabel Fernandes (eds.), Palmela, Câmara Municipal de Palmela/Universidade do Porto, pp. 221-236.

GOMES, Ana, et. al, (2009) - «Cerâmicas medievais provenientes do Beco do Forno – Castelo de S. Jorge» in *Actas del VIII Congreso Internacional de Cerâmica Medieval*, tomo II, Asociación Española de Arqueología Medieval, Ciudad Real, pp. 955 – 963.

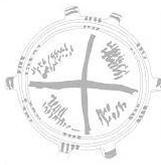
GOMES, Ana; SEQUEIRA, Maria José (2001) - «Continuidades e descontinuidades na arquitectura doméstica do período islâmico e após a conquista da cidade de Lisboa. Escavações arqueológicas na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva.», *Arqueologia Medieval*, n.º 7, pp. 103-110.

GOMES, Rosa Varela (1988) - «Cerâmicas muçulmanas do Castelo de Silves», *Xelb*, n.º1.

GOMES, Rosa Varela (2002) - *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: território e cultura*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia.

GOMES, Rosa Varela (2003) - *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: a alcáçova*. Lisboa, Instituto Português de Arqueologia.

GOMES, Rosa Varela (2003a) - «Brinquedos muçulmanos de cerâmica do sul de Portugal» in *Actas das 3<sup>as</sup> Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, pp. 93-102.



GOMES, Rosa Varela (2006) - *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: o núcleo urbano*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia.

GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela (1996) - «Cerâmicas vidradas e esmaltadas, dos séculos XIV a XVI do poço-cisterna de Silves» in *Xelb*, n.º 3, pp. 143-205.

GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela (coords.) (2001) - *Palácio Almóada da Alcáçova de Silves. Museu Nacional de Arqueologia, Julho a Dezembro*, 2001, s.l., s.n.

GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela (1986) - «Cerâmicas estampilhadas, muçulmanas e mudéjares, do poço-cisterna de Silves» in *Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural, p. 127-141.

GOMÈZ Becerra, António (1997) - «Cerâmica emiral y califal de Almuñecar (Granada)», *Arqueologia Medieval*, n.º 5, p. 117-137.

GÓMEZ Martínez, Susana (2002) «Cerâmica» in *Museu de Mértola – arte islâmica*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 107-168.

GÓMEZ Martínez, Susana (2004) – *La cerámica islámica de Mértola: producción e comercio*. Tese de doutoramento policopiada apresentada à Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2004.

GÓMEZ Martínez, Susana (2005) - «Cerâmica islâmica entre Tajo y Duero» in *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII): actas dos seminários realizados em Palmela, 14 e 15 de Fevereiro de 2003, Porto, 4 de Abril de 2003*, coord. de Mário Jorge Barroca e Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Palmela/Porto, Câmara Municipal de Palmela / Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 215-220.



GÓMEZ, Susana (2009), *Evidências materiais da ocupação islâmica da margem direita do Guadiana* in *Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve: “O Gharb no al-Andalus: síntesis e perspectivas de estudo. Homenagem a José Luís de Matos (Silves 23, 24 e 25 de Outubro 2008), Xelb*, n.º 9, pp. 685-692.

GÓMEZ Laguna, Antonio J.; ROJAS Rodriguez-Malo, Juan Manuel (2009) - «El yacimiento de la Vega Baja de Toledo. Avance sobre las cerámicas de la fase emiral» in *Actas del VIII Congreso Internacional de Cerâmica Medieval*, tomo II, Asociación Española de Arqueología Medieval, Ciudad Real, pp. 785 – 803.

GONÇALVES, Maria José; PIRES, Alexandra; MENDONÇA, Carolina (2007) - «Evolução tipológica de um conjunto de utensílios de iluminação de um arrabalde islâmico de Silves», *Vipasca. Arqueologia e História*, 2ª série, n.º 2, pp. 643-653.

GUTIÉRREZ, José Avelino, et.al, (1995): «Una producción mudéjar en Castilla y León: la jarrita carenada» in *Actes du 5ème Colloque sur la Céramique Médiévale (Rabat, 1991)*. Rabat, pp. 316-324.

GUTIÉRREZ González, José Avelino (2006) - «Las fuentes arqueológicas informadoras del espacio urbano medieval: la ciudad de León como ejemplo», *Actas de Nájera. Encuentros Internacionales del Medievo: El espacio urbano en la Europa medieval*, Beatriz Arizaga Bolumburu, Jesus Solórzano Telechea (eds.), Logroño, Gobierno de La Rioja\Instituto de Estudios Riojanos, pp. 77-145.

GUTIÉRREZ González, José Avelino; HERNANDÉZ, Fernando Miguel (2009) - «La cerámica altomedieval en León: producciones locales y andalusíes de Puerta Obispo», in *Actas del VIII Congreso Internacional de Cerâmica Medieval*, tomo I, Asociación Española de Arqueología Medieval, Ciudad Real pp. 443-462.

GUERRA, Amílcar; FABIÃO, Carlos (1993) - «Uma fortificação omíada em Mesas do Castelinho (Almodôvar), *Arqueologia Medieval*, n.º 2, pp. 85-102.



GUTIÉRREZ, Sónia (1996) – *La cora de Tudmir de la Antigüedad Tardía al mundo islâmico. Poblamiento y cultura material*, Madrid, Casa de Velázquez.

HAGGART, George (2006) - *A gazetteer and summary of French pottery in Scotland c.1150-c.1650*, Edinburgh, National Museums of Scotland.

JORGE, Vítor Oliveira (coord.) (2000), «Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica», *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, vol. 7, Porto, ADECAP.

KHAWLI, Abadallah (1993) – «Introdução ao estudo das vasilhas de armazenamento de Mértola islâmica», *Arqueologia Medieval*, n.º 2, pp. 63-78.

KHAWLI, Abadallah (1994) - «Arcos estampilhados da cerâmica islâmica de Mértola», *Arqueologia Medieval*, n.º 3, pp. 133 – 145.

LARRÉN, Hortênsia, et.al., (2003) – «Ensayo de sistemátización de la cerâmica tardoantigua en la cuenca del Duero» in *Cerâmicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica: ruptura y continuidad*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp.273-306.

LARRÉN Izquierdo, Hortênsia; GONZÁLEZ, Jaime Nuño (2006) - «Cerâmicas pintadas andalusies en la ciudad de Zamora» in *Al-Ândalus. Espaço de mudança. Balanço de 25 anos de história e arqueologia medievais: homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola.

LEMO, Paulo A.F. de (1981 – 1983) - «Moedas dos primeiros reis. Evolução dos seus tipos.», *Nymus*, 2ª série, volume IV-VI, Porto, Sociedade Portuguesa de Numismática, 1981-1983, pp. 197 – 202.

LERMA, Josep Vicent (1992) - «La loza gótico-mudejar en la ciudad de Valencia», *Monografías del Museo Nacional de Cerâmica y de las Artes Suntuarias "González Martí"*, nº 1.



LIBERATO, Marco (no prelo) - «Novos dados sobre a paisagem urbana da Santarém medieval (séculos V-XII): a necrópole visigoda e islâmica de Alporão», *Medievalista*, n.º 11.

LIBERATO, Marco, (no preloA) - «Núcleos urbanos e afirmação de soberania no Alentejo duocentista: o caso de Estremoz» in *Actas da XIII Assembleia de la Sociedade Española de Estudios Medievales*.

LIBERATO, Marco (2006) - *Imagens da Evoramonte Tardo-Medieval: materiais e quotidianos*, Estremoz, Câmara Municipal de Estremoz.

LOPES, Gonçalo (2001) - «Cerâmicas medievais da torre de menagem do castelo de Leiria» in *Torre de menagem do castelo de Leiria*, Câmara Municipal de Leiria, pp. 31-37.

LOPES, Gonçalo (2008) - «Materiais islâmicos da Horta da Casa Cadaval (Muge, Salvaterra de Magos)», poster apresentado ao 6º Congresso de Arqueologia do Algarve, Silves.

LOPES, Gonçalo; COVANEIRO, Jaquelina; CAVACO, Sandra (2006) – «Claustro do Convento da Graça. Análise dos materiais cerâmicos e faunísticos provenientes de dois contextos fechados» in *Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve*, *XELB*, n.º 6, vol. I, pp. 311- 326.

LOPES, Carla do Carmo; RAMALHO, Maria M.B. de Magalhães (2001) - «Presença islâmica no convento de S. Francisco de Santarém» in *Garb - Sítios islâmicos do sul Peninsular*, Lisboa/IPPAR, Badajoz/Junta de Extremadura, pp. 31-88.

LÓPEZ Ruequena, Mercedes; BARROS Cabrera, Rafael (1998) - «La necropolis hispano-visigoda de la “Dehesa de la Casa los Balconcillos” (Fuentes, Cuenca)» in *Jornadas Internacionales “Los visigodos y su mundo”*. Ateneo de Madrid.



*Noviembre de 1990*, Madrid, Consejería de Educacion y Cultura – Comunidad de Madrid, pp. 299-317.

LOURENÇO, Sandra (2002) - «A ocupação medieval na Rua Tenente Valadim, nºs 1 e 3 (Torres Novas)», *Nova Augusta*, n.º 14, pp. 109 – 156.

LUZIA, Isabel (2003) - *Cerâmicas islâmicas da Cerca do Convento*, Loulé, Museu Municipal de Arqueologia de Loulé.

LUZIA, Isabel (2006) - «Primeiros dados para o estudo do sistema hidráulico de Loulé», in *Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve, XELB*, n.º 6, vol. I, pp. 85 – 92

MACIAS, Santiago (1991) – «Moura na Baixa Idade Média: elementos para um estudo histórico e arqueológico», *Arqueologia Medieval*, n.º 2, pp. 127-157.

MACIAS, Santiago (1991a) - «Um conjunto cerâmico de Mértola -silos 4 e 5» in *Actas do IV colóquio Internacional: A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental, Lisboa, 1987*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 405-427.

MACIAS, Santiago (1996) - *Mértola Islâmica. Estudo histórico-arqueológico do bairro da Alcáçova (Séculos XII-XIII)*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola.

MAN, Adriaan de (2006) - *Conimbriga. Do Baixo Império à Idade Média.*, Lisboa, Edições Silabo.

MAN, Adriaan de (2008) - *Defesas urbanas tardias da Lusitânia*, dissertação de doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Faculdade de Letras.

MARINHO, José Rodrigues (1988-1989) – «Sobre o achado de dinheiros da Herdade da Gramacha (Évora)», *O Arqueólogo Português*, série IV, vol. 6-7, pp. 271-285.



MARQUES, A. H. de Oliveira (1964) - *A sociedade medieval portuguesa*, Lisboa, Livraria Sá da Costa.

MARQUES, António Augusto da Cunha (2000) – “Escavações arqueológicas no Castelo de Belmonte (1992-1995), in *Beira Interior. História e Património. Actas das I Jornadas de Património da Beira Interior*. Guarda, Câmara Municipal da Guarda, pp. 253-286.

MARTINS, Andrea; NEVES, César; COSTA, Cláudia; LOPES, Gonçalo (2010) - «Sobre um conjunto de silos em Beja: a Avenida Miguel Fernandes», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 13, número 1, pp. 145-165. (no prelo)

MARTINS, Carla Maria Braz, (2001) - «A cronologia dos «passadores em T» e um conjunto dos sécs. XV\XVI (Escarigo, Figueira de Castelo Rodrigues)», *O Arqueólogo Português*, Série IV, vol. 19, Lisboa, pp. 249-257.

MARTÍNEZ Peñin, Raquel (2007) - *Estudio de la cerámica medieval del Castro de los Judíos, Puente Castro (León). Campaña de 1999*, Universidad de León/Secretariado de Publicaciones y Medios Audiovisuales.

MATIAS, António José (2009) - «Culturas distintas, um mesmo espaço. O Largo Cândido dos Reis na caracterização de gestos quotidianos e rituais funerários de Santarém medieval» in *Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve: “O Gharb no al-Andalus: síntesis e perspectivas de estudo. Homenagem a José Luís de Matos (Silves 23, 24 e 25 de Outubro 2008)*, *Xelb*, n.º 9, pp. 637-654.

MATOS, J. L. de (1983) - «Malgas árabes do Cerro da Vila.», *O Arqueólogo Português*, Série IV, n.º 1, p. 375-389.

MATOS, José Luís de (1991) - «Cerâmica muçulmana do Cerro da Vila» *Actas do IV Congresso Internacional: A cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental (Lisboa, 1987)*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 429-456.



MATTOSO, José (2006) - *D. Afonso Henriques*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores/ Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa.

MATTOSO, José (1993) - «A cidade de Leiria na História medieval de Portugal» in *Fragmentos de uma composição medieval*, 3ª edição, Lisboa, Editorial Estampa, 1993.

MENDES, Henrique; PIMENTA, João; VALONGO, António (2002) - «Cerâmicas medievais provenientes da escavação da Travessa da Lameira n.º 21 - Centro Histórico de Santarém», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 5, número 1, pp. 259-276.

MESQUIDA García, Mercedes (dir.) (2002) - *La cerámica de Paterna. Reflejos del Mediterráneo*, Valencia, Museo de Bellas Artes.

MESQUIDA García, Mercedes (dir.) (2002) - *La cerámica dorada. Quinientos años de su producción en Paterna. Reflejos del Mediterráneo*, s.l., Ajuntament de Paterna – Regidoria de Cultura.

MONTES Machuca, Consuelo (1987-1988) - «Algunas cerâmicas estampilladas de Jerez de la Frontera (Cádiz)», *Estudios de Historia y Arqueología*, n.ºs VII-VIII, pp. 175-195.

NAVARRO Palázon, Julio (1990) - «Los materiales islámicos del alfar antiguo de San Nicolás de Murcia» in *Fours de potiers et "testares" médiévaux en Méditerranée occidentale*, Madrid, Casa de Velázquez, pp. 29-43.

NAVARRO Palázon, Julio (1986) - *La Cerámica Islámica en Murcia, volumen I – Catalogo*, Murcia, Centro Municipal de Arqueología-Ayuntamiento.

NAVARRO Palázon, Julio; JIMÉNEZ, Castillo, Pedro (2009) – «La cerâmica andalusi de Murcia a la llegada de Alfonso X» in *Alfonso X y su época. Catalogo de la*



*exposición celebrada en Múrcia*. Múrcia, Ayuntamiento de Múrcia/ Caja Mediterráneo, pp. 695-704.

NOLEN, Jeannette U. Smit (1985) – *Cerâmica comum de necrópoles do Alto Alentejo*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança.

OSÓRIO, Maria Isabel, SILVA, António Manuel (1998) - «Cerâmicas vidradas de época moderna no Porto», in *Actas das 2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Câmara Municipal de Tondela, Porto, , pp. 283-314.

OSÓRIO, Marcos (2004) - «Novos contributos para o estudo dos Castelos Velhos (Guarda)», *Praça Velha*, n.º 15, pp. 5-15.

PAIXÃO, António Cavaleiro; CARVALHO, António Rafael (2001) - «Cerâmicas almóadas de al-Qasr al-Fath (Alcácer do Sal)» *GARB, Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, Lisboa/IPPAR, Badajoz/Junta de Extremadura, pp. 199-229.

PAIXÃO, António Cavaleiro; FARIA, João Carlos; CARVALHO, António Rafael (2001) - «Contributo para o estudo da ocupação muçulmana no Castelo de Alcácer do Sal: o Convento de Aracoeli», *Arqueologia Medieval*, n.º 7, pp. 197-209.

PASCUAL, Josefa; MARTÍ, Javier (1986) - *La cerámica verde-manganeso bajomedieval valenciana*, Valencia, Ajuntament de València.

PÉREZ Guillén, Inocêncio V. (2002) - «El árbol de la vida: de sus orígenes órficos a la difusión desde Paterna al ámbito del Quattrocento italiano» in *La cerámica de Paterna. Reflejos del Mediterráneo*, Valencia, Museo de Bellas Artes, pp. 92-104.

PÉREZ Macias, Juan Aurélio; BEDIA, Juana (1991) - «Un lote de cerámica islámica de Niebla», *Arqueologia Medieval*, n.º 2, pp. 55-62.



PAULO, Luís Campos (2007) - «O simbolismo da purificação. O "vaso de Tavira": iconografia e interpretação», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 10, número 1, pp. 289 – 316.

PEREIRA, Vítor (2003) – «Intervenção arqueológica no edifício dos antigos Paços do Concelho, Guarda» in *Actas do Quarto Encontro de Arqueologia Urbana (Amadora 2000)*, Amadora, Câmara Municipal/Museu Municipal de Arqueologia da Amadora, pp. 95-105.

PEREIRA, Manuela (et. al) (2005) – «Os silos do Castelo de Montemor. O espólio cerâmico.», *Almansor*, 2ª série, n.º 4, pp. 109-146.

PICARD, Christophe (2005) – «Le changement du paysage urbain dans le Gharb al-Andalus (X-XIIe siècle): les signes d'une dynamique» in *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, coord. Mário Jorge Barroca e Isabel Cristina Fernandes, Palmela, Câmara Municipal de Palmela / Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 129 – 143.

PONTE, Salete da; MIRANDA, Judite (2003) - «Talha para vinho ou vinagre descoberta no casco medieval de Tomar», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 6, n.º. 2, pp. 481-500.

RAMALHO, M. Maria (et.al) (2001) – «Vestígios da Santarém Islâmica – um silo no Convento de S. Francisco de Santarém», *Arqueologia Medieval*, n.º 7, 2001, pp. 147-183.

REAL, Manuel, et.al, (1995) - «Conjuntos de cerâmicas da intervenção arqueológica na Casa do Infante – Porto: elementos para uma sequência longa –séculos IV-XIX» in *Actas das I Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, pp. 171-186.



RETUERCE, Manuel; ZOZAYA, Juan (1986) - «Variantes geográficas de la cerámica omeya andalusí: los temas decorativos», in *La Ceramica Medievale nel Mediterraneo Occidentale, III Congreso Internacional*, Florença, pp. 69-128.

RETUERCE Velasco, Manuel (1998) - *La cerámica andalusí de la Meseta*. 2 volumes, Madrid.

RIBEIRO, Maria do Carmo Franco (2005) - *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*, dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Minho.

RIERA Frau, M<sup>a</sup> Magdalena; ROSSELÓ Bordoy, Guillermo; SOBERATS Sagreras, Natalia (1997) - «Tinajas con decoración estampada de época almohade de Quesada (Jaén)», *Arqueología y Territorio Medieval*, n.º 4, pp. 163-180.

RIPPOL Lopez, Gisela (1998) - «Características generales del poblamiento y la arqueología funeraria visigoda de Hispania», *Espacio, Tiempo y Forma: Prehistoria y Arqueología*, tomo 2, pp. 389-418.

RODRIGUES, Miguel Carlos Lopes Brandão Areosa (1994) - *Cerâmicas medievais da região de Moncorvo: sécs. XII-XIII*, dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Universidade do Porto, Porto, Universidade do Porto.

RODRIGUES, Miguel Areosa; REBANDA, Nelson (1998) - «Cerâmicas Medievais do Povoado Desertificado de Sta Cruz da Vilarça» in *Actas das 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e Resultados para o seu Estudo*, Tondela, Câmara Municipal, pp. 101-126.

ROSSELÓ Bordoy, Guillermo (1991) - *El nombre de las cosas en Al-Andalus: una propuesta de terminología cerámica*, Palma de Mallorca, Conselleria de Cultura, Educació i Esports- Govern Balear, 1991.



SABROSA, Armando; SANTO, Paulo Espírito (1992) - «Almada Medieval/Moderna: Um projecto de investigação» *Al-madan*, 2.ª série, n.º 1, pp. 5-12.

SABROSA, Armando, SANTOS, Vítor Manuel (1993) - «Cerâmica comum de silos medievais, Rua Henriques Nogueira – Almada», *Al-Madan*, n.º 2, pp. 116-122.

SÁENZ de URTURI, Francisca Rodriguez (1989) - «La cerámica medieval no esmaltada en yacimientos alaveses» in *La cerámica medieval en el norte y noroeste de la Península Ibérica. Aproximación a su estudio*, León, pp. 53-85.

SILVA, Ana Raquel, BARBOSA, Pedro (2003) - «Cerâmica de tradição muçulmana da Uilla romana de Frielas (Loures)», *Arqueologia Medieval*, n.º 8, pp. 109-118.

SILVA, António; SILVA, Ricardo Costeira (2005) - «Resultados da intervenção no sítio arqueológico de Barradas (Odiáxere, Lagos)», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 8, numero 2, pp. 55-106.

SILVA, Maria Antónia (2008) - «Torre do Castelo de Aguiar de Sousa: resultados preliminares de uma sondagem arqueológica», *Oppidum*, número especial, pp. 117-130.

SILVA, António Manuel S. P., RIBEIRO, Manuela C. S.; «Cerâmica medieval das escavações no castelo de Arouca. Ensaio de análise morfotipológica», *Portugália*, Nova Série, Vol. XXVII - XXVIII, 2006 – 2007, pp. 69-88.

SILVÉRIO, Silvina (2001) – *Silos islâmicos de Alçaria, Aljezur. Séculos VIII-XII*, s.l., Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur\Câmara Municipal de Aljezur.

SILVÉRIO, Silvina; BARROS, Luís (2005) - *Arqueologia no Castelo da Aldeia Histórica de Castelo Novo (2002-2004). Resultados preliminares*, Fundão, Câmara Municipal do Fundão.



SOME Muñoz, Pilar; HUARTE Cambra, Rosarte (1999) - «La cerámica Moderna en el Convento Del Carmen ( Sevilla)», *Arqueologia Medieval*, n.º 6, pp. 160-171.

TABAR Sarrías, Maria Inés; JUSUÉ Simonena, Carmen (1989) - «Notas sobre la cerámica navarra no vidriada» in *La cerámica medieval en el norte y noroeste de la península ibérica: aproximación a su estudio*, León, pp. 13-52.

TEICHNER, F. (1997) - «Ceramique de l'époque de l'ordre des templiers, mobilier du moyen-age d'Idanha-a-velha (Beira Interior, Portugal)» in *La céramique médiévale en Méditerranée. Actes du Vème Congrès l' AIECM2*. Aix-en-Provence: Narration Éditions, pp. 357-352.

TEICHNER, F., GONÇALVES, Ana, SCHIERL, Th. (2003) - «A Change of pottery style under Dom Sancho II? A coin-dated pottery sequence from a medieval silo excavated in the cloister of the City Museum of Évora (Alentejo, Portugal)», *Arqueologia Medieval*, nº 8, pp. 237-252.

TEICHNER, F. (2006) - «Die mittelalterliche und neuzeitliche Fundkeramik aus den Grabungen des Deutschen Archäologischen Institutes in Evora (Alentejo, Portugal)» in *Madri der Mitteilungen* (Mainz), n.º 47, pp. 292-406.

TEICHNER, F.; SCHIERL, T. (2009) – A olaria medieval da Porta da Lagoa em Évora (Alto Alentejo, Portugal) in *Actas del VIII Congreso Internacional de Cerâmica Medieval*, tomo II, Asociación Española de Arqueología Medieval, Ciudad Real, pp. 955 – 963.

TENTE, Catarina (2007) – *A ocupação alto-medieval da encosta noroeste Serra da Estrela*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia.



TORRES, Cláudio (1990) - «Um forno cerâmico dos séculos XV e XVI na cintura industrial de Lisboa» in *Fours de potiers et “testares” médiévaux en Méditerranée Occidentale*, Madrid, Casa de Velázquez, pp. 131 - 141.

TORRES, Cláudio, et.al, (1991) - «Cerâmica islâmica de Mértola. Propostas de cronologia e funcionalidade» in *Actas do IV Congresso: A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo. (Lisboa, 1987)*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 497-536.

TORRES, Cláudio, et.al., (1996) - «Técnicas e utensílios de conservação dos alimentos na Mértola islâmica», *Arqueologia Medieval*, nº 4, pp. 203-218.

TORRES, Cláudio (2004) - *O Vaso de Tavira: uma proposta de interpretação*. Mértola, Campo Arqueológico de Mértola.

TORRES, Cláudio, GÓMEZ, Susana, FERREIRA Manuela Barros (2003) – «Os nomes da cerâmica medieval. Inventário de termos», *Actas das 3<sup>as</sup> Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, 1997*, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, pp. 125-134.

VALDÊS, Fernandez, Fernando, et. al., (2001) - «La cerámica andalusí de la ciudad de Badajoz. Primer período (siglos IX-XII), según los trabajos en el amigue hospital militar y en el área del aparcamiento de la c/ de Montesinos» in *Garb - Sítios islâmicos do sul Peninsular*, Lisboa/IPPAR, Badajoz/Junta de Extremadura, pp. 377-399.

VASCONCELOS, Joaquim Leite de (1918) - «Signum Salomonis (Estudo de Etnografia comparativa)», *O Arqueólogo Português*, volume 23, pp. 203-316 e 382-384.

VASCONCELLOS, Carolina Michaëlis de (1921) - *Algumas palavras a respeito de púcaros de Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade.

VENTURA, Leontina (2006) - *D. Afonso III*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores/Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa.



VIANA, Mário (2004) - «Santarém e a sua região. Do domínio árabe ao cristão» in *Santarém e o Magreb: encontro secular (970 - 1578): catálogo da exposição / Museu Municipal de Santarém*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, pp. 53-59.

VIANA, Mário (2007) - *Espaço e povoamento numa vila portuguesa. (Santarém 1147 – 1350)*, Casal de Cambra\Lisboa, Caleidoscópio\Centro de História da Universidade de Lisboa.

VIEGAS, C.; ARRUDA, A.M. (1999) - «Cerâmicas islâmicas da Alcáçova de Santarém», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 2, número 2. Lisboa, pp. 105-186.

VIEGAS, Catarina (2003) – *Terra sigillata da Alcáçova de Santarém – Economia, comércio e cerâmica*. Lisboa, Instituto Português de Arqueologia.

ZOZAYA, Juan (ed.) (1995) - *Alarcos. El fiel de la balanza*, Toledo, Servicio de Publicaciones de la Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha.

ZOZAYA, Juan (2002) - «Iconografía Califal», in *Al-Andalus Omeya*, Córdoba, Fundación Prasa, pp. 119-142.

ZOZAYA, Juan (2009) - «Evolución iconográfica de unos temas ornamentales andalusíes» in *Actas del VIII Congreso Internacional de Cerâmica Medieval*, tomo I, Asociación Española de Arqueología Medieval, Ciudad Real, pp. 299 – 354.



## **ANEXOS**

- I. Macro-estrutura da cidade de Santarém. Séculos VI - XII**
- II. Distribuição percentual da pintura a branco por forma cerâmica**
- III. Materiais islâmicos. Séculos XI - XII**
- IV. Associações de motivos nas jarras islâmicas do Garb al-Andaluz. Quadro comparativo.**
- V. As materialidades num período de transição política. 2<sup>a</sup> metade do Século XII – Século XIII**
- VI. A cultura material dos finais do Século XIII – 2<sup>a</sup> metade do Século XIV**
- VII. As cerâmicas de um mundo novo. Século XV – inícios do Século XVI**
- VIII. Fotografias**